UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Gabinete da Direção
Coordenação de Graduação
Secretaria dos Departamentos

FOLHA DE INFORMAÇÃO

Processo nº 23079.232274/2023-52

Este processo contém as ementas do curso de graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Neste encontram-se as ementas do seguinte currículo: 1995 a 2013.

Qualquer dúvida e/ou esclarecimentos: departamentos@direito.ufrj.br

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 30/06/2023, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3253218** e o código CRC **A8A23DAE**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3253218

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Economia e Direito I	**Departamento:** Direito Social e Econômico
Código: IUE111	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: 1º
	Pré-requisito: ----

2. **EMENTA**:

Conceitos fundamentais de Economia, análise da empresa, condições do equilíbrio macroecnonômico, desenvolvimento econômico (mecanismos e problemas).

2. **OBJETIVOS**:

Profissionalmente, preparar o Bacharel em Direito para compreensão adequada da extensa e mutável legislação comercial, financeira e tributária.
Culturalmente, dar ao aluno instrumentos básicos para compreender a realidade econômica do país.

2. **PROGRAMA**:

1. CONCEITOS BÁSICOS:

1.1 – Conceituação de Economia Política.
1.2 – Conceitos econômicos fundamentais.
1.3 – Revisão moderna do problema econômico: os limites ao crescimento.

2 CARÁTER CIENTÍFICO DA ECONOMIA E METODOLOGIA ECONÔMICA

2.1 – Economia como ciência.
2.2 – Metodologia econômica.

3 MICROECONOMIA

3.1 – Alguns aspectos do comportamento do consumidor.

3.2 – Análise da empresa.

4 MACROECONOMIA: ASPECTOS DE CURTO-PRAZO

4.1 – Condições de equilíbrio dos fluxos macro-econômicos.
4.2 – Mensuração dos agregados macro-econômicos.

5 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO: CONCEITUAÇÃO

5.1 – Conceituação de crescimento econômico.
5.2 – Conceituação de desenvolvimento econômico.
5.3 – Causas do subdesenvolvimento.

6 MECANISMOS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

6.1 – Mecanismo de Expansão da oferta.
6.2 – Mecanismo do Crescimento do Mercado.

7 O LIMITE SUPERIOR AO CRESCIMENTO ECONÔMICO

7.1 – Limitação ao crescimento pelo lado da oferta.
7.2 – O Mercado como limite superior.

8 DESEQUILÍBRIOS DO SUBDESENVOLVIMENTO

8.1 – O Subdesenvolvimento Regional.
8.2 – Concentração de Renda.

9 A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO

9.1 – A Evolução Histórica da Economia Brasileira.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

MAGALHÃES, J.P. De Almeida. Economia.
SAMUELSON, P.A. Introdução à Análise Econômica.
CASTRO, A. ; LESSA, C. Introdução à Economia.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 30/06/2023, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3253237** e o código CRC **967FCFA2**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3253237

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Sociologia Jurídica I	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF118	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: 1º
	Pré-requisito: ----

2. **EMENTA**:

A Sociologia, seu objeto de estudo e os métodos de investigação. Conceituação e definição de sociedade e estratificação social. A Sociologia aplicada ao Direito, principais correntes e teóricos. As Escolas do Direito sob o prisma sociológico: fato social e fato jurídico.

2. **OBJETIVOS**:

- Identificar os principais métodos de investigação e o objeto de estudo da Sociologia.
- Conceituar Sociologia e Sociologia jurídica.
- Relacionar as principais teorias concernentes à estratificação social.
- Enumerar as principais teorias inerentes à assimilação e aculturação.
- Conceituar as principais Escolas do Direito sob a ótica do Direito.
- Distinguir as formas de controle social relacionadas ao Direito.
- Relacionar os fatos sociais e os fatos jurídicos.
- Relacionar as instituições sociais com o fenômeno jurídico.

3. **PROGRAMA**:

UNIDADE 1 – Sociologia: objeto de estudo e métodos de investigação
UNIDADE 2 – Sociedade. Sociedades humanas e sub-humanas, normas sociais.
UNIDADE 3 – Indivíduo e Sociedade: Socialização, Instituições. Associações e Grupos.
UNIDADE 4 – Estratificação Social: papel, status, funções, estamentos, classes. Camada Social, mobilidade social, parentesco.
UNIDADE 5 – Indivíduo e Cultura: assimilação e aculturação; tradição, mudança cultural e mudança jurídica.
UNIDADE 6 – Sociologia Jurídica: principais teóricos. Sociologia e Direito e suas interrelações: fato social e fato jurídico.

UNIDADE 7 – Escolas do Direito sob o prisma sociológico.
UNIDADE 8 – Controle Social e Direito: o Direito e as normas técnicas.
UNIDADE 9 – Direito, Religião e Família

4. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BOTTOMORE, T.B. Introdução à Sociologia. Riode Janeiro: Zahar, 1990.
GUSMÃO, P.D. Teorias Sociológicas. Rio de Janeiro: Forense, 1972.
GUSMÃO, P.D. Manual de Sociologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
MACHADO NETO, A.L. Sociologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 1974.
MIRANDA ROSA. Sociologia do Direito. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
MIRANDA ROSA. Poder. Direito e Sociedade. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.
PINHEIRO DE CASTRO, C. Sociologia do Direito. São Paulo: Ed. Athus, 1982.
SALDANHA, N.N. Sociologia do Direito. São Paulo. São Paulo: Revista dos Tribunais, (1986).
TIMASHEFF, N. Teoria Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 30/06/2023, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3253576** e o código CRC **6778C8A6**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Introdução ao estudo do Direito I	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF119	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 1º
	Pré-requisito: ----

2. **EMENTA**:

Evolução histórica e caracterização da disciplina. A cientificidade da Introdução ao Direito e do próprio Direito. O Direito, o mundo natural e o mundo sócio-cultural. Realidade ética: questão de valor. A origem do fenômeno jurídico: lei positiva, costume, jurisprudência e a manifestação da vontade. O Direito objetivo-positivo: definição, caracterização, validade e divisões. O Direito subjetivo. O Direito alternativo. A relação jurídica: fato, ato e negócio jurídicos.

2. **OBJETIVOS**:

Equipar o aluno, mediante abordagem analítico-crítica, com as noções elementares da Sociologia, da filosofia e do Direito, para desenvolver condições de reflexão própria da ciência do Direito atual.
Conhecer a tradição e o estágio contemporâneo da Ciência Jurídica e do Direito Normativo.
Discutir o problema do comportamento e da ordem à luz do Direito contemporâneo e avaliar seu impacto sobre a Ciência Jurídica.

3. **PROGRAMA**:

1. Denominação e o caráter propedêutico da disciplina. Ciência e senso comum. Atributos de cientificidade: reflexividade e racionalidade. O Direito como senso comum douto.
2. Fato, Lei e Ciências Naturais. Fato, Lei e Ciências Sociais. Caos e Ordem. Anomia e normatividade.
3. Norma social e norma jurídica positiva e não-positiva: definição e caracterização. O Direito como dado e como construído. A construção objetiva e subjetiva da realidade jurídica. A

ordem jurídica positiva. O lícito e o ilícito. Coação e coercibilidade.
4. Moral e Direito: pontos de contato e de afastamento.
5. Lei positiva: definição e caracterização. Elaboração e revogação num contexto liberal democrático. A legitimidade do poder, da lei e do Estado como problema de validade do Direito.
6. As divisões do Direito Positivo, Público, Privado e Misto. Direito Internacional Público e Privado.
7. Costume e Direito Costumeiro: evolução, valor e prova em face da lei positiva.
8. Jurisprudência: formação e valor. A função política do Judiciário. O uso alternativo do Direito e a cidadania.
9. A manifestação da vontade. Relação jurídica: fato, ato e negócios jurídicos. O princípio da autonomia da vontade. Atos jurídicos: classificação, elementos, forma, prova, defeitos, validade e licitude. Responsabilidade Civil: teorias subjetiva e objetiva.
10. Direito Subjetivo: elementos, teoria, classificação, aquisição, exercício, defesa e extinção

4. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. São Paulo, Saraiva, 1995.
FERRAZ Jr., Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo, Atlas, 1988.
FERREIRA, Paulo Condorcet. A Introdução ao Estudo do Direito no Pensamento de Seus Expositores. Rio de Janeiro, Ed. Liber Juris Ltda, 1982.
GUSMÃO, Paulo Dourado. Introdução à Ciência do Direito. Rio de Janeiro, Forense, 1968.
LIMA, Hermes. Introdução à Ciência do Direito. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1973.
MACHADO NETO, A.L. Introdução à Ciência do Direito. São Paulo, Saraiva, 1960.
MATA-MACHADO, Edgar de Godoy. Elementos de Teoria Geral do Direito. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1986.
MONTORO, André Franco. Introdução à Ciência do Direito. São Paulo, Ed. Martins, 1971.
OLIVEIRA FILHO, Benjamin. Introdução à Ciência do Direito. Rio de Janeiro, Ed. Haddad, 1961.
REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. São Paulo, Ed. J. Bushatsky, 1973.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 30/06/2023, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3253686** e o código CRC **D5ABFECC**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Metodologia do Direito I	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF131	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: 1º
	Pré-requisito: ----

2. **EMENTA**:

Método e organização do estudo na universidade. conhecimento, racionalidade e historicidade. Objetividade e conhecimento científico. O raciocínio jurídico e a lógica jurídica.

3. **OBJETIVOS**:

Formar uma atitude de investigação permanente sobre o Direito, no seu estudo, aplicação e elaboração legislativa.
Criar condições para iniciar um trabalho de disciplina intelectual e organização pessoal para o trabalho acadêmico e de pesquisa.

4. **PROGRAMA**:

UNIDADE 1 – O ESTUDO NA UNIVERSIDADE

• Metodologia da vida didático-científica
• O ato de ler e de estudar

UNIDADE 2 – PRODUÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

• A busca da objetividade do conhecimento científico
• Racionalidade, Historicidade e Ética
• Lógica Formal e Lógica Dialética

UNIDADE 3 – INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO JURÍDICO

• Cientificidade do conhecimento jurídico
• Lógica jurídica

UNIDADE 4 – A PESQUISA CIENTÍFICA NO DIREITO

• Natureza e finalidade
• O projeto de Pesquisa

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BASTOS, Cleverson; KELLER, Vicente. Aprendendo a aprender. Petrópolis, Vozes, 1994.
_____. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 1993.
COELHO, Luiz Fernando. Lógica Jurídica e Interpretação das Leis. Rio de Janeiro, Forense, 1991.
DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. São Paulo, Saraiva, 1994.
HUHNE, Leda Maria (org.). Metodologia Científica. Rio de Janeiro, Agir, 1989.
LEFEBVRE, Henri. Lógica Formal. Lógica Dialética. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
PESSANHA, José Américo. Filosofia e Modernidade: racionalidade, imaginação e ética. In CADERNOS ANPED. Porto Alegre, 1993, n.4.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 30/06/2023, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3253792** e o código CRC **CD48B0F0**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: História e Instituições do Direito Romano	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP112	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 1º
	Pré-requisito: ----

2. **EMENTA**:

Objeto do Direito Romano. A História Externa de Roma; Análise das Instituições Políticas (formas de governo, organização da sociedade e fontes do direito). A História Interna de Roma: Análise das Instituições de Direito Privado (Direito das Pessoas, Direito de Família, Direito das Coisas, Direito das Obrigações, Direito Contratual e Direito Sucessório).

3. **OBJETIVOS**:

Examinar a origem e evolução dos principais institutos jurídicos romano numa perspectiva histórica e de direito comparado.

4. **PROGRAMA**:

UNIDADE 1 – HISTÓRIA EXTERNA DE ROMA: AS ORIGENS

1.1 – Objeto da História do Direito Romano;
1.2 – Conceito de Direito Romano;
1.3 – História do Direito Romano como Fonte Jurídica;
1.4 – O Direito como produto Social, Cultural e Histórico;
1.5 – Organização Política, Social e Jurídica;
1.6 – Fonte do Direito Romano: Realeza, República e Império (Principado e Dominato). Período Bizantino.

UNIDADE 2 – HISTÓRIA INTERNA DE ROMA: PARTE GERAL

2.1 - Direito das Pessoas (Jus Personarum);

2.2 – Os status civilis: conceito e classificação;
2.3 – A Emancipação;
2.4 – Capitis deminutio: conceito e classificação.

UNIDADE 3 - HISTÓRIA INTERNA DE ROMA: PARTE ESPECIAL

3.1 – DIREITO DE FAMÍLIA

• A Família Romana (conceitos, características e composição);
• O parentesco: modalidades. Adoção;
• O casamento romano: modalidades;
• Regime de bens. Dote;
• Dissolução do casamento;
• Legitimação;
• A tutela e a curatela.

3.2 – DIREITO DAS COISAS

• Coisa: conceito e classificação;
• Patrimônio: conceito e natureza jurídica;
• Direitos reais sobre coisa própria e coisa alheia;
• A Posse;
• A detenção;
• Usucapião: conceito e modalidades

3.3 – DIREITO DAS OBRIGAÇÕES (PARTE GERAL)

• Conceito de obrigação e evolução histórica;
• Fontes das obrigações;
• Classificação das obrigações;
• O inadimplemento das obrigações
• A mora • Extinção das obrigações.

3.4 – DIREITO DAS OBRIGAÇÕES (PARTE ESPECIAL – CONTRATOS)

• Conceito e Princípios Contratuais;
• Requisitos de formação;
• Classificação dos contratos;
• Extinção dos Contratos.

3.5 – DIREITO SUCESSÓRIO

• Conceito e modalidades de sucessão;
• Aquisição e renúncia da herança e dos legados;
• Herdeiro e legatário;
• Testamento e Codicilos;
• Deserdação;
• Inventário e Partilha: conceito e finalidade

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

ALVES, José Carlos Moreira. Direito Romano v. I e II. Rio de Janeiro, Forense, 2003.
_____. Direito Romano Moderno. Rio de Janeiro, Forense, 2003.

6. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**:

DAVID, René. Os Grandes Sistemas Contemporâneos. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
NASCIMENTO, Walter Vieira. Lições de História do Direito. Rio de Janeiro, Forense, 2000.
RAWLS, John. O Direito dos Povos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 30/06/2023, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3253845** e o código CRC **3F787C76**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Teoria do Estado	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS131	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 1º
	Pré-requisito: ----

2. **EMENTA**:

A teoria do Estado Moderno. Poder Político e Institucionalização. Sociedade/Estado. Estado de Direito. Estado Constitucional. Estado Democrático. Poderes. Governo, formas e sistemas. Democracia e cidadania. A Federação. O Estado e globalização. Teoria da Constituição. Direito Constitucional e Princípios Constitucionais. Teorias constitucionais contemporâneas. Constituição de 1988.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BARROSO, Luis Roberto. Direito Constitucional Contemporâneo. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.
BONAVIDES, Paulo. Teoria do Estado. São Paulo: Malheiros, 1999, 3ª ed., 2ª tiragem.
STRECK, Luiz e MORAIS, José Luis Bolzan. Ciência Política e Teoria Geral do Estado. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 30/06/2023, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3253943** e o código CRC **45805925**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3253943

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Economia e Direito II	**Departamento:** Direito Social e Econômico
Código: IUE121	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 2º
	Pré-requisito: IUE111

2. **EMENTA**:

Moeda, inflação e suas implicações, sistema financeiro, comércio exterior e balanço de pagamentos, doutrinas econômicas, intervenção do Estado. A experiência brasileira de desenvolvimento (histórico e análise), a questão demográfica.

3. **OBJETIVOS**:

Profissionalmente, preparar o Bacharel em Direito para compreensão adequada da extensa e mutável legislação comercial, financeira e tributária.
Culturalmente, dar ao aluno instrumentos básicos para compreender a realidade econômica do país.

4. **PROGRAMA**:

1 MOEDA
1.1 – Conceituação e tipos de Moeda, Sistemas Monetários
1.2 - Valor da Moeda e Inflação. Apêndice: números, índices, deflacionamento, correção monetária.

2 CRÉDITO
2.1 - Aspectos Gerais.
2.2 - Banco Central e suas funções.
2.3 - Mercado monetário.
2.4 – Mercado de Capital e Bolsa de Valores.
Apêndice: Sistema Financeiro Brasileiro.

3 RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS: COMÉRCIO

3.1 – Aspectos teóricos.
3.2 – Política Econômica.

4 RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS: PAGAMENTOS

4.1 – Teorias.
4.2 – Política.
4.3 – Pagamentos internacionais e desenvolvimento.
Apêndice: a Balança de Pagamentos.

5 DOUTRINAS E SISTEMAS

5.1 – Liberalismo.
5.2 – Socialismo: exposição.
5.3 – Socialismo: críticas.

6 SISTEMAS ECONÔMICOS

6.1 – Sistemas primitivos.
6.2 – Capitalismo industrial de livre iniciativa ou simplesmente capitalismo.
6.3 – Capitalismo de iniciativa estatal ou socialismo.
6.4 – Considerações finais.

7 INTERVENÇÃO DO ESTADO

7.1 – Tipos básicos de intervenção.
7.2 – Plana e planejamento
7.3 – Projetos econômicos.

APÊNDICE GERAL: APRESENTAÇÃO MATEMÁTICA E MODELO ESPECÍFICO PARA SUBDESENVOLVIDOS

I) Aspectos gerais:

1 – Curvas de oferta e procura
2 – Elasticidade

II) Microeconomia

1 – Ponto de nivelamento
2 – Ponto de equilíbrio da Empresa.

III) Macroeconomia

1 – O modelo Herrod-Domos
2 – Modelo para os subdesenvolvidos.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

MAGALHÃES, J.P. De Almeida. Economia.
SAMUELSON, P.A. Introdução à Análise Econômica.
CASTRO, A. ; LESSA, C. Introdução à Economia

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 03/07/2023, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3253959** e o código CRC **8EDC2D06**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Sociologia Jurídica II	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF128	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 2º
	Pré-requisito: IUF118

2. **EMENTA**:

A gênese da jurisprudência sob a ótica sociológica: as fontes do Direito e seus desdobramentos nos processos de interrelações sociais; o Direito e suas abrangências nos diversos segmentos das sociedades. O poder político e suas relações com o Direito. O processo revolucionário e suas implicações sociais. A guerra e suas influências na dinâmica jurídica. O fenômeno econômico e suas implicações nos ordenamentos e nos sistemas jurídicos. A justiça e suas diferentes dimensões no tempo e no espaço.

3. **OBJETIVOS**:

- Relacionar os fatores sociais como vetores para a formação da jurisprudência sociológica.
- Identificar o processo de formação das normas jurídicas sob o prisma sociológico.
- Enumerar os principais fatores sociais infringentes para a formação da dinâmica jurídica.
- Conceituar a opinião pública e seu processo de formação nas sociedades.
- Distinguir as formas de influência dos fenômenos econômicos e políticos nos campos do Direito.

4. **PROGRAMA**:

UNIDADE 1 – Jurisprudência Sociológica.
UNIDADE 2 – Costume e norma jurídica.
UNIDADE 3 – Delito, sanção e justiça.
UNIDADE 4 – Os campos do Direito sob o prisma sociológico.
UNIDADE 5 – Os sistemas jurídicos sob o prisma sociológico.
UNIDADE 6 – Revolução e Direito.
UNIDADE 7 – Guerra e Direito.

UNIDADE 8 – Direito e poder político.
UNIDADE 9 – Direito, Psicologia e Opinião Pública.
UNIDADE 10 – Direito e fenômeno econômico.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

DURKHEIM, E. Lições de Sociologia. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1988.
GUSMÃO, P.D. Teoria Sociológicas. Rio de Janeiro: Forense, 1972.
GUSMÃO, P.D. Manual de Sociologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
LEVY BRUHL, H. Sociologia do Direito. Rio de Janeiro: Ed. Martins Fontes, 1983.
MACHADO NETO, A.L. Sociologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 1974.
MIRANDA ROSA. Poder, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.
MIRANDA ROSA. Sociologia do Direito. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
PINHEIRO DE CASTRO, C. Sociologia do Direito. São Paulo: Ed. Athus, 1982.
SALDANHA, N.N. Sociologia do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, (1986).
TIMASHEFF, N. Teoria Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3258901** e o código CRC **68FE1798**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Introdução ao Estudo do Direito II	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF132	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 2º
	Pré-requisito: IUF119

2. **EMENTA**:

Pessoa e personalidade, capacidade. estado civil, nome, domicílio e registro civil da pessoal natural. As relações do Direito Positivo com a Justiça comutativa e distributiva. A equidade. A interpretação do Direito. As lacunas do Direito. Direito Natural: concepções filosófica e sociológica numa perspectiva histórica e evolutiva. As Escolas de Kant, Hegel, Jhering, Duguite e Kelsen.

3. **OBJETIVOS**:

- Equipar o aluno, mediante abordagem analítico-crítica, com as noções elementares da Sociologia, da Filosofia e do Direito, para desenvolver condições de reflexão própria da ciência do Direito atual.
- Conhecer a tradição e o estágio contemporâneo da Ciência Jurídica e do Direito normativo.
- Discutir o problema do comportamento e da ordem à luz do Direito contemporâneo e avaliar seu impacto sobre a Ciência Jurídica.

4. **PROGRAMA**:

1. Pessoa e Personalidade: concepções filosóficas, sociológicas e jurídicas. Capacidade de Direito e de Fato. Início e Fim da pessoa natural. Capacidade relativa e absoluta. Nome civil, estado civil e domicílio. Registro civil da pessoa natural.
2. Direito Natural – Concepções metafísicas e sociológicas. O caráter histórico-pragmático do Direito Natural em confronto com o Direito Positivo.
3. Direito e Justiça: relação problemática. Justiça comutativa e Estado liberal. Justiça distributiva e Democracia social. Justiça legal e Justiça social. A equidade.
4. A interpretação do Direito e da lei. Espécies e métodos. Visões. Dogmática e crítica. A

noção de poder de violência simbólica como fundamento da análise crítica.
5. Lacunas no Direito: espécies e métodos de suprimento. Analogia e princípios gerais de Direito.
6. Os fundamentos filosóficos do Direito: os sistemas de pensamento de Kant, de Hegel, Jhering, Duguit e Kelsen.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. São Paulo, Saraiva, 1995.
FERRAZ Jr., Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo, Atlas, 1988.
FERREIRA, Paulo Condorcet. A Introdução ao Estudo do Direito no Pensamento de seus Expositores. Rio de Janeiro, Ed. Liber Juris Ltda, 1982.
GUSMÃO, Paulo Dourado. Introdução à Ciência do Direito. Rio de Janeiro. Forense, 1968.
LIMA, Hermes. Introdução à Ciência do Direito. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1973.
MACHADO NETO, A.L. Introdução à Ciência do Direito. São Paulo, Saraiva, 1960.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3261173** e o código CRC **2F064FC0**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Metodologia do Direito II	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF141	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: 2º
	Pré-requisito: IUF131

2. **EMENTA**:

Introdução à teoria do conhecimento jurídico. Epistemologia e metodologia. As diversas concepções metodológicas na realização do Direito.

3. **OBJETIVOS**:

- Compreender o método de interpretação e realização do Direito, a partir das suas principais concepções filosóficas.

4. **PROGRAMA**:

UNIDADE 1 – O PROBLEMA DO MÉTODO NO DIREITO

• Conceito de Direito
• Fontes do Direito
• Os Saberes Jurídicos
• Os diversos métodos do Direito

UNIDADE 2 – O MÉTODO DOS JURISTAS ROMANOS E MEDIEVAIS

UNIDADE 3 – A LÓGICA E A TÓPICA JURÍDICA UNIDADE

4 – O MÉTODO DO DIREITO NATURAL UNIDADE

5 – O POSITIVISMO JURÍDICO

• A Escola da Exegese Francesa
• O Formalismo Kantiano e a Teoria de Kelsen
• O Positivismo Sociológico

UNIDADE 6 – A ESCOLA HISTÓRICA ALEMÃ – SAVIGNY

UNIDADE 7 – A TEORIA E A METODOLOGIA JURÍDICA SOB A INFLUÊNCIA DO POSITIVISMO

• Jurisprudência dos Conceitos e dos Interesses

UNIDADE 8 – A DISCUSSÃO METODOLÓGICA ATUAL

• Jurisprudência dos Valores
• Teoria da Argumentação
• A Linguagem no Direito
• O Pluralismo Metodológico

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

ALEXY, Robert. Teoria de la Argumentacion Juridica. Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1989.
FERRAZ Jr., Tercio Sampaio. Direito, Retórica e Comunicação. São Paulo, Saraiva, 1973.
JAPIASSU, Hilton. Introdução ao Pensamento Epistemológico. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 5 ed.,1988.
LARENZ, Karl. Metodologia da Ciência do Direito. Lisboa, Ed. Gulbenkian, 2 ed., 1989.
MACHADO NETO. Teoria da Ciência Jurídica. São Paulo, Saraiva, 1975.
SCHAPP, Ian. Problemas Fundamentais da Metodologia Jurídica. Paraná, Sergio Fabris Ed.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3261224** e o código CRC **9E2F7FEC**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Introdução do Direito Civil	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP123	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 2º
	Pré-requisito: IUP112

2. **EMENTA**:

O Direito, funções e fundamentos. A norma jurídica de Direito Privado. O Direito Civil, gênese e evolução. A teoria da relação jurídica e dos seus elementos, os sujeitos, o conteúdo e o objeto. Os fatos jurídicos e sua existência, validade e eficácia.

3. **OBJETIVOS**:

- Iniciar no estudo e na análise das noções, categorias e princípios estruturais que formam a doutrina do Direito Civil;
- Orientar no conhecimento da técnica jurídica, isto é, na arte de aplicar o Direito Civil aos problemas da vida real, procurando integrar o conhecimento científico com a prática de nossos tribunais;
- Contribuir para a formação jurídica do aluno, através de uma perspectiva interdisciplinar que possa facilitar a compreensão do fenômeno jurídico;
- Suscitar uma reflexão teórica sobre a necessidade de renovação do Direito Civil Brasileiro, acompanhando o processo de reforma por que passa atualmente o Direito, por força das transformações econômicas e sociais que se processam na sociedade contemporânea.

4. **PROGRAMA**:

1. O Direito Civil. Gênese e evolução.
2. A Relação Jurídica de Direito Privado.
3. Sujeitos de Direito. A Pessoa Física.
4. Direitos de Personalidade.
5. Sujeitos de Direito. A Pessoa Jurídica.
6. Objeto da Relação Jurídica. Os Bens.

7. Os fatos jurídicos. A autonomia privada.
8. Teoria Geral do Negócio Jurídico.
9. Elementos do negócio jurídico.
10. Representação.
11. Elementos acidentais do negócio jurídico. Condição. Termo. Encargo.
12. Defeitos do negócio jurídico.
13. Invalidade do negócio jurídico.
14. O ato ilícito. A Responsabilidade Civil.
15. Prescrição e Decadência.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

1. AMARAL, Francisco. Direito Civil Brasileiro. Introdução. Rio de Janeiro, Forense, 1991.
2. GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. Rio de Janeiro, Forense.
3. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro, Forense.
4. DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro I. São Paulo, Saraiva

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3261415** e o código CRC **421ADCB8**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito das Obrigações	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP231	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 3º
	Pré-requisito: IUP123

2. **EMENTA**:

Parte geral. Obrigações: noção, evolução histórica e elementos. Espécies de obrigações. Cumprimento e inexecução de obrigações.

3. **OBJETIVOS**:

- Conhecer os princípios, conceitos e estruturas fundamentais do Direito das obrigações, nos seus aspectos teórico e prático, e na sua função de ordenar jurídica e sistematicamente os sistemas e modelos econômicos.

4. **PROGRAMA**:

1. A Relação jurídica obrigacional e sua natureza.
2. O Direito das Obrigações
3. Fontes do Direito
4. Modalidades da Obrigação
5. Transmissão da Obrigação.
6. Cumprimento e extinção da Obrigação.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

AMARAL, Francisco. Direito Civil Brasileiro. Introdução. Rio de Janeiro, Forense, 1991.
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo, Saraiva.
GOMES, Orlando. Obrigações. Rio de Janeiro, Forense.
RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. São Paulo., Saraiva, 1981.

VARELA, Antunes. Direito das Obrigações. Rio de Janeiro, Forense, 1977.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3261449** e o código CRC **2A87869C**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3261449

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Constitucional I	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS231	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 3º
	Pré-requisito: IUS131

2. **EMENTA**:

Conceito, fontes e métodos de estudo. O Direito Constitucional e Estado Social. A problemática do constitucionalismo contemporâneo. Histórico e evolução do Direito Constitucional. A prevalência dos direitos e garantias individuais. Exame das Constituições brasileiras. A Constituição de 05 de outubro de 1988.

3. **OBJETIVOS**:

- Conhecer os fundamentos e a evolução do Direito Constitucional. Estudar a evolução histórica do Constitucionalismo Brasileiro e suas características . Iniciar o estudo da Constituição Brasileira.

4. **PROGRAMA**:

UNIDADE 1 : DIREITO CONSTITUCIONAL

1.1. Conceito. Objeto, Natureza Importância. Fontes. Relação com outras disciplinas jurídicas. Métodos de estudo do Direito Constitucional. Método histórico. Método dogmático, Método filosófico ou crítico
1.2. O Direito Constitucional e o Estado Social. As transformações do Direito Constitucional na sociedade contemporânea
1.3. O Constitucionalismo ocidental e constitucionalismo dos países socialistas. O constitucionalismo do 3º Mundo

UNIDADE 2 : CONSTITUIÇÃO

2.1. O dado conceitual . Interpretação, aplicação e efetividade da Constituição.
2.2. Leis constitucionais: tipos. O controle da constitucionalidade das leis. As normas constitucionais e sua classificação.
2.3. Poder Constituinte originário e derivado instituído. Titular do poder constituinte. Limites.
2.4. Emendas constitucionais suas características e classificação.

UNIDADE 3: EVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL DO BRASIL

3.1. A Constituição de 1824. Características. O Unitarismo. O Poder Moderador. O Conselho de Estado. O Imperador. O Ato Adicional. A lei de interpretação.
3.2. A Constituição de 1891. Os pródomos de sua promulgação . O anteprojeto. A Federação e seu esquema, O processo eleitoral. O papel do Supremo Tribunal Federal. A reforma constitucional de 1926.
3.3. A Constituição de 1934. O anteprojeto. Suas principais inovações. Conteúdo doutrinário. A ordem econômica e social.
3.4. Acarta Constitucional de 1937. A centralização e o autoritarismo.
3.5. A Constituição de 1946. O anteprojeto Sampaio Dória. O trabalho da comissão interpartidária. O restabelecimento da Federação, sua estrutura e a democracia social. As emendas.
3.6.A Constituição de 1967. O anteprojeto, A modernização política. Suas principais inovações. O Ato Institucional nº 5/69. As emendas, especialmente a de n º 1 /69.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BARROSO, Luis Roberto. O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas. Rio de Janeiro, Renovar.
BASTOS, Celso Ribeiro & MARTINS, Ives Gandra Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo, Saraiva.
BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. São Paulo, Saraiva.
BONAVIDES, Paulo. Direito Constitucional. Rio de Janeiro. Forense.
Bonavides, Paulo & PAES DE ANDRADE. História Constitucional do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
CRETELLA JUNIOR, José. Elementos de Direito Constitucional. São Paulo, Revista dos Tribunais.
CUNHA, Fernand Whitaker Tavares da. Direito Constitucional do Brasil. Rio de Janeiro, Renovar.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3261473** e o código CRC **E3AFD380**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Internacional Público I	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS232	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: 3º
	Pré-requisito: IUS131

2. **EMENTA**:

A sociedade internacional: noções gerais. Evolução e fontes do Direito Internacional Público. O Estado como pessoa internacional. Responsabilidade Internacional.

3. **OBJETIVOS**:

- Fornecer elementos teóricos e normativos para desenvolver no aluno o espírito crítico para a compreensão do fenômeno jurídico; Despertar no acadêmico a importância do estudo do Direito Internacional; Instigar a reflexão acerca dos problemas internacionais.

4. **DIVISÃO DA DISCIPLINA**:

UNIDADE 1 – SOCIEDADE INTERNACIONAL

1.1 Noções gerais
1.2 Introdução à História do Direito Internacional
1.3 Introdução à Teoria do Direito Internacional

UNIDADE 2 – FONTES

2.1 Enumeração
2.2 Tratados: conceito e noções gerais
2.2.1 Formação, conclusão, término e condições de validade
2.2.2 Articulação dos tratados com a ordem interna
2.3 Costume Internacional: conceito e noções gerais

2.3.1 Formação e Cristalização
2.4 Outras fontes: conceito e noções gerais
2.5 Fenômenos com eficácia normativa diferenciada: jus cogens, soft law, opinio júris

UNIDADE 3 – RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL

3.1 Fato gerador: o ilícito internacional
3.1.1 Atributividade e imputação, causas excludentes de ilicitude
3.2 O dano 3.3 Proteção diplomática
3.4 Reparação

UNIDADE 4 – ESTADO: PESSOA INTERNACIONAL

4.1 Conceito de personalidade jurídica internacional
4.2 Jurisdição estatal e direito internacional
4.3 Os órgãos dos Estados nas relações internacionais
4.3.1 Imunidades diplomáticas
4.3.2 Imunidades Consulares
4.4 Reconhecimento de Estado e de Governo
4.5. Sucessão de Estados

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

DINH, Nguyen Quoc; DAILLER, Patrick; PELLET, Alain. Direito Internacional Público. Trad. Vítor Marques Coelho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
GUERRA, Sidney Cesar Silva. Curso de Direito Internacional Público. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
REZEK, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 1993.
SALIBA, Aziz Tuffi (org.). Direito dos Tratados: comentários à Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (1969). Belo Horizonte: Arraes, 2011.
VARELLA, Marcelo Dias . Direito Internacional Público. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

6**. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**:

ACCIOLY, Hildebrando. Tratado de Direito Internacional Público. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1956. 2 t.
AGO, Roberto. Scienza Giuridica e Diritto Internazionale. Milão: A. Giuffrè, 1950.
BORGES DE MACEDO, Paulo Emílio. A Guerra e a Cooperação Internacional. Curitiba: Juruá, 2002.
_____. Hugo Grócio e o Direito: o jurista da guerra e da paz. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
_____. O nascimento do Direito Internacional. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.
_____; FERREIRA, Lier Pires. Direitos Humanos e Direito Internacional. Curitiba: Juruá, 2006
JIMÉNEZ DE ARÉCHAGA, Eduardo et al. Curso de Derecho Internacional Público. Montevideo: Fundación de Cultura Universitária, 1979. 6 t.
KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3261529** e o código CRC **D8A6056E**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3261529

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Penal I	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS233	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 3º
	Pré-requisito: IUS131

2. **EMENTA**:

Direito Penal. Parte Geral. Princípios Gerais da Ciência Penal. Conceito. Escolas Penais. Teoria do Crime. Responsabilidade Penal. Imputabilidade. Concurso de Pessoas.

3. **OBJETIVOS**:

- Dar ao aluno uma visão panorâmica do Direito Penal, enfatizando aspectos teóricos e práticos da disciplina em consonância com as novas correntes do pensamento da Ciência Penal. Estudar a Teoria de Aplicação das Normas Penais e a Teoria do Crime.

4. **METODOLOGIA DE ENSINO**:

- Aulas expositivas e interativas. Debates. Análise crítica de textos legais, doutrinas e jurisprudências. Estudo de casos extraídos de processos, periódicos e livros propondo soluções. Atividades complementares orientadas para a disciplina.

5. **METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**:

Provas escritas individuais, trabalhos individuais.

6. **PROGRAMA**:

1. Introdução ao Direito Penal

- Conceito, denominação, estrutura e funções.
- Direito penal e sociedade
- Direito penal e poder punitivo
- Direito penal e sistema penal

2. As ciências penais

- Ciência do direito penal ou dogmática jurídico-penal
- Política criminal
- Criminologia
- Ciências afins

3. Evolução histórica

- Tempos primitivos
- Antiguidade
- Direito romano
- Direito germânico
- Período medieval
- Direito penal nos Estados absolutistas
- Escola clássica e a humanização do direito penal
- Escola positiva
- Direito penal no século XX
- Movimentos contemporâneos de reforma

4. Direito penal brasileiro

- Direito penal indígena
- Ordenações
- Código Criminal de 1830
- Código Penal de 1890
- Consolidação das Leis Penais
- Código Penal de 1940 - Código Penal de 1969
- Parte Geral de 1984
- Reforma Penal

5. Princípios limitadores do poder punitivo

- Princípio da intervenção mínima
- Princípio da fragmentariedade
- Princípio da lesividade
- Princípio da humanidade
- Princípio da culpabilidade
- Princípio da insignificância ou da bagatela
- Princípio da legalidade

6. Aplicação da lei penal no tempo

- Irretroatividade das leis penais e a retroatividade da lei penal mais benigna.
- Conflitos da lei penal no tempo
- Leis excepcionais e leis temporárias
- Norma penal em branco
- Lugar do crime
- Crimes permanentes e continuados

7. Aplicação da lei penal no espaço

- Princípios: territorialidade, personalidade ativa e passiva, de defesa ou de proteção, da bandeira ou da representação e da universalidade ou da justiça universal.
- Lugar do crime
- Hipóteses de extraterritorialidade

8. Impedimentos à aplicação da lei penal: imunidades diplomática e parlamentar

9. Extradição

- Princípios
- Condições
- A Constituição e os dispositivos infraconstitucionais

10. Eficácia da sentença penal estrangeira

11. Conflito aparente de normas

12. Teoria do crime

- Conceito de fato punível e as suas definições
- Infrações penais. Crimes e contravenções penais

13. Classificação de Crimes

- Crime tentado, consumado e exaurido
- Crime doloso, culposo e preterdoloso
- Crime comissivo, omissivo e comissivo por omissão
- Crime instantâneo e permanente
- Crime de dano e de perigo
- Crime material, formal e de mera conduta
- Crime unissubjetivo e plurissubjetivo
- Crime comum, próprio e de mão própria

14. Teorias da ação

- Modelo causal
- Modelo final
- Modelo social
- Modelo negativo
- Modelo pessoal

15. Os sujeitos da ação

- Sujeitos ativo e passivo
- A responsabilidade penal de pessoa jurídica

16. Teoria do tipo

- Conceito
- Tipicidade penal
- Estrutura dos tipos penais
- Elementos objetivos e subjetivos do tipo

17. O tipo nos crimes comissivos dolosos

- Tipo objetivo
- Relação de causalidade: teoria da equivalência dos antecedentes, teoria da causalidade adequada e teoria da imputação objetiva
- Tipo subjetivo: o dolo

18. O tipo nos crimes culposos

- Crimes culposos
- Elementos da culpa
- Modalidades e espécies da culpa
- Culpa consciente e dolo eventual

19. O tipo nos crimes omissivos

- Omissão própria e imprópria
- A estrutura do tipo
- A posição do garantidor

20. Ilicitude

- Conceito e essência da ilicitude
- Ilicitude e tipicidade
- Estado de necessidade
- Legítima defesa
- Estrito cumprimento do dever legal
- Consentimento do ofendido

21. Culpabilidade

- Conceito
- Estrutura
- Imputabilidade. Maturidade e sanidade. Embriaguez. Actio libera in causa
- Consciência da ilicitude
- Exigibilidade de conduta diversa. Coação moral irresistível, obediência hierárquica e estado de necessidade exculpante

22. Etapas de realização do delito

- Crime consumado
- Desistência Voluntária e Arrependimento eficaz
- O Arrependimento Posterior.
- Crime Impossível e tentativa inidônea

23. Teoria do erro

- Erro e responsabilidade penal
- Erro de tipo e erro de proibição
- Descriminantes putativas
- Erro in persona. Aberratio ictus. Erro determinado por terceiros

24. Concurso de Pessoas

- Teorias sobre o concurso de pessoas
- Teoria do Domínio do Fato
- Requisitos do concurso de pessoas
- Autoria, participação e coautoria.
- Autoria mediata
- Participação. Instigação e cumplicidade. Participação impunível
- Autoria colateral
- Multidão delinquente
- Punibilidade do concurso de pessoas. Participação de menor importância e cooperação dolosamente distinta
- Comunicabilidade de circunstâncias
- A teoria do domínio da organização e o crime organizado

7. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

_____. Concurso de Agentes: uma investigação sobre o problema da autoria e participação no Direito Penal Brasileiro. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. 2 ed., São Paulo: RT, 1997.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Geral. 12 ed. São Paulo: Saraiva, V. 1, 2007.

BRUNO, Aníbal. Direito penal. Parte Geral. Tomo I. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

COSTA JÚNIOR, Heitor. Teoria dos delitos culposos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1988.

DELMANTO, Celso. Código Penal comentado. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

DOTTI, René Ariel. Curso de direito penal - Parte Geral. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de direito penal: parte geral. 17 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

HUNGRIA, Nelson. Comentários ao Código Penal. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, v. 1, 1958.

JESUS, Damásio. Direito penal. Parte Geral. 28ª. Ed., São Paulo: Saraiva. V. 1, 2005.

MESTIERI, João. Manual de Direito Penal. Parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MIRABETE, Júlio F. Manual de direito penal. Parte Geral. 24ª. Ed. São Paulo: Atlas. V. 1, 2007.

PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Parte Geral. 7ª. Ed. São Paulo: RT. V. I, 2007.

ROXIN, Claus. Derecho penal, parte general, tomo I. Fundamentos. La estructuctura de la teoria del delito. Madri: Civitas, 1999.

SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito Penal. Parte Geral. 2ª. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007.
SHECAIRA, Sérgio Salomão. A responsabilidade penal da pessoa jurídica. 2. ed. São Paulo: Método, 2003.
TAVARES, Juarez. Teoria do injusto penal. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.
_____. As controvérsias em torno dos crimes omissivos. Rio de Janeiro: Instituto LatinoAmericano de Cooperação Penal, 1996.
TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de direito penal. 4. Ed., São Paulo: 1995.
ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro. Parte Geral. 7 ed. São Paulo: RT, 2007.
ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Direito Penal Brasileiro - I. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3262080** e o código CRC **F9904030**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Introdução ao Direito Processual	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS234	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 3º
	Pré-requisito: IUP123

2. **EMENTA**:

Sociedade e Tutela Jurídica. Direito Material e Direito Processual. Processo e Constituição. Fontes de Direito Processual. Eficácia da Lei Processual. Jurisdição. Órgãos do Poder Judiciário. Serviços Auxiliares. Ministério Público. Defensoria pública. Advogado. Ação. Processo: Princípios Gerais.

3. **OBJETIVOS**:

Transmitir aos alunos os conhecimentos básicos sobre a Teoria Geral do Processo, preparando-os para a aplicação desses conhecimentos nos estudos posteriores de Direito Processual Civil e Direito Processual Penal.

4. **PROGRAMA**:

1. Sociedade e Tutela Jurídica.
2. Direito Material e Direito Processual.
3. Processo e Constituição.
4. Fontes do Direito Processual.
5. Eficácia da Lei Processual no Espaço e no Tempo.
6. Evolução Histórica do Direito Processual.
7. Jurisdição.
8. Órgãos do Poder Judiciário.
9. Serviços Auxiliares.
10. Ministério Público.
11. Defensoria Pública – Assistência Judiciária.

12. Advogado – Constituído e Dativo.
13. Ação. 14. Processo.
15. Princípios Gerais do Processo.

7. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

ARAÚJO CINTRA, A. Carlos de; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido R. Teoria Geral do Processo. 2. SILVA, Ovídio Batista da. Et al. Teoria Geral do Processo Civil.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3262334** e o código CRC **5FF2C091**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3262334

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Teoria do Contrato	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP241	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 4º
	Pré-requisito: IUP231

2. **EMENTA**:

Contratos: noção, evolução histórica e elementos. Formação, obrigatoriedade e garantia. Efeitos e ineficácia dos contratos. Distrato. Contratos de compra e venda, doação e locação.

3. **OBJETIVOS**:

Conhecer os aspectos fundamentais da teoria do ato jurídico contratual, nos seus elementos constitutivos, na sua validade e na sua eficácia. Princípios fundamentais.

4. **PROGRAMA**:

UNIDADE 1 – Contratos: Conceitos e Noções.
UNIDADE 2 – Evolução histórica e elementos.
UNIDADE 3 – Efeitos e Ineficácia dos contratos.
UNIDADE 4 – Distrato.
UNIDADE 5 – Contrato de Compra e Venda.
UNIDADE 6 – Contrato de Locação.
UNIDADE 7 – Contrato de Doação.

7. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

AMARAL, Francisco. Direito Civil Brasileiro. Introdução. Rio de Janeiro, Forense, 1991. cap. XVIII.
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo, Saraiva, 1984.
GOMES, Orlando. Contratos. Rio de Janeiro, Forense.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de DireitoCivil. São Paulo, Saraiva, 1975.
PEREIRA, Caio Mario da. Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro, Forense, 1989.
RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. São paulo, Saraiva, 1981.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3262371** e o código CRC **E99466E9**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Constitucional II	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS241	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 4º
	Pré-requisito: IUS231

2. **EMENTA**:

Dos Direitos Sociais. Organização do Estado e dos Poderes . Poder Legislativo. Poder Executivo.Poder Judiciário. Ministério Público. A Defesa do Estado. Tributação e Orçamento. Ordem Econômica e Financeira. Política Urbana. A Ordem Social. As Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias.

3. **OBJETIVOS**:

Familiarizar os alunos com o texto constitucional vigente e com a aplicação do Direito Constitucional positivo.
Interpretar as linhas mestras da Constituição Brasileira de 1988.

4. **PROGRAMA**:

UNIDADE 1 : Os Direitos Sociais na Constituição Vigente. Os direitos políticos. Direitos de nacionalidade e cidadania. Perda dos direitos políticos. Partidos Políticos.
UNIDADE 2 : Da organização do Estado , Autonomia Estadual e Municipal. Competência políticoadministrativas legislativas e tributárias. Competências privativas, exclusivas, comuns, concorrentes. Intervenção.
UNIDADE 3: Da Organização dos Poderes. Função Executiva, legislativa e jurisdicional. Controles recíprocos e interseções. Sistema de freios e contrapesos. Harmonia entre os Poderes, Garantias e vedações.
UNIDADE 4: Poder Legislativo, Congresso Nacional. Senado Federal. Câmara dos Deputados. Processo Legislativo. As espécies normativas. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

UNIDADE 5: Poder Executivo. Presidente da República. Governadores de Estado. Prefeitos Municipais. Ministros e Secretários de Governo. Competências e princípios gerais.
UNIDADE 6: Poder Judiciário. Organização e funcionamento. O Supremo Tribunal Federal. Controle da constitucionalidade das leis. O Superior Tribunal de Justiça. Justiça Federal e Estadual. Justiça Militar, Eleitoral e do Trabalho. Garantias constitucionais da magistratura, O Ministério público.
UNIDADE 7: Da Tributação e do orçamento. Princípios gerais. Limitações ao poder de tributar. Impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Repartição das receitas tributárias. Das Finanças Públicas e do Orçamento.
UNIDADE 8: Da Ordem Econômica e Financeira. Princípios gerais. A atividade econômica e o Estado. Empresas Públicas e sociedades de economia mista. Monopólio. Política urbana e agrária. Sistema Financeiro Nacional.
UNIDADE 9: Da Ordem Social. Seguridade Social. Direito à educação, cultura e ao desporto. Comunicação social. Ciência e tecnologia. A família na Constituição. Direitos difusos . Proteção constitucional ao meio ambiente e aos índios.
UNIDADE 10: Disposições Constitucionais Gerais. Disposições Constitucionais Transitórias.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BARROSO, Luis Roberto. O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas. Rio de Janeiro, Renovar
Interpretação e aplicação da Constituição. São Paulo, Saraiva.
BASTOS, Celso Ribeiro & MARTINS, Ives Gandra Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo, Saraiva.
BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. São Paulo, Saraiva.
BONAVIDES, Paulo. Direito Constitucional. Rio de Janeiro, Forense.
COELHO, Sacha Calmon Navarro. Comentários à Constituição de 1988- Sistema Tributário. Rio de Janeiro, Forense.
CRETELLA JUNIOR, José. Elementos do Direito Constitucional. São Paulo, Revista dos Tribunais.
CUNHA, Fernando Whitaker Tavares da. Direito Constitucional do Brasil. Rio de Janeiro, Renovar.
Ferreira, Pinto. Comentários à Constituição Brasileira. São Paulo, Saraiva.
Curso de Direito Constitucional. São Paulo, Saraiva.
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Comentários à Constituição Brasileira de 1988. São Paulo, Saraiva.
Curso de Direito Constitucional. São Paulo, Saraiva.
JUNQUEIRA, Wolgran. Comentários à Constituição Brasileira de 1988.
MALUF, Sahid. Curso de Direito Constitucional. São Paulo, Saraiva.
SILVA, José Afonso da. Curdo de Direito Constitucional Positivo. São Paulo, Malheiros Editores

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3262413** e o código CRC **164833E7**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Penal II	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS243	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 4º
	Pré-requisito: IUS233

2. **EMENTA**:

A prova. Teoria sobre a pena. Histórico. Período da humanização do Direito Penal. Panorama atual. O regime das penas no novo Código Penal Brasileiro. As penas alternativas. Sursis e livramento condicional. Extinção da punibilidade. O decurso do tempo e a vida dos direitos.

3. **OBJETIVOS**:

Dar ao aluno uma visão geral sobre o Instituto da Pena harmonizando o programa com a nova concepção da aplicação das penas alternativas que hoje abrange o pensamento, as correntes penais do mundo inteiro.

4. **PROGRAMA**:

UNIDADE 1 : DAS PENAS

1. Conceito da pena. Concepção histórica. Evolução. Pena e Vingança privada. A Lei do Talião. Período Humanitário - Beccaria. Visão contemporânea.
2. O Estado como titular do jus puniendi. Ação penal privada e aplicação da pena.

UNIDADE 2 : ESPÉCIES DE PENA NO ATUAL CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

1. Penas privativas da liberdade. Reclusão e detenção.
2. As penas restritivas do direito e o Código de 1984. Prestação de serviços à comunidade. Interdição de direitos. Limitação do fim de semana.
3. A pena de multa. Modos de aplicação da pena de multa. Crimes e contravenção. A pena de multa substitutiva.

UNIDADE 3: O SISTEMA PROGRESSIVO

1. Introdução ao sistema progressivo no Brasil. Reclusão e detenção. Regime fechado. Regime semiaberto. Regime aberto. Regras pertinentes. Regressão. Os crimes hediondos.
2. Regime especial. Direitos dos presos. Trabalho. Detração penal. A Lei das Execuções penais.

UNIDADE 4: COMINAÇÃO DAS PENAS

1. Prescrição legal das penas. Limites preestabelecidos. Pena in abstracto.
2. Penas restritivas de direito e o princípio da legalidade estrita. Duração.

UNIDADE 5: APLICAÇÃO DA PENA

1. Individualização da pena. Pena in concreto. Critério do art. 59. Regime inicial.
2. Critérios especiais da pena de multa. A situação econômica do réu. Multa substitutiva.

UNIDADE 6: CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES GENÉRICAS

1. A reincidência. Motivação do crime. Formas de execução. Relações de participação e de dependência. Condições especiais.
2. Agravação da pena.
3. Efeitos da reincidência.
4. Atenuantes. A idade do condenado. O desconhecimento da lei. Relevante valor moral. Atenuante genérica e causa especial de diminuição da pena. Coação e cumprimento da ordem. Confissão. O crime praticado sob a influência da multidão.
5. Concurso de agravantes e atenuantes.
6. Cálculo da pena. Pena base. Operação tríplice.

UNIDADE 7 : CONCURSO DE CRIMES

1. Concurso material e concurso formal. Regras para aplicação da pena. Desígnios autônomos.
2. Crime continuado. Agravação da pena.

UNIDADE 8 : SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. Condição do sursis. Condições objetivas. A personalidade do réu. Sursis – Direito subjetivo do preso ou favor legal.
2. A suspensão da pena e a suspensão do processo. Critérios da Lei nº 9.099.
3. Condições para o cumprimento do sursis. Condições legais e judiciárias. Revogação obrigatória e revogação facultativa.
4. Período da prova. Prorrogação. Extinção da pena.

UNIDADE 9: LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Livramento e sistema progressivo. Condições objetivas do livramento.
2. Exame criminológico.
3. Soma das penas.
4. Revogação obrigatória e facultativa. Efeitos da revogação. Extinção da pena.

UNIDADE 10 : EFEITOS DA CONDENAÇÃO

1. A reparação do dano. Responsabilidade civil e responsabilidade penal.
2. Confisco dos instrumentos do crime e do produto da infração. Os direitos de terceiros.
3. Outros efeitos da condenação. Antigas penas acessórias. Fundamentação da sentença.

UNIDADE 11: REABILITAÇÃO

1. Prazo e condições. A Lei nº 7.209. Colocação sistemática. Revogação.

UNIDADE 12: MEDIDA DE SEGURANÇA

1. Duplo binário. A experiência de 1940. Pena e medida de segurança.
2. Colocação no Código de 1984.
3. Prazo. Perícia médica.
4. Regime dos semi imputáveis.

UNIDADE 13: AÇÃO PENAL

1. Ação penal pública. Estado como titular do jus puniendi.
2. Ação penal pública incondicionada e condicionada. A representação e a requisição ministerial.
3. Ação penal privada.
4. Ação penal privada subsidiária. A inércia do Ministério Público.
5. Decadência do direito de queixa ou representação.
6. Renúncia. Perdão do ofendido.
7. Ação penal no crime complexo.

UNIDADE 14: EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. A morte do agente. Anistia, graça e indulto. Comutação da pena. Abolítio criminis
2. Prescrição, decadência e perempção.
3. Renúncia ao direito de queixa. Perdão aceito. Retratação do agente. Casamento nos crimes contra os costumes.

UNIDADE 15: PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

1. Prescrição da pretensão punitiva e prescrição da pena.
2. Prazos prescricionais.
3. Prescrição da pena. O trânsito em julgado para a acusação. Prescrição subsequente. Prescrição retroativa.
4. Termo inicial da prescrição. Antes e depois da sentença.
5. Fuga do condenado e livramento condicional.
6. Prescrição da pena e multa.
7. Suspensão e interrupção da prescrição.
8. Perdão judicial. Natureza jurídica.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

MIRABETE, Julio F. Manual de Direito Penal. Vol. 1. 7 ed. São Paulo, Atlas: 1993.
JESUS, Damasio E. de. Direito Penal. 10ed. São Paulo, Saraiva: 1985.
COSTA, Álvaro Mayrink da. Direito Penal. Vol. 1. tomo I e II. 5 ed. Rio de Janeiro, 1995.
FRAGOSO, Heleno C. Lições de Direito Penal. Vol 1. 15 ed. Rio de Janeiro, Forense, 1994.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3263292** e o código CRC **E4B45BCD**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3263292

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Processual Civil I	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS245	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 4º
	Pré-requisito: IUS234

2. **EMENTA**:

Jurisdição Civil. Competência. Ação Civil. Processo

3. **OBJETIVOS**:

Desenvolver os temas específicos da Teoria Geral do Processo aplicáveis ao Processo Civil.

4. **PROGRAMA**:

1. Jurisdição Civil.
2. Competência
3. Ação – Condições da ação- Elementos da ação- Identificação da ação.
4. Processo . Classificação. Pressupostos Processuais.
5. Nulidades Processuais. Litigância de Má-fé.
6. Atos de Comunicação Processual.
7. Intervenção de Terceiros.
8. Formação , Suspensão e Extinção do Processo.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. São Paulo, Saraiva vols . 2 e 4

MARQUES, José Frederico. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo, Saraiva vols. 1 e 2.
MOREIRA, José Carlos Barbosa. O Novo Processo Civil Brasileiro. Rio de Janeiro, Forense.
THEODORO Jr., Humberto. Curso de Direito Processual Civil.
GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3263423** e o código CRC **24EE5BFB**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Comercial	**Departamento:** Direito Social e Econômico
Código: IUE312	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 5º
	Pré-requisito: IUP241

2. **EMENTA**:

Direito Comercial. Fontes. Atos de Comércio. Empresário Comercial. A Empresa e seus auxiliares. O Registro de Empresas Mercantis. Obrigações profissionais do Empresário Comercial. O Exercício Coletivo da Empresa. As várias espécies de Sociedades Comerciais.

3. **OBJETIVOS**:

- Instruir e capacitar teoricamente o aluno do curso de Direito no conhecimento da matéria Comercial, assim como orientá-lo no campo prático de acordo com a jurisprudência.
- Identificar o Empresário Comercial, facilitando o estudo e entendimento da Empresa e de seus problemas jurídicos, inclusive suas relações com seus auxiliares.
- Oferecer noções de Direito Societário, em especial sobre as várias formas associativas existentes no Direito Pátrio

4. **PROGRAMA**:

UNIDADE 1 – Comércio e Direito Comercial. Autonomia. Fontes. Características. Matéria de Comércio. Atos de Comércio e suas classificações.
UNIDADE 2 – O Empresário Comercial. Posição do Direito Nacional. Requisitos. Menor Comerciante. Cônjuge. Interdito. Estrangeiro. Proibidos de Comerciar. Comerciante Regular e Irregular.
UNIDADE 3 – A Empresa, seus elementos e atributos. Noção Econômica e Jurídica. Empresário. Empresa, Estabelecimento Comercial e Sociedade. Espécies. Elementos de Identificação. Elementos do Exercício. Atributos.
UNIDADE 4 – Colaboradores da Empresa. Noção. Classificação. Colaboradores Dependentes e Independentes.

UNIDADE 5 – Obrigações Profissionais dos Empresários Comerciais. Contabilidade e Escrituração. Auditoria Independente. Livros Comerciais. Formalidades. Sigilo. Exibição. Força Probatória. Registro de Empresas Mercantis e Registro da Propriedade Industrial. Balanço.
UNIDADE 6 – O Exercício coletivo da Empresa (parte geral). Conceito. Elementos. Natureza Jurídica. Personalidade Jurídica. Teoria do “Disregard”. Classificação. Gerência. Sociedade Unipessoal.
UNIDADE 7 - O Exercício coletivo da Empresa (parte especial). Sociedade em nome coletivo, em Comandita Simples, de Capital e Indústria, em Conta de Participação e por Quotas de Responsabilidade Limitada. Sociedade por Ações.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

AZEREDO SANTOS, Theóphilo de. Manual de Direito Comercial.
BORGES, João Eunápio. Curso de Direito Comercial Terrestre.
COELHO, Fábio Ulhôa. Manual de Direito Comercial.
MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial.
REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 13:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3263486** e o código CRC **5445CB88**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Gabinete da Direção
Coordenação de Graduação
Secretaria dos Departamentos

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Contratual	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP351	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 5º
	Pré-requisito: IUP241

2. **EMENTA**:

Contratos no Direito Civil Brasileiro. Declarações unilaterais de vontade: promessa de recompensa e títulos ao portador. O projeto do Código Civil e o Direito das Obrigações.

3. **OBJETIVOS**:

- Dominar a teoria e a prática dos modelos contratuais do Direito Brasileiro, na sua existência, validade e eficácia.

4. **PROGRAMA**:

1. Contratos do Direito Civil Brasileiro.
2. Declarações unilaterais de vontade.
3. Promessa de recompensa.
4. Títulos ao portador.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

AMARAL, Francisco. Direito Civil Brasileiro. Introdução. Rio de Janeiro, Forense, 1991.
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo, Saraiva.
GOMES, Orlando. Contratos. Rio de Janeiro, Forense.
MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. São Paulo, Saraiva, 1975.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro, Forense.
RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. São Paulo, Saraiva, 1981.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3263531** e o código CRC **7F3FABAB**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3263531

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Penal III	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS353	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 5º
	Pré-requisito: IUS243

2. **EMENTA**:

Parte Especial. Estudos dos Crimes em Espécie. Doutrina e Jurisprudência. Discussão sobre Temas Fundamentais da Ciência Penal.

3. **OBJETIVOS**:

- Dar ao aluno uma visão teórica e prática crimes em espécie, enfatizando aspectos doutrinários e jurisprudenciais das diversas infrações penais.

4. **PROGRAMA**:

UNIDADE 1 : CRIMES CONTRA A PESSOA

1. Homicídio. Simples e qualificado. Homicídio privilegiado. O crime passional.

UNIDADE 2 : HOMICÍDIO CULPOSO

1. A Lei nº 4.611/65. Discussão sobre a sua posição no Dir. Processual Penal. A Constituição de 1988. Aumento da pena.

UNIDADE 3: INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO AO SUICÍDIO. AUMENTO DA PENA.

1. Infanticídio.

UNIDADE 4: ABORTO

1. Aborto. Discussão em torno da legalidade do aborto.
2. Aborto provocado com o consentimento da gestante. Auto aborto.
3. Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante. Causa especial do aumento da pena.
4. Formas qualificadas.
5. Causas excludentes da criminalidade. O aborto terapêutico. Gravidez resultante de estupro.

UNIDADE 5: DAS LESÕES CORPORAIS

1. Lesões corporais. Lesões leves., graves e gravíssimas.
2. Lesão corporal seguida de morte.
3. Diminuição e substituição da pena.
4. Lesão corporal. Aumento da pena.

UNIDADE 6: DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

1. Da periclitação da vida e da saúde. Perigo de contágio de moléstia grave. Perigo para a vida ou a saúde de outrem.
2. Abandono de incapaz. Aumento da pena. Exposição ou abandono de recém-nascido.
3. Omissão de socorro.
4. Maus tratos. Forma praeter dolosa.

UNIDADE 7 : DA RIXA

1. Rixa. Forma praeter dolosa.

UNIDADE 8 : DOS CRIMES CONTRA A HONRA

1. Calúnia. Exceção da verdade. A honra objetiva ou reputação.
2. Difamação. Exceção da verdade.
3. Injúria. A honra subjetiva. Perdão judicial.
4. Injúria real. Ação penal.
5. Exclusão do crime. Retratação. Pedido de explicação.
6. Ação penal nos crimes contra a honra.

UNIDADE 9: CRIME CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL

1. Constrangimento ilegal. O fundamento constitucional. Aumento da pena.
2. Ameaça.
3. Sequestro. Cárcere privado.
4. Reclusão a condição análoga a do escravo.

UNIDADE 10 : CRIMES CONTRA A INVIOLABILIDADE DO DOMICÍLIO

1. Violação de domicílio. O conceito jurídico penal da casa e suas dependências.
2. Formas qualificadas.
3. Exclusão do crime.

UNIDADE 11: CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

1. Do furto. Formas qualificadas. A violência contra a coisa. Momento consumativo do crime de furto.
2. Furto qualificado. Furto da coisa comum.

UNIDADE 12: DO ROUBO E DA EXTORSÃO

1. Roubo. A subtração com violência a pessoa. Roubo impróprio. Tentativa. O crime complexo.
2. Formas qualificadas. Latrocínio.
3. Extorsão. Formas qualificadas.
4. Extorsão mediante sequestro. Formas qualificadas. Crime hediondo.
5. Extorsão indireta.

UNIDADE 13: DA USURPAÇÃO

1. Usurpação de águas. Esbulho possessório. Supressão ou alteração da marca em animais.

UNIDADE 14: DO DANO E DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

1. Dano qualificado. Alteração do local especialmente protegido. Ação penal.
2. Apropriação indébita. Causas de especial aumento da pena. Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza. Apropriação de terreno. Apropriação de coisa achada.

UNIDADE 15: ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

1. Estelionato. Disposição da coisa alheia como própria. Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria. Defraudação de penhor. Fraude na entrega da coisa. Fraude por recebimento de indenização ou valor do seguro. Fraude no pagamento por meio de cheque.
2. Fraude civil e fraude penal.
3. Duplicata simulada. Abuso de incapazes. Induzimento à especulação.
4. Fraude no comércio. O Código de Defesa do Consumidor.
5. Outras fraudes. Lei das S.A.
6. Fraude à exceção.
7. Receptação. Receptação culposa. Casos de perdão judicial.
8. Disposições gerais.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

MIRABETE, Julio F. Manual de Direito Penal. Vol. 1. 7 ed. São Paulo, Atlas: 1993.
JESUS, Damasio E. de. Direito Penal. 10ed. São Paulo, Saraiva: 1985.
COSTA, Álvaro Mayrink da. Direito Penal. Vol. 2. tomo I e II. 4 ed. Rio de Janeiro, 1994.
FRAGOSO, Heleno C. Lições de Direito Penal. Vol 2. ed. Universitária Rio de Janeiro, Forense, 1989.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3263594** e o código CRC **94910A91**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Processual Civil II	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS355	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 5º
	Pré-requisito: IUS245

2. **EMENTA**:

Processo de Conhecimento. Procedimento Comum. Pedido. Resposta do Réu. Provas. Sentença. Coisa Julgada.

3. **OBJETIVOS**:

Desenvolver os conhecimentos relativos ao processo de conhecimento, seus diversos procedimentos, fases e atos, desde a inicial até a sentença

4. **PROGRAMA**:

1. Procedimento comum e especial.
2. Procedimento Sumário.
3. Petição inicial.
4. Contestação. Exceção. Reconvenção.
5. Costumácia Processual.
6. Providências Preliminares.
7. Audiência Preliminar.
8. Julgamento conforme o Estado do Processo.
9. Instrução da causa.
10. Audiência de instrução e julgamento.
11. Sentença – Antecipação da Tutela. 12. Coisa Julgada.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de Direito Processual Civil. São Paulo, Saraiva. Vols. 2 e 3.
MARQUES, José Frederico. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo, Saraiva. Vols. 2 e 3.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O novo Processo Civil Brasileiro. Rio de Janeiro, Forense.
THEODORO Jr., Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 5. GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3263676** e o código CRC **B7B9EDED**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Administrativo I	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS356	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 5º
	Pré-requisito: IUS241

2. **EMENTA**:

Noções de conceituação , natureza da posição e relação com outras disciplinas . Atos Administrativos. Contratos Administrativos.

3. **OBJETIVOS**:

Adquirir os conhecimentos específicos do Direito Administrativo relacionando-os ao desenvolvimento político e econômico do Estado.

4. **PROGRAMA**:

− NOÇÕES PRELIMINARES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

Direito Público e Direito Privado
Conceito de Direito Administrativo

− ADMINITRAÇÃO PÚBLICA

A Estrutura Administrativa
Atividade Administrativa
Poderes e deveres do administrador
Uso e abuso do poder

− PODERES ADMINISTRATIVOS

Poder vinculado
Poder discricionário

Poder hierárquico
Poder disciplinar
Poder regulamentar
Poder de Polícia

− ATOS ADMINISTRATIVOS

Conceito
Requisitos
Atributos
Classificação
Espécies
Motivação
Invalidação

− CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Conceitos
Peculiaridades
Formalização
Alteração
Execução

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo, Saraiva, 1989.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. São Paulo, Revista dos Tribunais,1985.
MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo, Malheiros Editores, 1993.
MOREIRA NETO, Diodo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, Forense, 1990.
PIETRO,Maria Sylvia Zanella Di . Direito Administrativo. São Paulo, Atlas, 1993.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3263744** e o código CRC **5E498E68**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Títulos de Crédito	**Departamento:** Direito Social e Econômico
Código: IUE322	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 6º
	Pré-requisito: IUE312

2. **EMENTA**:

Teoria geral dos Títulos de Crédito. Classificações. Características. Endosso. Aceite. Avaliação de Letra de Câmbio. Nota Promissória. Duplicatas. Cheque. Títulos representativos de mercadorias. Títulos de Crédito Rural. Títulos de Crédito Industrial.

3. **OBJETIVOS**:

Dar ao aluno noções básicas sobre a prática creditícia através do estudo da teoria geral dos Títulos de Crédito e da Análise dos Institutos de Direito Cambial.
Identificar os diversos Títulos, relacionando os preceitos legais à Prática Forense para proporcionar ao futuro Bacharel suporte ao exercício da advocacia nesta área.

4. **PROGRAMA**:

UNIDADE 1 – Teoria Geral dos Títulos de Crédito. Características. Atributos. Classificações. Espécies.
UNIDADE 2 – Letra de Câmbio. Legislação. Conceito. Figuras Intervenientes. Requisitos. Saque. Aceite. Endosso. Aval. Vencimento. Pagamento. Intervenção. Ressaque. Protesto. Ação de Cobrança. Ação Cambial. Ação de locupletamento. Prescrição.
UNIDADE 3 – Nota Promissória. Conceito. Figuras Intervenientes. Requisitos. Disciplina Legal. Nota Promissória pro soluto e pro solvendo.
UNIDADE 4 – Duplicatas. Faturas. Legislação. Requisitos. Figuras Intervenientes. Registro. Vencimento. Remessa e Devolução. Aceite. Endosso e Aval. Protesto. Ação de Cobrança. Prescrição. Triplicata. Duplicata Simulada.
UNIDADE 5 – Cheque. Conceito. Legislação. Figuras Intervenientes. Requisitos. Pressupostos. Espécies. Endosso e Aval. Apresentação. Pagamento. Sustação e Contra-Ordem. Ação de Cobrança. Prescrição. Repressão ao cheque sem provisão de fundos.

UNIDADE 6 – Conhecimento de Transporte. Conceito. Legislação. Figuras Intervenientes. Requisitos. Circulação. Mercadoria em trânsito. Perda ou Extravio.
UNIDADE 7 - Conhecimento de Depósito e Warrant. Armazéns gerais. Recibo de Depósito. Requisitos. Circulação. Extinção. Perda.
UNIDADE 8 – Títulos de Crédito Rural e Industrial. Cédula de Produto Rural – CPR.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

AZEREDO SANTOS, Theóphilo de. Manual dos Títulos de Crédito.
BORGES, João Eunápio. Títulos de Crédito.
BULGARELLI, Waldirio. Títulos de Crédito.
COELHO, Fábio Ulhôa. Manual de Direito Comercial.
MARTINS, Fran. Títulos de Crédito. 2 vols.
REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. Vol. 2

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3263771** e o código CRC **13F631F9**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direitos Reais I	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP361	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 6º
	Pré-requisito: IUP351

2. **EMENTA**:

Direito das Coisas. Posse. Direitos Reais. Direito de Propriedade. Noção. Evolução histórica e limitações legais. Aquisição e extinção do Direito de Propriedade. Condomínio. Propriedades: literária, científica e artística.

3. **OBJETIVOS**:

Compreender o instituto da propriedade na sua gênese e gênese e evolução histórica, e na sua disciplina jurídica referente à aquisição, perda e função na sociedade contemporânea.

4. **PROGRAMA**:

1. Direitos Reais. Conceito. Características. Importância. Objeto.
2. Propriedade. Conceito. Fundamento. Evolução histórica. Objeto. Conteúdo. Modalidades.
3. Limitações da Propriedade. Limitações legais, jurídicas e voluntárias.
4. Aquisição da Propriedade e Sistemas de Aquisição. Modos de adquirir.
5. Aquisição pela transcrição.
6. Aquisição pela acessão.
7. Usucapião.
8. Aquisição da propriedade dos bens móveis.
9. Perda da propriedade.
10. O Condomínio.
11. Direitos da Vizinhança.
12. A Posse. Conceito. Evolução histórica. Natureza jurídica. Objeto.
13. Classificação da Posse.
14. Aquisição e perda da posse.
15. Efeitos da posse. Proteção possessória.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

AMARAL, Francisco. Direito Civil Brasileiro. Introdução. Rio de Janeiro, Forense, 1991.
GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. Rio de Janeiro, Forense.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil I. Rio de Janeiro, Forense.
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro IV. São Paulo, Saraiva.
BEVILÁQUA, Clóvis. Teoria Geral do Direito Civil. ed. Revisada e atualizada pelo Prof. Caio Mário da Silva Pereira. Ed. Rio e Francisco Alves, 1975.
MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil-Parte Geral. São Paulo, Saraiva, 1975.
RODRIGUES, Silvio. Direito Civil-Parte Geral. São Paulo, Saraiva, 1981.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3263802** e o código CRC **102A58A5**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direitos Penal IV	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS363	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 6º
	Pré-requisito: IUS353

2. **EMENTA**:

Parte Especial. Estudos dos Crimes contra os Costumes. Dos Crimes contra a Família. Dos Crimes contra a Saúde Pública. Dos Crimes Contra a Fé Pública. Dos Crimes Contra a Administração Pública. Disposições Finais.

3. **OBJETIVOS**:

Dar ao aluno uma visão teórica e prática crimes em espécie, enfatizando aspectos doutrinários e jurisprudenciais das diversas infrações penais.

4. **PROGRAMA**:

UNIDADE 1 : DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES

1. Dos crimes contra a liberdade sexual. Estupro. Atentado violento ao pudor. Posse sexual mediante fraude. Atentado ao pudor mediante fraude.
2. Da sedução e corrupção de menores: Sedução, Corrupção de menores.
3. Do rapto: rapto violento mediante fraude. Rapto consensual. Diminuição da pena. Concurso de rapto e outro crime.
4. Disposições gerais. Crimes contra os costumes. Formas qualificadas. Presunção de violência. Ação Penal. Aumento da pena.
5. Do lenocínio e do tráfico de mulheres: Mediação para servir à lascívia de outrem. Formas qualificadas. Fim de lucro. Favorecimento da prostituição. Formas qualificadas. Fim de lucro. Casa de prostituição. Formas qualificadas. Fim de lucro. Rufianismo. Formas qualificadas. Fim de lucro. Tráfico de mulheres. Formas qualificadas. Fim de lucro. Disposições gerais. Formas qualificadas.
6. Do ultraje público ao pudor: Ato obsceno. Escrito ou objeto obsceno.

UNIDADE 2 : DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

1. Crimes contra o casamento: Da Bigamia; Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento; Conhecimento prévio de impedimento; Simulação de autoridade para celebração de casamento; Simulação de casamento; Adultério.

UNIDADE 3: DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

1. Epidemia. Aumento da pena. Modalidade culposa.
2. Infração de medida sanitária preventiva. Aumento da pena.
3. Omissão de notificação de doença.
4. Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal. Modalidade culposa.
5. Corrupção ou poluição de água potável. Modalidade culposa.
6. Corrupção, adulteração ou falsificação de substância alimentícia ou medicinal. Modalidade culposa.
7. Alteração de substância alimentícia ou medicinal. Modalidade culposa.
8. Emprego de processo proibido ou de substância não permitida.
9. Involucro ou recipiente com falsa indicação.
10. Substância destinada à falsificação.
11. Outras substâncias nocivas à saúde pública. Modalidade culposa.
12. Substância avariada.
13. Medicamento em desacordo com receita médica. Modalidade culposa.
14. Lei nº 6.368 de 21 de outubro de 1976.
15. Exercício ilegal de medicina, arte dentária ou farmacêutica. Fim de lucro.
16. Charlatanismo.
17. Curandelismo. Remuneração. Forma qualificada.
18. Crimes contra a paz pública. Incitação ao crime. Apologia de crime ou criminoso. Quadrilha ou bando

UNIDADE 4: DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

1. Da moeda falsa: Boa fé. Restituição à circulação. Crime próprio. Desvio/Circulação de moeda. Circulação de moeda de circulação ainda não autorizada. Forma qualificada; Crimes assimilados ao de moeda falsa. Crime próprio; Petrechos para falsificação de moeda; Emissão de título ao portador sem permissão legal. Recebimento. Utilização.
2. Da falsidade de títulos e outros papéis públicos: Falsificação de papéis públicos. Da falsificação dos papéis referidos nos itens I/VI do art. 293. Do uso destes papéis. Da supressão dos sinais indicativos da inutilização destes papéis para o fim de torná-los novamente utilizáveis; Do uso destes papéis depois da alteração; Da boa fé no recebimento destes papéis alterados. Do conhecimento da alteração e do uso; Petrechos para falsificação destes papéis; Crime próprio.
3. Da falsidade documentação: falsidade do selo ou sinal públicos. Nos itens I e II, do art. 296, do Código Penal, Do uso destes selos ou sinais. Do crime próprio; Falsificação de documento público. Do crime próprio; Da equiparação a documento público; Falsificação de documento particular; Falsidade ideológica. Crime próprio. Aumento da pena; Falso recolhimento de firma. Documento público. Documento particular.; Certidão ou atestado ideologicamente falso; Falsidade material de atestado ou certidão Fim de lucro; Falsidade de atestado médico. Fim de lucro; Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica. Fim de comércio; Uso de documento falso; Supressão de documento público. De documento particular.

4. Outras falsidades: Falsificação de sinal empregado no contraste de metal precioso ou na falsificação alfandegária. Da qualificação; Falsa identidade. Crime subsidiário; Uso de documento de identidade alheia (Celso Delmanto); Fraude de lei sobre estrangeiros; Atribuição de falsa qualidade de estrangeiro (Celso Delmanto); Falsidade em prejuízo da nacionalização de sociedade.

UNIDADE 5: DOS CRIMES PRATICADOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral: Peculato. Furto. Peculato Culposo. Reparação do dano anterior e posterior a sentença; Peculato mediante erro de outrem; Extravio. Sonegação ou inutilização de livro ou documento; Emprego irregular de verbas ou rendas públicas; Concussão. Excesso de exação; Forma qualificada; Corrupção passiva. Aumento da pena. Forma privilegiada; Facilitação de contrabando ou descaminho; Prevaricação; Condescendência criminosa; Advocacia administrativa. Interesse ilegítimo; Violência arbitrária; Abandono de função; Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado; Violação de sigilo funcional; Violação de sigilo de proposta de concorrência; Disposições comuns ao capítulo. Conceito de funcionário público. Aumento da pena.
2. Dos crimes praticados por particular contra a administração pública: Usurpação de função pública. Forma qualificada. Resistência. Forma qualificada. Concurso material (Celso Delmanto); Desobediência; Desacato; Exploração de prestígio; Aumento da pena; Corrupção ativa; Aumento da pena; Contrabando ou descaminho. Equiparação as atividades comerciais. Aumento da pena; Impedimento. Perturbação ou fraude em concorrência; Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com alterações da Lei nº 8.883 de 08 de junho de 1994. Normas para licitações e contratos da administração pública; Inutilização de edital ou de sinal; Subtração ou inutilização de livro ou documento.
3. Dos crimes contra a administração da Justiça; Reingresso de estrangeiro expulso: Denunciação caluniosa. Causa de aumento da pena. Causa de diminuição da pena, Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992; Auto acusação falsa; Falso testemunho ou falsa perícia para fins de processo penal. Forma qualificada. Causa de aumento da pena. Retratação. Declaração da verdade. Corrupção ativa de testemunha ou perito (Celso Delmanto). Forma qualificada. Coação no curso do processo. Concurso material. Exercício arbitrário das próprias razões. Concurso material. Ação penal. Furto, supressão, dano da coisa própria em poder de terceiro (Celso Delmanto). Fraude processual. Causa de aumento; Favorecimento pessoal. Crime privilegiado. Isenção da pena. Favorecimento real; Exercício arbitrário ou abuso de poder. Sua revogação pela Lei nº 4.989 de 09 de dezembro de 1965. Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança. Forma qualificada. Concurso material. Crime próprio. Forma culposa; Evasão mediante violência contra a pessoa. Concurso material. Arrebatamento de preso. Concurso material; Motim de preso. Crime próprio; Patrocínio infiel. Crime próprio: Patrocínio simultâneo ou tergiversação. Crime próprio. Sonegação de papel ou objeto de valor probatório. Crime próprio. Exploração de prestígio. Causa de aumento da pena; Violência ou fraude em arrematação judicial. Concurso de crimes. Pena alternativa. Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito. Crime próprio. Pena alternativa.

UNIDADE 6: DISPOSIÇÕES FINAIS

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

COSTA, Álvaro Mayrink da. Direito Penal. Vol. 2. tomo I e II. 4 ed. Rio de Janeiro, 1994.
FRAGOSO, Heleno C. Lições de Direito Penal. Vol 2. ed. Universitária Rio de Janeiro, Forense, 1989.
JESUS, Damasio E. de. Direito Penal. 10 ed. São Paulo, Saraiva: 1985.

MIRABETE, Julio F. Manual de Direito Penal. Vol. 1. 7 ed. Vol. 2. 7 ed. São Paulo, Atlas: 1993.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 04/07/2023, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3263842** e o código CRC **9761D2A6**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3263842

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direitos Administrativo II	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS364	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 6º
	Pré-requisito: IUS356

2. **EMENTA**:

Noções de Bens Públicos. Intervenção na propriedade. Servidor Público. Administração Pública e Entidades Paraestatais. Serviço Público e terceirizações. Responsabilidade Civil do Estado.

3. **OBJETIVOS**:

Identificar e analisar os principais institutos do Direito Administrativo presentes no cotidiano da vida urbana. A utilização de bens públicos, de bens privados em consonância com a função social da propriedade.
Avaliar o funcionamento da Administração Pública através da Administração Pública através da prestação de serviços por ela mesma, suas entidades ou terceiros, ou mesmo pela atuação de seus servidores.
Apresentar o conceito de responsabilidade civil do Estado.

4. **PROGRAMA**:

− RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

- Responsabilidade Civil da Administração; Reparação do Dano e Ação Regressiva.

− INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE

- Restrições do Estado sobre a propriedade privada - Modalidades; Fundamento; Função Social da Propriedade; Limitações Administrativas; Ocupação temporária e Requisição administrativa.

- Desapropriação
  Conceito; Fundamento Jurídico; Requisitos Constitucionais; Processo Expropriatório; Imissão provisória na posse; Desvio de finalidade; Desapropriação indireta e Retrocessão.
- Servidão Administrativa
- Requisição
- Ocupação Temporária
- Limitação Administrativa

− ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

- Descentralização
- Entidades da administração indireta, Autarquia; Fundação e Empresas Estatais.
- Normas comuns às entidades da administração indireta Privilégios próprios das autarquias e fundações públicas
- Natureza jurídica dos bens das entidades da administração indireta
- Controle administrativo ou tutela das entidades da administração indireta

− ENTIDADES PARAESTATAIS E TERCEIRO SETOR

- Conceitos de entidade paraestatal e de terceiro setor
- Serviços sociais autônomos
- Entidades de apoio
- Organizações sociais
- Organização da sociedade civil de interesse público

− SERVIÇOS PÚBLICOS

- Conceito
- Princípios
- Classificação
- Formas de Prestação
- Concessão, Permissão, Autorização

− SERVIDORES PÚBLICOS

- Agentes públicos
- Cargo, emprego e função
- Normas Constitucionais: Regime Jurídico do Servidor; Direito de acesso aos cargos, empregos e funções públicas; Condições de ingresso; Sistema remuneratório dos servidores públicos; Direito de greve e de livre associação sindical; Proibição de acumulação de cargos; Aposentadoria; Estabilidade; Afastamento para exercício de mandato eletivo e Direitos Sociais.

- BENS PÚBLICOS

- Conceito
- Classificação

- Aquisição, Administração, Uso e Alienação.
- Bens da União, dos Estados e dos Municípios.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Júris, 2007.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2004.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Discricionariedade e controle jurisdicional. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.
_____. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.
MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo: Parte Introdutória, Parte Geral e Parte Especial. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2001.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direitos Processual Civil III	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS365	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 6º
	Pré-requisito: IUS355

2. **EMENTA**:

Recursos. Processo de Execução.

3. **OBJETIVOS**:

Desenvolver os conhecimentos do aluno sobre os meios de impugnação das Decisões Judiciais e sobre Processo de Execução.

4. **PROGRAMA**:

1. Introdução ao Sistema de Recursos
2. Recursos em Espécie
3. Sucedâneos Recursais
4. Procedimentos de Competência Originária dos Tribunais
5. Ação Rescisória
6. Teoria Geral da Execução
7. Liquidação de Sentença
8. Responsabilidade Patrimonial
9. Procedimentos Executórios em Espécie
10. Insolvência Civil

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

DINAMARCO, Cândido R. . Execução Civil. São Paulo, Malheiros.
MARQUES, José Frederico. Manual de Direito Procssual Civil. São Paulo. Saraiva, vol. 5.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual. São Paulo, Saraiva, vol. 3.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 05/07/2023, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3266783** e o código CRC **D09AD5CE**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3266783

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direitos do Trabalho I	**Departamento:** Direito Social e Econômico
Código: IUE411	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 7º
	Pré-requisito: IUP351

2. **EMENTA**:

Problemas de direito material ligados à aplicação da lei e à Administração de Empresa (Pessoal) – Carteira de Trabalho: duração, alterações, suspensão, interrupção e extinção do Contrato de Trabalho; remuneração, repouso; Trabalho extra e noturno; higiene e segurança do trabalho; Tutela especial; Contratos Especiais; Previdência Social e FGTS – jurisprudência

3. **OBJETIVOS**:

Adquirir as noções introdutórias, gerais e doutrinárias do Direito do Trabalho. Desenvolver um estudo sistemático e legal do Contrato de Trabalho.

4. **PROGRAMA**:

UNIDADE 1: INTRODUÇÃO

1. Conceito do Direito do Trabalho. Critérios: objetivistas, subjetivistas e mista. Análise.
2. Denominações, características e conteúdo do Direito do Trabalho.
3. Fundamentos e formação histórica do Direito do Trabalho.
4. Autonomia do Direito do Trabalho: científica, didática constitucional, administrativa e processual. Particularismo do Direito do Trabalho.
5. Natureza Jurídica do Direito do Trabalho. Sua posição sistemática na Ciência Jurídica. O Sistema Legal Brasileiro.
6. Relações do Direito do Trabalho com os outros ramos da Ciência Jurídica.
7. Relações do Direito do Trabalho com as Ciências Sociais.
8. Fontes, aplicação e interpretação do Direito do Trabalho.
9. O Direito do Trabalho no Brasil: sua história. A Consolidação das Leis do Trabalho e as tentativas de codificação. O Trabalho nas Constituições Brasileiras.
10. Direito Internacional do Trabalho. Conferências Internacionais. Convenções e

Recomendações Internacionais.
11. Contrato Individual do Trabalho: conceito e elementos, requisito.
12. Nota característica do Contrato de Trabalho. Sua classificação entre os pactos privados.
13. Distinção entre o Contrato de Trabalho e Contratos afins (empreitada, mandato e sociedade).
14. Aspectos gerais e especiais do Contrato de Trabalho. Forma e Prova do Contrato. Contrato de Prova. Nulidade, Interpretação e Execução do Contrato.

UNIDADE 2: DISCIPLINA LEGAL DO CONTRATO DE TRABALHO

1. Empregador: Conceito. Empresa. Estabelecimento. Grupo Econômico. Sucessão de Empregadores.
2. Empregado: Conceito. Lugar de Prestação de Serviço. Trabalhador Rural. Servidor Público. Acumulação de Empregos.
3. Carteira de Trabalho. Histórico e Legislação Comparada. Direito Brasileiro. Livro de Registro do Empregador.
4. Remuneração e Salário. Fixação e modalidades. Garantias de Salário. Equiparação Salarial.
5. Alteração, Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho.
6. Cassação do Contrato de Trabalho, modalidades de extinção. Rescisão unilateral.
7. Justa causa. Despedida indireta.
8. A Força Maior e o "factum principis" na rescisão do Contrato de Trabalho.
9. Aviso Prévio. Sua Natureza Jurídica. Direito Brasileiro.
10. Indenização-antiguidade. Sua Natureza Jurídica. Direito Brasileiro.
11. Tempo de serviço. Efetividade. Estabilidade Legal e Contratual.
12. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. FGTS: Sua regulamentação e aspectos principais.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BATALHA, Wilson S. Campos. Tratado Elementar de Direito Processual do Trabalho. vols. 1 e 2.
CATHARINO, J. Martins. Compêndio de Direito do Trabalho. vols. 1 e 2.
CATHARINO, J. Martins. Contrato de Emprego.
CESARINO Jr. Direito Social Brasileiro. vols. 1 e 2.
DONATO, Messias P. Curso do Direito do Trabalho.
GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, E. Curso de Direito do Trabalho. vols. 1 e 2.
MARANHÃO, Délio. Direito do Trabalho.
MORAES FILHO, Evaristo de. A Justa Causa na Rescisão de Contrato de Trabalho.
MORAES FILHO, Evaristo de. Introdução ao Direito do Trabalho.
MORAES FILHO, Evaristo de. Sucessão nas Obrigações e a Teoria da Empresa. vols. 1 e 2.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. O Salário.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Direito do Trabalho.
REIS, Nélio. Alteração do Contrato de Trabalho.
RUSSOMANO, Mozart V. O Aviso Prévio no Direito do Trabalho.
RUSSOMANO, Mozart V. A Estabilidade do Trabalho na Empresa.
RUSSOMANO, Mozart V. Comentários à CLT. 17. MALTA, C. Riragibe Tostes. Consolidação das Leis do Trabalho Comentada.
RUSSOMANO, Mozart V. Manual Prático de Direito do Trabalho.
SUSSEKIND, A.; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas. Instituições de Direito do Trabalho. vols. 1 e 2.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 05/07/2023, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3266802** e o código CRC **CC71E986**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3266802

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito da Navegação	**Departamento:** Direito Social e Econômico
Código: IUE412	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 7º
	Pré-requisito: IUE322

2. **EMENTA**:

Direito da Navegação. Navio e Aeronave. Capitão do Navio e Comandante da Aeronave. Equipagem. Crédito Naval. Contratos de utilização do Navio e da Aeronave. Seguro. Acidentes da Navegação. Tribunal Marítimo.

3. **OBJETIVOS**:

Identificar a Legislação Marítima e Aérea, bem como os problemas jurídicos de correntes do Direito da Navegação. Facilitar o exame dos contratos Marítimos e Aeronáuticos e das decisões do Tribunal Marítimo. Incentivar o exercício da advocacia nesta área do conhecimento jurídico.

4. **PROGRAMA**:

UNIDADE 1 – Direito da Navegação. Denominação. Dicotomia. Autonomia. Classificação das Normas de Direito Marítimo e Aeronáutico. Histórico. Fontes. UNIDADE 2 – Navio e Aeronave. Noção. Natureza Jurídica. Elementos. Individuação. Nacionalidade. Classificação.
UNIDADE 3 – Aquisição da Propriedade. Modos. Registro e Perda.
UNIDADE 4 – Armação do Navio e Exploração da Aeronave. Armador. Explorador. Registro. Empresas de Navegação. Parceria Marítima.
UNIDADE 5 – Capitão do Navio e Comandante da Aeronave. Nomeação. Funções. Posição Jurídica. Direitos. Obrigações. Despedida.
UNIDADE 6 – Equipagem. Requisitos. Embarque e Desembarque. Rol de Equipagem. Obrigações e Direitos. Tripulação da Aeronave.
UNIDADE 7 – Navio. Aeronave e o Crédito. Hipoteca Naval e Aeronáutica. Arresto. Sequestro e Penhora do Navio e da Aeronave.
UNIDADE 8 – Serviços Auxiliares da Navegação. Praticagem e Reboque.
UNIDADE 9 – Utilização do Navio e da Aeronave. Contratos. Fretamento. Obrigações das

Partes. Contrato de Transporte. Contrato de Passagem. Operações com Mercadorias por Embarcar/Embarcadas.
UNIDADE 10 – Seguro. Formação e Prova. Segurador e Segurado. Obrigações das Partes.
UNIDADE 11 – Acidentes da Navegação. Avarias. Abalroação Naval e Aeronáutica. Assistência e Salvamento.
UNIDADE 12 – Tribunal Marítimo. Composição. Jurisdição. Legislação.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

ANJOS, José Haroldo dos. Curso de Direito Marítimo.
PACHECO, José da Silva. Comentários ao Código Brasileiro de Aeronáutica.
SAMPAIO DE LACERDA, J.C. Curso de Direito Privado da Navegação. 2 vols.
AZEREDO SANTOS, Theóphilo de. Direito da Navegação.

Obs: Legislação Específica: Além do Código Comercial, serão necessários os seguintes diplomas legais; Decreto nº 87.648/82, com as alterações do D. 511/92; Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica); Lei nº 2.180/54; Decreto nº 15.788/22.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 05/07/2023, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3266897** e o código CRC **7E65151B**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direitos Reais II	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP471	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: 7º
	Pré-requisito: IUP361

2. **EMENTA**:

Direitos reais na coisa alheia. Enfiteuse. Superfície. Servidores. Usufruto. Uso. Habitação. Hipoteca. Penhor. Anticrese. Rendas constituídas sobre imóvel. Direito real do promitente comprador. Registro de imoveis. O direito das coisas no projeto do Código Civil Brasileiro

3. **PROGRAMA**:

1.Superfície
2.Servidões
3.Usufruto, uso e habitação
4.Rendas constituídas sobre imóveis
5.Compromisso de Venda
6.Direitos Reais e garantia, penhora
7.Hipoteca
8.Anticrese
9.Direitos Autorais
10.Registro de Imóveis

4. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

DINIZ, Maria Helena – Curso de Direito Civil Brasileiro – Das Coisas, Ed. Saraiva
MONTEIRO, Washington de Barros – Curso de Direito Civil , Ed. Saraiva
GONÇALVES, Carlos Roberto – Direito Civil Brasileiro , Ed. Saraiva
GRAZIANO, Paulo Stoze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo – Novo Curso de Direito Civil, Ed. Saraiva.
Cristiano, Chaves de Faria e Nelson Rosenwald – Direitos Reais , Ed. Lumen Juris

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 05/07/2023, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3266962** e o código CRC **6C39F74D**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3266962

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direitos Processual Penal I	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS473	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 7º
	Pré-requisito: IUS363

2. **EMENTA**:

Conceito. Princípios Gerais. Tipos de Processos. Jurisdição e Competência. Pressupostos e exceções processuais. Investigação policial. Prisão e liberdade provisórias.

3. **OBJETIVOS**:

Compreender a Gênese , a estrutura e o desenvolvimento da relação Processo Penal. Orientar o conhecimento do C.P.P. , suas normas, princípios, doutrina, disciplina e filosofia.

4. **PROGRAMA**:

1. O Aparelho Judiciário.
2. Processo.
3. Inquérito Policial.
4. Exceções Processuais.
5. Jurisdição e Competência: Questões Prejudiciais.
6. O Pedido.
7. Partes.
8. Da Ação Penal.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

CHIMENTI, Francesco. O Processo Penal e a Verdade Material: teoria de prova.
JESUS, Damásio E. De . Código de Processo Penal Anotado.
MARQUES,José Frederico. Tratado de Processo Penal.

NORONHA, E. Magalhães. Curso de Direito Processual Penal.
PISAPIA, Gian Domenico . Lineamenti del Novo Processo Penale.
TORNAGHI, Hélio B. . Instituições de Direito Processual.
TORNAGHI, Hélio B. . Curso de Processo Penal.
TOURINH FILHO,Fernando da Costa. Processo Penal.
TUCCI, Rogério Lauria. Persecução Penal. Prisão e Liberade.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 05/07/2023, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3267024** e o código CRC **3B075384**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3267024

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direitos Processual Civil IV	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS475	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 7º
	Pré-requisito: IUS365

2. **EMENTA**:

Processo Cautelar. Procedimentos especiais de Jurisdição contenciosa e voluntária.

3. **OBJETIVOS**:

Desenvolver os conhecimentos do aluno sobre o processo cautelar e os Procedimentos Especiais.

4. **PROGRAMA**:

1. Introdução ao Processo Cautelar.
2. Poder Geral de Cautela.
3. Procedimento Cautelar Comum.
4. Procedimentos Cautelares Específicos.
5. Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa.
6. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária.
7. Procedimentos Especiais Regulado em Leis Extaravagantes.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

GREC FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro.
LACERDA, Galeno. Comentários ao Código de Processo Civil. Vol. 3.
THEODORO Jr., Humberto. Curdo de Direito Processual Civil. Vols. 2 e 3.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 05/07/2023, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3267053** e o código CRC **845022B6**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3267053

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direitos do Trabalho II	**Departamento:** Direito Social e Econômico
Código: IUE421	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 8º
	Pré-requisito: IUE411

2. **EMENTA**:

O Direito Processual do Trabalho e a Organização Judiciária Trabalhista: principais conceitos e seu funcionamento. Exame dos debates e das soluções de problemas propostos. Treinamento de Petições e Razões Recursais.

3. **OBJETIVOS**:

Estudar os institutos do Direito Processual do Trabalho e o funcionamento e a Organização Judiciária Trabalhista.

4. **PROGRAMA**:

UNIDADE 1 – TUTELA GERAL E ESPECIAL DO TRABALHO

1. Salário mínimo. Histórico. Direito Brasileiro.
2. Duração do Trabalho. Trabalho extraordinário. Trabalho noturno.
3. Descansos periódicos. Seus fundamentos biológicos, econômicos e sociais. Repouso semanal remunerado.
4. Férias anuais remuneradas. Histórico. Direito Brasileiro.
5. Disposições especiais sobre duração e condições de trabalho.
6. Nacionalização do Trabalho. Proporcionalidade de Empregados Brasileiros e Estrangeiros. Remuneração. Disposições Gerais e Especiais.
7. Proteção ao Trabalho da Mulher. Histórico. Direito Brasileiro.
8. Proteção ao Trabalho do Menor. Histórico. Direito Brasileiro.
9. Segurança e Higiene do Trabalho. Atividades e locais insalubres e perigosos. Salário adicional.
10. Acidente do Trabalho. Histórico. Conceito. Responsabilidade. Caso Fortuito e Força

Maior. Formas de Indenização. Direito Brasileiro, inclusive prestação jurisdicional e Processo.

UNIDADE 2 – DIREITO COLETIVO DO TRABALHADOR

1. Direito Sindical: breves considerações históricas e sociológicas; Direito Comparado. O Direito de coalizão na Constituição Brasileira. Liberdade Sindical. Pluralidade e Unicidade Sindical.
2. Organização Sindical Brasileira: Associação e Sindicatos; Prerrogativas e deveres das Entidades Sindicais; Reconhecimento, Estatuto e Proibições Legais.
3. Enquadramento e hierarquia sindical. Órgãos. Administração. Eleições. Garantias do Mandato; Direitos dos Sindicalizados a exercentes de atividades vinculadas. Disposições Gerais.
4. Gestão Financeira. Contribuição Sindical.
5. Direito de Greve. Histórico. Direito Brasileiro.
6. Convenção coletiva: histórico e natureza jurídica. Direito Comparado. Conceito.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

Além de cabível consulta a várias obras indicadas para o Curso de Direito do Trabalho I, pois quase todas abrangem matéria aqui compreendida, aconselha-se:

COSTA, Coqueijo. Direito Judiciário do Trabalho.
MACHADO, Francisco de Mello. Curso de Direito e Processo do Trabalho.
MENEZES, Geraldo Bezerra de. Dissídios Coletivos do Trabalho e Direito de Greve.
REIS, Nélio. Contratos Especiais de Trabalho.
SILVA, Antonio Alvares da. Direito Coletivo do Trabalho.
VILHENA, Paulo Emílio R. Da Sentença Normativa.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 05/07/2023, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3267117** e o código CRC **776A26C4**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Falimentar	**Departamento:** Direito Social e Econômico
Código: IUE422	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 8º
	Pré-requisito: IUE412

2. **EMENTA**:

Falência: princípios e pressupostos. Processo. Sentença. Efeitos. Arrecadação. Habilitação, verificação e classificação dos créditos. Inquérito Judicial. Crimes Falimentares. Liquidação. Encerramento. Extinção das Obrigações do Falido. Concordata. Espécies. Natureza Jurídica. Modalidades. Processo Comum. Concordata Preventiva e Suspensiva

3. **OBJETIVOS**:

Expor a sistemática da Falência no Direito Brasileiro, suas causas determinantes e princípios fundamentais. Familiarizar o aluno com o processo falimentar e seus incidentes. Estudar a atuação do síndico, credores, juiz e representante do Ministério Público. Identificar as formas de reorganização da Empresa, seus pressupostos e disposições de ordem formal. Estimular o exercício da advocacia nesta área.

4. **PROGRAMA**:

1. Falência. Conceito. Princípios. Natureza Jurídica. Posição do Estado. Pressupostos.
2. Legitimidade Ativa e Passiva na Falência. Auto-falência. Verificação de Conta. Protesto especial.
3. Processo Falimentar. Fases. Inicial. Defesa e Provas. Sentença. Conteúdo. Publicidade. Recursos. Julgamento em Segunda Instância. Sentença Denegatória.
4. Efeitos de Sentença Declaratória. Direito dos Credores. Pessoa, bens e contratos do falido. Atos ineficazes e revogáveis. Ação Revocatória e de Intergralização.
5. Administração da Falência. Órgãos. A atuação do Ministério Público. Síndico.
6. Arrecadação e Guarda do Patrimônio do Falido. Falência frustada. Pedido de restituição. Habilitação, verificação e classificação dos créditos. Credor retardatário. Ação de revisão. Inquérito judicial.

7. Crimes Falimentares. Pressupostos. Natureza Jurídica. Classificações. Unidade. Tipos Penais. Prescrição.
8. Liquidação. Formas. Início. Pagamento do Passivo. Encargos e Dívidas da Massa. Encerramento. Extinção das Obrigações do Falido. Reabilitação Civil e Penal.
9. Concordatas. Características. Espécies e Modalidades. Efeitos. Pressupostos. Processo Comum. Rescisão. Concordata Preventiva e Suspensiva.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

ABRÃO, Nelson. Curso de Direito Falimentar.
ALMEIDA, Amador Paes de. Curso de Falência e Concordata.
MIRANDA VALVERDE, Trajano de. Comentários à Lei de Falências. 3 vols.
REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Falimentar. 2 vols.
SAMPAIO DE LACERDA, J. C. Manual de Direito Falimentar.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 05/07/2023, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3267171** e o código CRC **6DDAC7D4**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Introdução ao Direito Tributário	**Departamento:** Direito Social e Econômico
Código: IUE512	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 8º
	Pré-requisito: IUS364

2. **EMENTA**:

Direito Tributário: conceito, natureza. O Sistema Tributário Nacional: princípios, composição e discriminação da receita. A constituição e legislação complementar. A competência para legislar. O "iter tributário": fato gerador, relação Fisco/Contribuinte, lançamento e pagamento. O contribuinte e seu direito de defesa. A Fazenda Pública e a cobrança judicial dos débitos fiscais. Reflexos na área penal. As novas perspectivas na área tributária.

3. **OBJETIVOS**:

Ressaltar a importância da receita tributária fundamental à sobrevivência do Estado propiciando assim a compreensão do relacionamento jurídico obrigacional que se estabelece entre o Estado e o contribuinte, com vistas a obtenção e administração dessa receita respeitadas as limitações constitucionais do poder de tributar.

4. **PROGRAMA**:

1 - Direito tributário: seu conceito; sua natureza e seu posicionamento na ciência jurídica.
2 - Fontes e o art. 96 do C.T.N.
3 - Os tributos, cerne de nossa matéria: classificação e discriminação.
4 - Os princípios constitucionais e o conteúdo do art. 153, §29° da C.F.; as garantias e os privilégios do crédito tributário.
5 - A interpretação e a integração da norma tributária.
6 - A lei, o fato gerador, a obrigação tributária e a relação jurídica tributária (seus sujeitos).
7 - O lançamento, instituto típico de Direito Tributário; seus tipos; a constituição do crédito tributário. O "bis- in-idem" e a bitributação.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

ARDANT, Gabriel. Histoire de L'impôt, Ed. Fayard, 2 tomos.
BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro, Ed. Forense.
BALEEIRO, Aliomar. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, Ed. Forense.
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário, Ed. Saraiva.
DUVERGER, Maurice. Eléments de Fiscalité. Presses Universitaires de France.
DUVERGER, Maurice. Hacienda Pública, Ed. Bosch.
GALLO, A.F.A. Compêndio de Direito Tributário, Ed. Saraiva.
FONROUGE, Giuliano. Conceitos de Direito Tributário, Ed. Lael.
NOGUEIRA, Ruy Barbosa. Curso de Direito Tributário, Ed. Saraiva.
TROTABAS, Louis e COTTERET, Jean-Marie. Droit Fiscal, Ed. Précis Dalloz.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 05/07/2023, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3267258** e o código CRC **B4456D32**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito de Família	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP481	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: 8º
	Pré-requisito: IUP123

2. **EMENTA**:

Direito de Família e a instituição familiar. Casamento: filiação, invalidade, dissolução, regime de bens, relação jurídica entre pais e filhos. Pátrio poder. Alimentos. Adoção. Tutela. Curatela.

3. **OBJETIVOS**:

Conhecer os institutos jurídicos fundamentais do Direito de Família, na sua gênese, validade e eficácia.

4. **PROGRAMA**:

1. A Família.
2. O Casamento.
3. Validade do Casamento e Dissolução da Sociedade Conjugal.
4. Efeitos Jurídicos do Casamento.
5. Regime de Bens.
6. Parentesco.
7. Adoção.
8. Pátrio Poder.
9. Tutela. Curatela. Ausência.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

AMARAL, Francisco. Direito Civil Barsileiro. Introdução. Rio de Janeiro, Forense, 1991.
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro I. São Paulo, Saraiva.
GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. Rio de Janeiro, Forense.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro, Forense.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 05/07/2023, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3267629** e o código CRC **B0271965**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3267629

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Processual Penal II	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS483	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: 8º
	Pré-requisito: IUS473

2. **EMENTA**:

Processo e Procedimento. Questões Prejudiciais. Prova no Processo Penal. Sujeitos processuais. Comunicação dos atos processuais. Prisão Provisória e liberdade provisória. Sentença. Recursos e Ações autônomas de impugnação.

3. **OBJETIVOS**:

Desenvolver a noção de processo e analisar as principais teorias sobre o tema. Com isso o aluno deverá compreender o marco dentro do qual a Constituição da República definiu instrumento institucional de solução dos casos penais. Distinguir questão prejudicial da questão preliminar e relacionar ambas no processo principal. Identificar os diferentes procedimentos incidentes. Conhecer os princípios pertinentes à prova penal e aos sistemas de avaliação de prova à luz da Constituição da República. Analisar o encaminhamento geral do processo penal, distinguindo, m especial, as mediadas cautelares reais e pessoais, bem os instrumentos de contra cautela.

4. **PROGRAMA**:

UNIDADE 1

Processo e procedimento

- Conceito e natureza jurídica
- As teorias sobre o processo
- Processo de conhecimento condenatório
- Procedimento comum ordinário
- Procedimento comum sumário

- Procedimento do Júri Questões e Procedimento Incidentes
- Questão prejudicial e questão preliminar
- Medidas cautelares reais
- Sequestro
- Especialização de hipoteca legal
- Arresto Busca e apreensão
- Exemplos práticos
- Suspensão dos efeitos das medidas cautelares reais
- Embargos a sequestro
- Restituição de coisa apreendida
- Incidente de falsidade
- Incidente de insanidade mental
- Ilustrações com exemplos práticos

UNIDADE 2

Prova no Processo Penal

- Conceito e natureza jurídica
- A prova e a Constituição da República
- As diversas etapas da atividade probatória
- Objetivos
- Objetivos da prova
- Meios da prova
- Liberdade de prova
- Ônus da prova e o Princípio da demanda
- Apreciação da prova. Livre convencimento- íntima convicção
- Meios de prova em espécie
- Prova indiciária
- Prova pericial
- Prova documental
- Prova oral

UNIDADE 3

Sujeitos Processuais

- Sujeitos Principais
- O assistente de acusação
- O acusado e seu defensor

UNIDADE 4

Prisão Cautelar x Estado de Liberdade

- Abordagem constitucional
- Prisão cautelar
- Noções gerais

- Princípios e regras
- Fundamentos e natureza
- Finalidade
- Pressupostos
- Prisão por flagrante
- Prisão preventiva
- Prisão temporária
- Prisão decorrente de pronúncia
- Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível

UNIDADE 5

Liberdade Provisória

- Natureza jurídica e espécies
- Liberdade provisória nos crimes hediondos
- Liberdade provisória e fiança
- Liberdade provisória e relaxamento de prisão
- Revogação da prisão

UNIDADE 6

Sentença Penal

- Conceito
- Elementos
- Princípio da correlação e principais problemas

UNIDADE 7

Recursos e Ações Autônomas de Impugnação

- Conceito
- Espécies
- Características

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

LOPES Jr. , Aury. Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional, vol. 2. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
PRADO, Geraldo. Sistema Acusatório, 4ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal, 15ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
TOURINHO FILHO, Fernanda da Costa. Processo Penal. 31ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009 vols. 3 e 4.

6. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**:

JARDIM, Afrânio Silva. Direito Processual Penal . 11. ed.rev. Ed. Atual Rio de Janeiro: Forense, 2002.
LIMA, Marcellus Polastri. Manual de Processo Penal, 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
PRADO, Geraldo e CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho. Lei dos Juizados Especiais Criminais Comentada e Anotada, 4ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 05/07/2023, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3267659** e o código CRC **E7612DD4**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Tributário II	**Departamento:** Direito Social e Econômico
Código: IUE527	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**:9º
	Pré-requisito: IUE512

2. **EMENTA**:

Um estudo teórico, doutrinário e coordenado da legislação tributária, sob o ângulo material e processual, ou seja, C.F., o C.T.N. e leis tributárias especiais, com a Lei nº 4.729/65, o Decreto nº 70.235/72 e a Lei nº6.830/80, acompanhado da jurisprudência pretoriana e as questões práticas.

3. **OBJETIVOS**:

Propiciar ao acadêmico, dentro das limitações temporais do curso, um conhecimento teórico e prático mais profundo e íntimo do relacionamento jurídico que se estabelece entre o Estado e o contribuinte, com vistas à administração da receita tributária.

4. **PROGRAMA**:

1. A suspensão do crédito tributário e o art. 151 do C.T.N.: questões práticas;
2. A extinção de crédito tributário e o art. 156 do C.T.N.: questões práticas;
3. A exclusão do crédito tributário e o art. 178 do C.T.N.: questões práticas;
4. O processo administrativo fiscal: suas características. O decreto nº 70.235, de 06/03/1972.
5. O executivo fiscal: a certidão da dívida ativa e o art. 585, VI, do C.P.C. A Lei nº 6.830, de 22/09/1980.
6. O direito de ação pelo sujeito passivo. O mandado de segurança, a Ação Anulatória e a Ação de Repetição do débito.
7. O ilícito tributário. Os crimes contra a Fazenda Pública (Lei nº 4.729, de 14/07/1965). Os tipos de sanções.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

ARDANT, Gabriel. Historie de L'impôt. Ed. Fayard. 2 tomos.
BELEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense.
BELEEIRO, Aliomar. Limites Constitucionais ao poder de tributar. Ed. Forense.
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. Ed. Saraiva.
DUVERGER, Maurice. Élements de Fiscalité. Presses Universitaires de France.
DUVERGER, Maurice. Hacienda Pública. Ed. Boach.
FONROUGE, Giuliano. Conceito de Direito Tributário. Ed. Leal.
GELLO, A.F.A. Compêndio do Direito Tributário. Ed. Saraiva.
NOGUEIRA, Ruy Barbosa. Curso de Direito Tributário. Ed. Saraiva.
TROTABAS, Louis e COTTERET, Jean-Marie. Ed. Précis Dellos.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 05/07/2023, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3267908** e o código CRC **A0AC7889**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Filosofia do Direito I	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF351	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**:9º
	Pré-requisito: IUF119

2. **EMENTA**:

Objetivos e fins da Filosofia do Estado. O jusnaturalismo e o racionalismo. O contratualismo. Kant e Hegel. O positivismo e o marxismo.

3. **OBJETIVOS**:

Desenvolver uma reflexão crítica sobre o ser, o sentido, o fundamento e a legitimidade do Direito na sociedade contemporânea.

4. **PROGRAMA**:

1. Objetivos e fins da Filosofia do Direito e do Estado
2. O racionalismo jusnaturalista Grego e Romano
3. O Direito e o Estado na Filosofia tomista
4. O Direito Natural na perspectiva racionalista de Grécio e seus seguidores
5. O neotomismo 6. As doutrinas contratualistas de Hobbes, Locke e Jean Jacques Rousseau 7. Kant e a filosofia do Direito do Estado 8. O neokantismo de Stammler e de Del Vecchio 9. Hegel e suas derivações totalitárias 10. A Filosofia utilitarista de Bentham e Ihering 11. O influxo sociologista. Léon Duguit e Ehrlisch 12. O Marxismo e seus reflexos na Teoria do Direito e do Estado

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. 2 volumes.
PAUPÉRIO, A. Machado. A Filosofia do Direito e do Estado e suas maiores correntes
PAUPÉRIO, A. Machado. Introdução Axiológica ao Direito

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 05/07/2023, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3267961** e o código CRC **A8721727**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3267961

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Internacional Privado I	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP482	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**:9º
	Pré-requisito: IUP471

2. **EMENTA**:

Parte introdutório e geral da disciplina. A variedade dos sistemas jurídicos. Os conflitos de leis no espaço. Fontes doutrinárias, jurisprudenciais, positivas, clássicas e modernas.

3. **OBJETIVOS**:

Conhecer a técnica de solução de conflitos de leis no espaço e as respectivas fontes doutrinárias, jurisprudenciais, e de Direito Positivo.

4. **PROGRAMA**:

1. AS RELAÇÕES JURÍDICAS NO TEMPO E NO ESPAÇO.

1.1 - Conflitos espaciais e temporais de leis: Direito Internacional Privado e Direito Intertemporal. Aproximação doutrinária e legislativa.
1.2 - Unidade dos Conflitos espaciais e temporais.
1.3 - Influência recíproca entre o DIP

2. MULTIPLICIDADE DE RELAÇÕES SOCIAIS E CONFLITO DAS LEIS NO ESPAÇO.

2.1 - Relações internacionais e conflitos internacionais de leis. A sociedade internacional do ponto de vista do Direito Privado. Compreensão no DIP das relações suscitadoras de conflitos interespaciais, de leis nacionais, estaduais, provinciais, religiosas, etc.
2.2 - Exposição e crítica da opinião que restringe o DIP aos conflitos internacionais.
2.3 - Conflitos de leis estaduais no Brasil e solução.

3. SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ESPAÇO.

3.1 - Medidas radicais e totalitárias. Solução democrática no DIP. O Direito uniforme, suas relações com o DIP e sua evolução.
3.2 - Função e desenvolvimento do Direito Comparado.

4. DEFINIÇÃO DO DIP: CONCEITOS CLÁSSICOS E MODERNOS, CRÍTICA E JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA.

4.1 - Objeto da DIP, controvérsias e diretrizes brasileiras e pan-americanas.
4.2 - Conflitos no gozo, exercício e reconhecimento de direitos ligados à lei estranha: condição, aplicação direta e indireta (Direitos Adquiridos).
4.3 - Origem da denominação DIP e sua atual impropriedade.

5. POSIÇÃO DA DIP FRENTE ÀS DICOTOMIAS: "INTERNACIONAL INTERNO E PÚBLICO PRIVADO".

5.1 - O quadro tradicional e superado das disciplinas jurídicas e os novos tempos.
5.2 - Unidade do Direito Internacional e do Direito Interno: teorias da autolimitação, dualista e monista.
5.3 - Unidade do Direito Público e do Direito Privado: distinção formal e não material. Conclusão.

6. HISTÓRICO OU ENSINO DO DIP.

6.1 - Autonomia universal e brasileira da disciplina.
6.2 - Literatura geral do DIP. Organizações, revistas e repertórios dedicados à especialidade.
6.3 - O "Institut de Droit Internacional".

7. O MÉTODO DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.

7.1 - Métodos Internacional e Apriorístico. Nacional e Positivo. Comparativo.
7.2 - Posições extremistas e conciliadoras.

8. FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.

8.1 - Conceito e classificação: Internacionais, Internas e Convencionais.
8.2 - Relevância da História, da doutrina e da Jurisprudência.
8.3 - Conflitos, especialmente entre as fontes Internacionais e Internas.

9. DIVISÃO DIDÁTICA DAS FONTES.

9.1 - Fontes históricas e tradição.
9.2 - Direito romano: "*Jus Civile*", "*Jus Peregrini"* e "*Jus Gentium*".
9.3 - Invasão dos Bárbaros e personalidade das leis.
9.4 - Feudalismo e territorialidade.

10. FONTES DOUTRINÁRIAS.

10.1 - Teorias dos estatutos.
10.2 - As Glosas de ACURSIO à *Lex Cunctos Populos.* Precursores.

10.3 - Escola Italiana, BARTOLO, e continuadores. DUMOULIN.
10.4 - Escola Francesa. D'ANGENTRÉ.
10.5 - Escola Holandesa e HUBER.
10.6 - Escolas Posteriores. Doutrinas neo-estatutárias.

11. DOUTRINAS MODERNAS.

11.1 - STORY, SAVIGNY e MANCINI.
11.2 - Doutrinas contemporâneas.
11.3 - Crítica geral e conclusão.

12. FONTES INTERNAS AMERICANAS.

12.1 - Código de Napoleão e os Códigos Civis da Louisiana, do Haiti e da República Dominicana.
12.2 - Os Códigos do Peru de 1851 e 1936.
12.3 - Os Códigos da Bolívia e antigo da Costa Rica.

13. FONTES INTERNAS AMERICANAS.

13.1 - JOSEPH STORY, o Direito dos Estados Unidos e os Códigos da Argentina e do Paraguai.
13.2 - O Código Civil da Província de Quebec e o DIP das províncias inglesas do Canadá.

14. FONTES INTERNAS AMERICANAS.

14.1 - ANDRÉS BELLO, o Código Civil do Chile e os Códigos de Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, Equador, Uruguai (a nova lei de 1941) e Colômbia.
14.2 - Os Códigos da Venezuela.
14.3 - OS Códigos da Áustria, de Portugal e do México, Guatemala e Costa Rica (1887).
14.4 - Os Códigos da Itália, da Espanha, os de Cuba e Porto Rico.
14.5 - A lei de introdução do Código Civil da Alemanha, as leis do Japão, da China e da Polônia e os novos Códigos da Itália e da Grécia.
14.6 - Os últimos Códigos e Leis.

15. FONTES NACIONAIS.

15.1 - AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, o "esboço" do Código Civil do Império do Brasil e os Códigos da Argentina e do Paraguai.
15.2 - Inovações de FREITAS e repercussão em Códigos Latino-Americanos.
15.3 - Fontes Positivas do DIP Brasileiro: Direito reinícola, imperial e republicano.
15.4 - A Introdução do Código Civil.
15.5 - A Lei de Introdução do Código Civil e sua reforma.
15.6 - O Projeto do Código da aplicação das normas jurídicas.

16. FONTES INTERNACIONAIS.

16.1 - A uniformização internacional da DIP.
16.2 - Iniciativa europeia da MANCINI e realizações americanas: conferências, tratados e convenções de Lima, Montevidéu, Rio de Janeiro e Havana.

16.3 - O Código Bustamante.
16.4 - Comissão Jurídica Interamericana e Conselho Interamericano de Jurisconsultos.

17. PROSSECUÇÃO DOS TRABALHOS E UNIFORMIZAÇÃO NA EUROPA.

17.1 - AS conferências de Haia e a sua atual instituição.
17.2 - A União dos Estados Escandinavos.
17.3 - Atividades da antiga Sociedade das Nações e da Organização das Nações Unidades (ONU).
17.4 - Convenções de Direito Uniforme.
17.5 - Jurisprudência dos Tribunais Internacionais.

18. AS NORMAS DE DIP.

18.1 - Sua natureza e interpretação, regras unilaterais e plurilaterais.
18.2 - Aplicação direta e indireta da lei estrangeira, e a igualdade entre eles e a lei nacional.
18.3 - A exclusividade da ordem jurídica estatal e a confusão de DIP com o jus gentium.
18.4 - As últimas teorias norte-americanas. Críticas e conclusões.

19. A DIVERGÊNCIA ESPACIAL DAS NORMAS DE DIP.

19.1 - Conflitos positivos e negativos de normas de DIP. Critério geral de solução.
19.2 - O conflito positivo. Soluções doutrinárias, legislativas, jurisprudenciais e convencionais. A renúncia.
19.3 - O conflito negativo. Evolução doutrinária. A devolução.
19.4 - Direito Brasileiro. A cópia pela Lei de Introdução do Direito Italiano e a reação nacional. Anteprojeto Brasileiro.

20. CONFLITO NO TEMPO DE NORMAS DE DIP E NO ESPAÇO DE NORMAS DE DIREITO INTERTEMPORAL.

20.1 - Direito Internacional Intertemporal. Solução Jurisprudencial. Solução doutrinária.
20.2 - Direito Internacional Intertemporal: solução proposta, apoio jurisprudencial e doutrinário. A exceção da ordem pública.

21. APLICAÇÃO SUBSTANCIAL DA NORMA DE DIP.

21.1 - Formulação sintática (tradicional) ou analítica (esboço de FREITAS e textos contemporâneos) das normas de DIP.
21.2 - O problema das qualificações e sua solução autônoma do DIP.
21.3 - Os conflitos de qualificações : evolução e minimização do problema.
21.4 - Delimitação das normas de DIP e a impertinente questão chamada prévia ou prejudicial. Solução semelhante e do Direito Intertemporal.

22. DOS ELEMENTOS DE CONEXÃO E SEU ESTUDO NO DIP. CONCEITOS E CLASSIFICAÇÃO.

22.1 - Qualificação pela lei interessada.
22.2 - Conflitos positivos e negativos: solução brasileira.
22.3 - Fixação temporal.

22.4 - Conflitos intertemporais na mudança dos elementos de conexão.

23. TERRITÓRIO.

23.1 - Conceito e espécie.
23.2 - Modificações territoriais, efeitos.
23.3 - Conflitos na respectiva determinação. A antiga extraterritorialidade.

24. NACIONALIDADE.

24.1 - Qualificação pela lei interessada.
24.2 -Nacionalidade, cidadania e naturalidade.
24.3 - Pessoas naturais.
24.4 - Nacionalidade de origem. Aquisição. Casos. Prova. Efeitos de modificações territoriais.

25. NATURALIZAÇÃO.

25.1 - Espécie. Condições. Processo. Efeitos.
25.2 - Revogação (cancelamento) e nulidade.

26. PERDA E MUDANÇA DE NACIONALIDADE.

26.1 - Casos, processo, efeitos.
26.2 - Reaquisição da nacionalidade.
26.3 - Conflitos positivos e negativos de nacionalidade e respectivas soluções.

27 - CONFLITOS DE LEIS E NACIONALIDADE E SERVIÇO MILITAR.

27.1 - Serviço Militar dos brasileiros residentes no Brasil e no estrangeiro.
27.2 - Serviço Militar dos plurinacionais; convenções internacionais.
27.3 - Serviço Militar dos apátridas.
27.4 - Fraude à lei.
27.5 - Nacionais no serviço estrangeiro e estrangeiros no serviço nacional.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

SILVA, Agostinho F. Dias da. Estudo Programado de Direito Internacional.
VALLADÃO, Haroldo. Direito Internacional Privado.
TENÓRIO, Oscar. Direito Internacional Privado.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 05/07/2023, às 12:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3268006** e o código CRC **BE36CD96**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito das Sucessões	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP516	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**:9º
	Pré-requisito: IUP481

2. **EMENTA**:

Sucessão mortis causa. Herança. Sucessão legítima. Vocação hereditária. Direito de representação. Sucessão testamentária. Testamento, formas e efeitos do testamento. Legado. Substituições. Fideicomisso. Deserdação. Inventário. Colações. Partilha.

3. **OBJETIVOS**:

Conhecer e compreender as regras jurídicas que disciplinam a transferência de direitos em virtude da morte, por meio de testamento ou da própria lei.

4. **PROGRAMA**:

1. Direito das Sucessões.
2. Abertura e Devolução da Herança.
3. Sucessão Legítima. Sucessão na linha reta.
4. Sucessão do cônjuge, dos colaterais e do Estado.
5. Sucessão testamentária.
6. Forma de testamento. Invalidade do testamento.
7. Disposições testamentárias.
8. Legados.
9. Substituições.
10. Execução e Inexecução do Testamento. Revogação do testamento.
11. Inventário e Partilha.
12. Tutela. Curatela e Ausência.
13. Alimentos.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

AMARAL, Francisco. Direito Civil Brasileiro. Introdução. Rio de Janeiro, Forense, 1991.
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo, Saraiva.
GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. Rio de Janeiro, Forense.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro, Forense.
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo, Saraiva.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 05/07/2023, às 12:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3269109** e o código CRC **36312E3E**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Monografia Jurídica I	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUWK11	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 01
Carga horária prática: ----	**Período**:9º
	Pré-requisito: IUE421, IUF141, IUS483

2. **EMENTA**:

Elaboração do projeto: problematização, justificativa e objetivos.

3. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARTINS, Gilberto de Andrade & LINTZ, Alexandre. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 2000.
MEDEIROS, João B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 1991.
OLIVEIRA NETO, Olavo de. Manual de Monografia Jurídica. São Paulo: Quartier Latin, 2007

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 05/07/2023, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3269150** e o código CRC **53CEBA05**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Filosofia do Direito II	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF361	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**:10º
	Pré-requisito: IUF351

2. **EMENTA**:

O normativismo Kelseniano. O humanismo de Hauriou, de François Geny, de Ripert e Dabin, de Roscoe Pound e Max Weber. A corrente fenomenológica e o existencialismo. O renascimento axiológico de Direito.

3. **OBJETIVOS**:

Refletir sobre as principais questões ontológicas, gnoseológicas e lógicas do Direito.

4. **PROGRAMA**:

1. A positivista estatal de Carré de Melberg.
2. A Escola Austríaca e o normativismo Kelseniano.
3. O institucionalismo humanista de Hauriou.
4. François Gény e seu ecletismo humanista.
5. O moralismo humanista de Ripert e Dabin.
6. Roscoe Pound e seu humanismo jurisprudencial.
7. A Sociologia humanista de Max Weber.
8. A corrente fenomenológica alemã. Hussel e Reinach.
9. O existencialismo e o Direito.
10. Outros aspectos da fenomenologia. Cossio e Gurvitch.
11. O Renascimento axiológico do Direito.
12. O movimento axiológico e o Brasil.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

REALE, Miguel. Filosofia do Direito, 2 volumes.
PAUPÉRIO, A. Machado. A Filosofia do Direito e do Estado e suas maiores correntes.
PAUPÉRIO, A. Machado. Introdução Axiológica ao Direito.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Internacional Privado II	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP517	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**:10º
	Pré-requisito: IUP482

2. **EMENTA**:

Estudo dos elementos de conexão. Aplicação das leis estrangeiras. A condição jurídica do estrangeiro e o reconhecimento dos direitos adquiridos no âmbito internacional. Conflito de jurisdições e conflito de leis em espécie.

3. **OBJETIVOS**:

Solucionar os problemas relativos à condição jurídica do estrangeiro e ao reconhecimento dos direitos adquiridos em âmbito internacional e assuntos conexos.

4. **PROGRAMA**:

1 DOMICÍLIO E SUA QUALIFICAÇÃO INTERNACIONAL

1.1 – Linha histórica e comparativa.
1.2 – Direito Brasileiro. Pessoas naturais.
1.3 – Espécies de domicílio. Aquisição. Domicílio necessário, relativo, de origem.
1.4 – Evolução quanto ao domicílio dos incapazes e da mulher casada.
1.5 – Domicílio voluntário geral. Domicílio especial.

2 PERDA, MUDANÇA E FALTA DE DOMICÍLIO

2.1 – Prova de domicílio.
2.2 – Conflitos de leis sobre o domicílio.
2.3 – Residência habitual e simples.
2.4 – Origem, vizinhança, etc.

3 ELEMENTO DE CONEXÃO, VONTADE INDIVIDUAL

3.1 – Origem, estabelecimento e expansão do princípio da autonomia da vontade no DIP.
3.2 – Século XIX: exagero, reação violenta 3.3 – Século XX: debate doutrinário. Posição contemporânea, manutenção sem excessos.
3.4 – Direito Brasileiro. Qualificação da vontade individual. Vontade expressa e tácita. Ausência de manifestação de vontade.

4 OUTROS ELEMENTOS DE CONEXÃO

4.1 – Lugar do contrato e sua determinação: Direito Brasileiro.
4.2 – A confissão religiosa. O costume tribal.
4.3 – A "Lex Fori" e sua evolução: Direito Brasileiro. Conflitos sobre a " Lex Fori".

5 SITUAÇÃO DOS INDIVÍDUOS ESTRANHOS A UM DETERMINADO SISTEMA JURÍDICO: PREDOMINÂNCIA DA "LEX FORI".

5.1 – Dos estrangeiros não domiciliados, não residentes, etc. Debate doutrinário.
5.2 – Breve histórico da situação dos estrangeiros.
5.3 – Evolução para a igualdade. Principais sistemas: da reciprocidade (europeus), da equiparação completa (latino-americanos), com reservas, etc.
5.4 – Últimos projetos, Códigos e Leis. 5.5 – Inadmissibilidade de tratamento privilegiado para estrangeiros.
5.6 – Estrangeiros NÃO domiciliados, NÃO residentes, infiéis.

6 CONDIÇÃO DOS ESTRANGEIROS NO BRASIL

6.1 – Entrada no território nacional. Direito Internacional. Direito Brasileiro. Histórico.
6.2 – Imigração. Passaporte e visto consular.
6.3 – Facilidades e restrições. Recursos administrativos e judiciários.

7 EXPULSÃO

7.1 – Direito Internacional. Direito Brasileiro. Histórico. Definição. Condições. Casos.
7.2 – Exceções: processo. Recursos. Revogação. Efeitos.

8 DIREITOS E DEVERES EM GERAL DO ESTRANGEIRO

8.1 – Igualdade básica e restrições constitucionais.
8.2 - Direitos Políticos e funções públicas.
8.3 - Direitos individuais e exceções. Direitos privados. Deveres.

9 REGIME ESPECIAL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E DE DIREITO PRIVADO

9.1 – Assemelhação às pessoas naturais.
9.2 – Nacionalidade. Critérios. Princípios gerais internacionais.
9.3 – Pessoas jurídicas brasileiras. Critérios gerais e o especial, do controle no capital, na administração e no pessoal por pessoas naturais brasileiras.
9.4 – Mudança e perda da nacionalidade. Conflitos de leis. Supressão e respectiva resolução.

9.5 – Domicílio. Condição das pessoas jurídicas estrangeiras. Reconhecimento geral e restrições especiais no Direito Brasileiro.
9.6 – Funcionamento: Evolução do Direito Brasileiro. Associações Supra-Nacionais.

10 APLICAÇÃO DA LEI ESTRANHA OU ESTRANGEIRA

10.1 – Direito estrangeiro como fato (conceito tradicional) e como Direito (conceito contemporâneo): esforço histórico, comparativo e doutrinário no DIP e no Direito Processual.
10.2 – Direito Brasileiro. Admissão da lei estrangeira como Direito: principais efeitos. Recursos judiciais em matéria de Direito Estrangeiro.
10.3 – Aplicação direta (repartição distributiva entre a "Lex Fori" e Leis estrangeiras).

11 APLICAÇÃO INDIRETA DA LEI ESTRANGEIRA

11.1 – Predominância da lei estrangeira: o princípio autônomo do reconhecimento dos direitos adquiridos no estrangeiro.
11.2 – Evolução do princípio: histórica. Comparativa. Doutrinária.
11.3 – Posição legislativa do princípio do DIP Brasileiro, no Direito Comparado, Internacional e na última doutrina.
11.4 – Aplicação do princípio no Brasil: Atos e Sentenças do estrangeiro.

12 LIMITES À APLICAÇÃO DA LEI ESTRANHA OU ESTRANGEIRA (RETORNO À LEX FORI)

12.1 – A ordem pública. Evolução doutrinária.
12.2 – Espécies de Ordem Pública : simples, interna, nacional e do DIP, Externa, Internacional.
12.3 – Direito Brasileiro. Conceituação e cláusula da ordem pública.
12.4 – Na aplicação direta e na indireta do Direito Estrangeiro.
12.5 – Aplicação da Lex Fori e adaptação: reconhecimento de efeitos parciais.

13 FRAUDE À LEI E OUTROS LIMITES À APLICAÇÃO DA LEI ESTRANHA OU ESTRANGEIRA

13.1 – Fraude à lei: Direito Positivo, Comparado e Brasileiro.
13.2 – Doutrina. Fraude à Lex Fori e à lei estrangeira. 13.3 – Sanções de fraude.
13.4 – Os princípios da lei mais favorável e da proteção dos herdeiros nacionais.
13.5 - Reciprocidade, retorsão e falta de reconhecimento do Estado ou governo estrangeiro.

14 DIREITO CIVIL INTERNACIONAL

14.1 – Personalidade. início e extinção.
14.2 – Incapacidades especiais de Direito.
14.3 – Certificação legal do estado civil. Nome.

15 INCAPACIDADE DE FATO OU DE AGIR

15.1 – Luta entre os princípios da nacionalidade e do domicílio. Solução do Direito Brasileiro.
15.2 – O princípio do "favor negotii".
15.3 – Proteção social dos incapazes. Emancipação. Ausência.

16 ATOS JURÍDICOS

16.1 – Vícios do consentimento.
16.2 – Forma extrínseca.
16.3 – Linguagem e legalização dos atos.
16.4 – Prescrição.

17 DIREITO DE FAMÍLIA

17.1 – Conflito de leis pessoais.
17.2 - Do casamento. Esponsais. Impedimentos. Forma.
17.3 – Do casamento consular e no estrangeiro.

18 RELAÇÕES PESSOAIS DOS CÔNJUGES E REGIME DE BENS DO CASAMENTO

19 DESQUITE, DIVÓRCIO E ANULAÇÃO DO CASAMENTO

20 RELAÇÕES JURÍDICAS ENTRE PAIS E FILHOS

20.1 – Constituição, efeitos e extinção ou suspensão.
20.2 – Tutela e curatela.
20.3 – Alimentos.

21 DIREITO DAS COISAS 22 DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

22.1 – Substância e efeitos.
22.2 – Modalidades da execução.
22.3 – Dívidas em moeda estrangeira.

23 DIREITO DAS SUCESSÕES

24 DIREITO COMERCIAL

24.1 – Falência.
24.2 -Propriedade Industrial.
24.3 – Navegação Marítima e Aérea.
24.4 – Relações de trabalho.

25 DIREITO PROCESSUAL CIVIL INTERNACIONAL

25.1 – Imunidade internacional de jurisdição.
25.2 - Competência e conflitos de jurisdição.
25.3 – Legitimidade, capacidade processual e representação judicial. Forma do processo. Prova e meios de defesa.

26 ROGATÓRIAS

26.1 – Homologação das sentenças estrangeiras.

27 DIREITO PENAL INTERNACIONAL

27.1 – Territorialidade e extraterritorialidade das leis penais.
27.2 -Cooperação internacional nos processos criminais.

28 DIREITO FISCAL INTERNACIONAL

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

SILVA, Agostinho F. Dias da. Estudo Programado de Direito Internacional.
VALLADÃO, Haroldo. Direito Internacional Privado.
TENÓRIO, Oscar. Direito Internacional Privado.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 05/07/2023, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3269233** e o código CRC **637A99E8**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Monografia jurídica II	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUWK12	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 01
Carga horária prática: ----	**Período**:10º
	Pré-requisito: IUWK11

2. **EMENTA**:

Processo de investigação: levantamento dos dados e revisão bibliográfica.
Elaboração de trabalho autoral.

3. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARTINS, Gilberto de Andrade & LINTZ, Alexandre. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. São 2. Paulo: Atlas, 2000.
MEDEIROS, João B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 1991.
OLIVEIRA NETO, Olavo de. Manual de Monografia Jurídica. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/07/2023, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3269385** e o código CRC **A76E4581**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Temas de Direito Falimentar	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE003	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Có-requisito: IUE482

2. **EMENTA**:

Conteúdo variável conforme o programa de curso apresentado pelo professor responsável pela disciplina no semestre letivo.

3. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Abrão, Nelson. O novo direito falimentar: nova disciplina jurídica da crise econômica da empresa, São Paulo, RT, 1985, 243p.
Almeida, Amador Paes de. Curso de falência e recuperação de empresa, São Paulo, Saraiva, 2009, 411p.
Simionato, Frederico A. Monte. Tratado de direito falimentar, Rio de Janeiro,Forense, 2008, 658p.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/07/2023, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3273555** e o código CRC **2B32B02D**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Concorrencial	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE005	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUE352, IUS356

2. **EMENTA**:

Origem e fundamentos da regulação. Regulação do poder econômico. Concorrência Desleal. Prevenção e Repressão às infrações contra a ordem econômica. Entidades integrantes do SBDC. O CADE e Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Análise da Lei nº 12.529, de 30\11\2011. Caracterização da infração da Ordem Econômica. Mercado Relevante. Aumento Arbitrário dos Lucros. Abuso de Posição Dominante. Análise de Setores Específicos da Economia.

3. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CALIXTO FILHO, Salomão. Direito Concorrencial – As Estruturas. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial, vol 1, 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
FRANCESCHINI, José Inácio Gonzaga. Introdução ao direito da concorrência. São Paulo: Malheiros Editores, 1996.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/07/2023, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3273605** e o código CRC **5EA2905B**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Seminários de Pesquisa	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE008	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUF223

2. **EMENTA**:

Desenvolvimento de temática relativa a projetos de pesquisa registrados no SIGMA UFRJ.

3. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

N/A.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/07/2023, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3273635** e o código CRC **A8837A8D**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Tópicos de Economia e Direito	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE009	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUE112

2. **EMENTA**:

Escola Institucional – custo de transação – Oliver Williamson Douglass North e a noção de marco institucional. Geoffrey Hodgson – história cultura e instituições Institucionalistas do início do século XX: Veblen Commons e Mitchell John Kenneth Galbraith instituições e desenvolvimento Gunnar Myrdal e desenvolvimento regional Albert Hirschman – estratégia, história, cultura e desenvolvimento. RJ – história instituições e desenvolvimento.

3. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GALBRAITH, John Kenneth. Galbraith essencial: os principais ensaios de Galbraith. São Paulo: Editora Futura, 1997.
NORTH, Douglass C. Instituciones, cambio institucional y desempeño económico. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
SILVA, Mauro O. da. Rio Nacional, Rio Local: mitos e visões da crise carioca e fluminense. Senac Rio. Rio de Janeiro. 2005.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/07/2023, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3273670** e o código CRC **FE262BD1**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Relações de Trabalho e Sindicatos.	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE010	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUE474

2. **EMENTA**:

Liberdade Sindical. Convenções da OIT. Sindicatos: conceito, função, registro e estrutura sindical. Categoria econômica profissional e diferenciada. Contribuições. Proteção contra os atos anti-sindicais. Dirigentes: garantias. Conflitos Coletivos de Trabalho. Greve-Fundamento constitucional Lei 7783/89. Lockout. Ações correlatas. Greve e serviço público. Autonomia coletiva Contratação Coletiva de Trabalho. Mediação e Arbitragem. Poder Normativo da JT. Dissídios Coletivos.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

CARDOSO, Adalberto Moreira. Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou? Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
HORN, Carlos Henrique, SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da (Orgs.) Ensaios sobre Sindicatos e Reforma Sindical no Brasil. São Paulo, LTr, 2009.
SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da. Relações Coletivas de Trabalho: configurações institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: LTr, 2008.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/07/2023, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3273705** e o código CRC **D88EE98F**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3273705

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Processo Coletivo do Trabalho.	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE011	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUE474

2. **EMENTA**:

Tutela jurisdicional de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na tradição jurídica; instrumentos processuais relevantes. Ações coletivas na Justiça do Trabalho: peculiaridades. Ações em espécie: dissídio coletivo; ação civil pública; ação anulatória de regra de instrumento coletivo negociado. Sentença e coisa julgada em ações coletivas; Liquidação e execução; Inquérito Civil; Atuação do MPT: atribuições e atuação termo de ajuste de conduta.

3. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Bezerra Leite, Carlos Henrique (Org.). Direitos Metaindividuais, São Paulo, LTR.
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Ação Civil Pública na perspectiva dos Direitos Humanos. São Paulo Ltr. 2008.
SANTOS, Ronaldo Lima dos. Sindicatos e ações coletivas: acesso à justiça coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. São Paulo: Ltr, 2008.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/07/2023, às 12:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3273737** e o código CRC **AF8AB3D7**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito do Trabalho Aplicado.	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE012	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUE474

2. **EMENTA**:

Isonomia. Princípios. Convenção 111. OIT Igualdade de tratamento Gênero e Trabalho. Regulação:trabalho da mulher. Portadores de Deficiência. Inclusão no trabalho Direitos Fundamentais dos Trabalhadores: privacidade e intimidade. Meio Ambiente de Trabalho. Segurança medicina do trabalho. Insalubridade, periculosidade e penosidade Acidentes e doenças profissionais Assédio Sexual e Moral Responsabilidades do Empregador.

3. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Discriminação. 2ª edição. São Paulo: LTr, 2010.
BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Discriminação no Trabalho. São Paulo: LTr, 2002.
HIRIGOYEN, Marie-Fance. Assédio moral: a violência perversa no cotidiano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/07/2023, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3273761** e o código CRC **848A90C4**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito à Saúde.	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE013	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUS239

2. **EMENTA**:

Direitos sociais. Seguridade social. Saúde. Disciplina constitucional. Princípios.
Saúde pública: sistema único de saúde, divisão de atribuições entre os entes federativos, incorporação de novas tecnologias. Saúde privada: saúde suplementar, agência nacional de saúde suplementar, operadoras de plano de saúde. Aplicação da legislação de proteção ao consumidor. Judicialização: controle judicial de políticas públicas, parâmetros para a atuação judicial.

3. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARCELLOS, Ana Paula de. Ponderação, racionalidade e atividade jurisdicional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
FIGUEIREDO, Leonardo Viseu. Curso de direito de saúde suplementar. 1ª edição. São Paulo: MP Editora, 2006.
SARLET, Ingo Wolfgang (org.). TIMM, Luciano Benetti (org.). Direitos fundamentais: orçamento e "reserva do possível". Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/07/2023, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3273796** e o código CRC **0E2ACB29**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Custeio da Seguridade Social.	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE014	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUE351

2. **EMENTA**:

Seguridade Social: conceito, disciplina constitucional e princípios. Fontes de custeio da seguridade social. Contribuição da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Contribuições para a Seguridade Social: conceito e classificação. Contribuições dos segurados, das empresas e do importador. Concurso de prognósticos. Responsabilidade tributária. Imunidades e isenções. Certidão negativa de débito.

3. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. 17ª edição. Niterói: Impetus, 2012.
PAULSEN, Leandro. VELLOSO, Andrei Pitten. Contribuições: teoria geral, contribuições em espécie. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.
ROCHA, Daniel Machado da. SAVARIS, José Antonio. Curso de especialização em direito previdenciário. Volume 3. Curitiba: Juruá, 2008.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/07/2023, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3273818** e o código CRC **FC5835C3**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Previdência dos Servidores Públicos e Previdência Privada	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE015	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUE522, IUS364

2. **EMENTA**:

Seguridade e Previdência. Previdência dos servidores públicos. Princípios constitucionais. História. Beneficiários. Regimes de capitalização e de repartição simples. Previdência complementar dos servidores públicos. Prestações do RPPS: aposentadorias, auxílios, salários, pensões e serviços. Cálculo. Reformas previdenciárias: EC 20/98, 41/03 e 47/05. Regras de transição Custeio. Previdência privada. Entidades abertas e entidades fechadas de previdência privada: planos de benefício e de custeio.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BALERA, Wagner (org.). Comentários à lei de previdência privada. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
CECHIN, José et al. Previdência dos servidores públicos. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.
GUERRA, Sonia dos Santos. Previdência do servidor público e a gestão dos regimes próprios. 1ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/07/2023, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3273839** e o código CRC **BC9BE90D**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Desportivo III	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE016	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUE474, IUS030

2. **EMENTA**:

O contrato especial de trabalho do atleta profissional (art. 27 da Lei nº 9.615/98); cláusulas rescisórias do contrato: compensatória e indenizatória, análise prática e o estudo acerca disparidade de valores devidos por entidades de prática desportiva e atletas; Direito de Arena: natureza; contratos de patrocínio e cessão temporária de direito de imagem: fraudes à legislação trabalhista; formação de jovens atletas; debate acerca do sistema de concentração.

3. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, Alice Monteiro de. As relações de trabalho no espetáculo. São Paulo: LTr, 2003
MACHADO, Rubens Approbato; LANFREDI, Luís Geraldo Sant'Ana; TOLEDO, Otávio Augusto de Almeida; SAGRES, Ronaldo Crespilho; NASCIMENTO, Wagner (coordenadores). Curso de Direito Desportivo Sistêmico Volume II. São Paulo: Quartier Latin, 2010.
MELO FILHO, Álvaro. Nova Lei Pelé: aspectos e impactos. Rio de Janeiro: Maquinária, 2011.
VARGAS, Ângelo et al. Direito Desportivo – Dimensões Contemporâneas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/07/2023, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3273861** e o código CRC **57CE4C33**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Tributário Aplicado	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE017	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUE351

2. **EMENTA**:

Planejamento tributário doméstico e internacional. Principais formas de planejamento tributário: treaty shopping, rule shopping e outras. Alterações societárias.

3. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO, Marco Aurélio. Planejamento tributário. Ed. Dialética.
TÔRRES, Heleno Taveira. Pluritributação internacional sobre as rendas de empresas. Ed. RT.
XAVIER, Alberto. Direito Tributário Internacional do Brasil. Ed. Forense.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/07/2023, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3273891** e o código CRC **33153D44**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Processo Fiscal.	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE018	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUE351

2. **EMENTA**:

Processo administrativo-fiscal federal: princípios constitucionais, legislação e reforma. A consulta. Os regimes especiais. Os órgãos julgadores: estrutura, composição e rito. Compensação e restituição. Processo judicial tributário: espécies e ritos (visão geral). Execução fiscal. Ações declaratória, anulatória de lançamento tributário, repetitória, consignatória e outras. Ações cautelares. Mandado de segurança.

3. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO. Alexandre Barros. Processo Tributário: teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
LOPES. Mauro Luís da Rocha. Processo Judicial Tributário: execução fiscal e ações tributárias. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
OLIVEIRA, José Jayme Macedo. Direito Administrativo Tributário. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/07/2023, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3274341** e o código CRC **FE52AE86**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Financeiro Aplicado.	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE020	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUE351, IUS356

2. **EMENTA**:

Finanças públicas. Princípios orçamentários. Orçamento público: conceito, espécies. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária Anual. Ciclo orçamentário. Despesa pública: empenho, liquidação e pagamento. Receita pública: espécies. Gestão do orçamento. Lei 4320/64 e Lei Complementar 101/2000. Interseções entre a Lei 8666/93 e o Direito Financeiro. As PPP. Responsabilização dos maus gestores: sanções administrativas, institucionais e criminais. Improbidade Administrativa.

3. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUIAR, Afonso Gomes. Lei de Responsabilidade Fiscal – questões práticas (Lei Complementar n.° 101/00). Belo Horizonte: Fórum.
BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva.
VEIGA, Clóvis de Andrade. Direito Financeiro Aplicado: planejamento, elaboração, execução e controle orçamentário. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/07/2023, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3274367** e o código CRC **639C1902**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Mercado de Capitais.	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE314	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUP312

2. **EMENTA**:

Mercado Financeiro e Mercado de Capitais. Regulação do Mercado de Capitais: marcos regulatórios e a Comissão de Valores Mobiliários. Lei 6.385/76. Conceito de Valor Mobiliário. Crimes contra o Mercado de Capitais. Bolsa de Valores: segmentos de mercado e boa governança corporativa. Companhias Fechadas e Abertas. Investimento em companhias fechadas e abertura de capital. Companhias Abertas. Ofertas Públicas. Poder de Controle e dispersão acionária.

3. **OBJETIVOS**:

O curso tem a intenção de fazer com que o aluno se familiarize com os principais temas jurídicos relacionados ao Mercado de Capitais. O desenvolvimento econômico do país exige cada vez mais a adequada formação acadêmica e, com o crescimento do mercado de capitais brasileiro, um novo campo de atividade se abre para o profissional do Direito. A Faculdade Nacional de Direito cumpre importante missão, pois o Rio de Janeiro, em especial, oferece um ambiente propício à atividade jurídica que gravita em torno da Comissão de Valores Mobiliários, sediada nesta cidade. O curso inicia justamente pela análise do ambiente regulatório, seguindo-se um aprofundamento das questões jurídicas específicas das companhias abertas.

4. **PROGRAMA**:

1. O Mercado Financeiro e o Mercado de Capitais
2. Marcos Regulatórios: década de 60 (Leis 4.595/64 e 4.728/65) e década de 70 (Leis 6.385/76 e 6.404/76). Reformas recentes da Lei de S/A e da Lei da CVM.
3. A Comissão de Valores Mobiliários: natureza, atribuições, poder normativo, processo administrativo, crimes contra o mercado de capitais e análise dos dispositivos da Lei n. 6.385 de 1976.

4. Conceito de Valor Mobiliário.
5. As Bolsas de Valores em geral e a BM&FBOVESPA.
6. Segmentos de Mercado e o conceito de Boa Governança Corporativa.
7. Investidores e perfis dos acionistas. Fundos de Investimentos e demais investidores qualificados.
8. Companhias Fechadas e o caminho para a abertura de capital. O Mercado de Capitais como instrumento de liquidez para o acionista.
9. Companhias Abertas.
10. Ofertas Públicas.
11. Controle pulverizado de Companhias Abertas.
12. Perspectivas para o Mercado de Capitais Brasileiro.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

CARVALHOSA, Modesto; EIZIRIK, Nelson Laks. Nova lei das S/A (alterações efetuadas pela lei n. 10.303, de 31 de outubro de 2001). São Paulo: Saraiva, 2002.

COMPARATO, Fabio Konder; FILHO, Calixto Salomão. O poder de controle na sociedade anônima. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

EIZIRIK, Nelson Laks. Instituições financeiras e mercado de capitais: jurisprudência. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

EIZIRIK, Nelson Laks. Mercado de capitais: regime jurídico. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

EIZIRIK, Nelson Laks. Temas de direito societario. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

MOSQUERA, Roberto Quiroga (Coord). Aspectos Atuais do Direito de Mercado Financeiro e de Capitais. São Paulo: Dialética, 1999.

Além da bibliografia acima apontada, propõe-se a pesquisa em artigos das seguintes revistas jurídicas:

- Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais; e
- Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro.
-

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/07/2023, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3274390** e o código CRC **B58B9395**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito de Seguros.	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE324	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUP351

2. **EMENTA**:

Aspectos doutrinais e legais do seguro. Formação e eficácia do contrato. O Sistema Nacional de Seguros e suas instituições. Os seguros obrigatórios e facultativos.

3. **OBJETIVOS**:

Conhecer o contrato de segura na sua existência, validade e eficácia, nas suas espécies e na sua sistemática legal.

4. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

CHAVES, Antonio. Contrato de Seguro. In Enciclopédia Saraiva de Direito. Vol. 67, SP, 1981.
PEREIRA, Ruy Nunes. Contrato de Seguro. , ibidem.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/07/2023, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3274445** e o código CRC **4123C1C5**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Instituições Financeiras.	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE413	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUE312

2. **EMENTA**:

Sistema Financeiro Nacional e sua composição. O Banco Central do Brasil. As Instituições Financeiras Públicas e Privadas. Disciplina Jurídica.

3. **OBJETIVOS**:

Conhecer a política, as instituições e os mecanismos do Sistema Financeiro Nacional Brasileiro.

4. **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**:

Instituições Financeiras.

1. Estrutura legal do Sistema Financeiro Nacional. A lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. A antiga SUMOC.
2. O Conselho Monetário Nacional: funções.
3. O Banco Central do Brasil: funções.
4. Conceito de Instituição Financeira. O Mercado paralelo. A desintermediação financeira.
5. Os Bancos Comerciais como instrumento da Política Monetária do Governo.
6. Os Bancos Comerciais : operações passivas e ativas. A Conta Corrente Bancária, o Depósito Bancário, os Empréstimos, a Abertura de Crédito, a antecipação Bancária, o Desconto, Operações de Câmbio.
7. Os Bancos Múltiplos e seu funcionamento.
8. Os Bancos de Investimento: captações e aplicações.
9. As Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos.
10. As Empresas de "Leasing".
11. As Sociedades de Crédito Imobiliário.
12. As Empresas de "Factoring".

13. Os Cartões de Créditos.
14. A Liquidação Extra Judicial das Instituições Financeiras.
15. As Instituições Financeiras Públicas: o Banco do Brasil, o BNDES, as Caixas Econômicas, os Bancos Regionais de Desenvolvimento.
16. O Sistema Financeiro e a Constituição Federal - artigo 192.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

ABRÃO, Nelson. Curso de Direito Bancário.
BARRETO, Lauro Muniz. Direito Bancário. São Paulo, Ed. Leud, 1975.
LUZ, Aramy Dornelles da. Negócios Jurídicos. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1990.
OLAVO, Fernando. Desconto Bancário.
PONTES, Aloysio Lopes. Instituições Financeiras Privadas. Rio de Janeiro, Forense, 1973.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/07/2023, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3274465** e o código CRC **6FB28671**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Contabilidade.	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE423	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUE121

2. **EMENTA**:

A escrituração contábil. Balanço. Demonstração de lucros e perdas. Escrituração das operações. Avaliação contábil. Contabilidade fiscal. Contabilidade das grandes empresas.

3. **OBJETIVOS**:

Conhecer os princípios e as leis que explicam a composição e a variação do patrimônio das empresas ou das instituições, incluindo o Estado (contabilidade pública) e as entidades privadas (contabilidade privada).

4. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

LOPES DE SÁ, A. Fraudes em balanço. SP, Atlas, 1977.
_____. Aspectos contábeis da nova Lei das Sociedades por Ações. SP, Atlas, 1978.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/07/2023, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3274596** e o código CRC **8A62238A**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Financeiro I	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE511	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUS364

2. **EMENTA**:

Direito Financeiro: conceito, natureza e posicionamento na Ciência Jurídica. A Ciência das Finanças e o Direito Tributário como disciplinas afins. Fontes e a relevância da Constituição. A lei orçamentária, verdadeiro auto-condição: seu conteúdo e princípios constitucionais inerentes. A Execução orçamentária e a prestação de contas. O Tribunal de Contas e o Poder Judiciário.

3. **OBJETIVOS**:

Demonstrar a sua importância por seu conteúdo constitucional, inclusive por limitar a ação dos governantes no trato do dinheiro, bem como destacar a sua autonomia didática, dogmática e estrutural pela análise constitucional do orçamento público e da prestação de contas.

4. **PROGRAMÁTICO DE DIREITO FINACEIRO** :

1. Conceito, conteúdo: a doutrina Pátria e Estrangeiro. O Formalismo e natureza do Direito Financeiro.
2. Posicionamento na Ciência Jurídica. A Autonomia do Direito Financeiro por desdobramento do Direito Administrativo. O Direito Tributário e a Ciência das Finanças como disciplinas afins.
3. A Questão de sua autonomia e o respeito à definições do Direito Privado.
4. A Evolução histórica do Direito Financeiro: da origem no Parlamento Inglês ao Estado do Direito Social, com reflexos no próprio Orçamento Público.
5. Fontes: o Direito Financeiro é um Direito eminentemente Constitucional. Os princípios Orçamentários estão na Constituição. A Lei Complementar e a Lei das Diretrizes Orçamentárias. A Codificação do Direito Financeiro e o Código Tributário Nacional. A Competência para legislar.
6. O Orçamento Público, cerne da matéria Financeira, e produto da participação do Executivo

e Legislativo.
7. A Lei Orçamentária : sua tipicidade: verdadeiro ato-condição.
8. O Conteúdo da Lei Orçamentária subordinado aos princípios Constitucionais. Sua execução e controle.
9. A Prestação de Contas: Apreciação e Julgamento. Os Sistemas Francês, Anglo-Americano e Brasileiro. Uma análise Constitucional.
10. O Tribunal de Contas: suas decisões e o Poder Judiciário.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

RIBEIRO BASTOS, Celso. Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário. São Paulo, Saraiva.
BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro, Forense.
BALEEIRO, Aliomar. Uma introdução à Ciência das Finanças. Rio de Janeiro, Forense.
I.B.A.M. Lei 4.320/64. Rio de Janeiro.

Obs.: Indispensáveis ao acompanhamento a Constituição Federal Brasileira e a Lei 4.320 de 17.03.64.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 10/07/2023, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3282799** e o código CRC **54894DAE**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Processual do Trabalho	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE513	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 60h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUE421

2. **EMENTA**:

Justiça do Trabalho. Organização, jurisdição e competência. Atos, termos e prazos processuais. Partes, representação e procuradores. Reclamação Trabalhista: processo, fases postulatória, probatória e decisória. Rito Sumário. Procedimentos especiais e cautelares. Dissídios Coletivos. Nulidades. Custas. Depósitos. Juros de Mora, Correção Monetária e Honorários. Recursos. Liquidação da Sentença; Execução: fase inicial e final.

3. **OBJETIVOS**:

Conhecer a gênese, estrutura e desenvolvimento da relação jurídico- processual trabalhista e sua função de instrumento de composição de conflitos.
Estudar os princípios e métodos do processo do trabalho, oriundos da relação capital-trabalho, à luz da legislação, doutrina e da jurisprudência, incluindo a auto-composição e a organização judiciária trabalhista.

4. **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**:

UNIDADE 1: O Direito Processual do Trabalho. Origem. Conceito. Autonomia. Princípios gerais e específicos. Norma Processual Trabalhista: fontes, interpretação e aplicação Jurisprudência. Os enunciados do TST. Equidade e analogia. Atos, termos e prazos. Nulidades, exceções e conflitos de jurisdição.
UNIDADE 2 - A Justiça do Trabalho. Organização, composição e funcionamento. Ministério Público do Trabalho. Juntas de Conciliação. Os Juízes Classistas. Serviços Auxiliares.
UNIDADE 3: O Dissídio Individual. A Reclamação Trabalhista: individual, plúrima e a "ação de cumprimento". Inquérito para apuração de falta grave. As ações admissíveis na jurisdição trabalhista. Causas de alçada exclusive das Juntas de Conciliação e Julgamento.
UNIDADE 4: A Postulação. Reclamante e Reclamado. Pedido inicial. As partes e seus procuradores. Citação e notificação judicial. Audiência. Arquivamento e revelia. Conciliação.

Defesa. A Instrução e a Sentença.
UNIDADE 5: Dissídios Coletivos. Competência. Procedimento. Julgamento.
UNIDADE 6: Liquidação da Sentença. Natureza jurídica. Procedimento. Modalidades. Sentença de Liquidação.
UNIDADE 7: Os Recursos no Processo Trabalhista. Pressupostos e Condições de Admissibilidade. Prazos, custas, honorários, depósito recursal. Recurso Ordinário. Recurso de Revista. Os embargos. Os agravos. O Recurso ex officio. Recurso extraordinário. Reclamação Correicional. Ação Rescisória.
UNIDADE 8: A Execução Trabalhista. Partes. Competência. Pressupostos. Aplicação subsidiária da lei nº 6.830/80 e do C.P.C. Espécies de execução . Citação. Penhora, avaliação e depósito. Defesa do Executado. Impugnação à sentença de liquidação. Embargos de Terceiros. Agravo de petição. Hasta pública. Remição. Correção monetária e juros.
UNIDADE 9: Procedimento cautelar no Processo do Trabalho. Conceito, autonomia e características. Medidas e ações cautelares. A Ação cautelar e o deferimento liminar. Aplicação subsidiária do C.P.C.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. São Paulo, Saraiva, 1991.
COSTA, José de Ribamar. Direito Processual do Trabalho. São Paulo, Ed. LTr., 1991.
MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho. São Paulo, Saraiva, 1995.
NASCIMENTO, Amauri Mascavo. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo, Saraiva, 1995.
RUSSOMANO, Mozart Victor. Comentários à CLT. v. 2. 16. ed. Rio de Janeiro, Forense, 1994.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 10/07/2023, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3283034** e o código CRC **B200337E**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito da Empresa e das Relações de Trabalho	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE514	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUE421

2. **EMENTA**:

O estatuto jurídico da empresa no aspecto referente às relações de trabalho subordinado. Relações individuais e coletivas de trabalho. O direito de proteção do trabalho.

3. **OBJETIVOS**:

Conhecer o direito comercial contemporâneo como direito da empresa, nos seus diversos perfis, e particularmente nas suas relações com o trabalhador.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

GOMES, Orlando e GOTTSCHALK, Elson. Curso de direito do trabalho. RJ, Forense, 1990.
ROMITA, Arion S. Sindicalismo de Economia do Estado Democrático. SP, LTR, 1993.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 10/07/2023, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3274619** e o código CRC **3F61DE59**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3274619

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Propriedade Industrial	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE515	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUP411

2. **EMENTA**:

A propriedade intelectual Definição, Natureza. Classificação. Legislações e Tratados. A propriedade Industrial. O INPI. Patentes. Natureza e Proteção. Segredos tecnológicos e de negócio. Requisitos. Titularidade. Processamento. Marcas. Requisitos. Princípios. Classificação. Registro. Transferência de Tecnologia. Concorrência Desleal. Ações Judiciais em defesa da Propriedade Intelectual. Direito da Concorrência. Atualidades.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

ASSAFIM, João Marcelo de Lima. A transferência de Tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
BARBOSA, Denis Borges. Uma Introdução à Propriedade Intelectual. Vols. I e II. Rio de Janeiro: Lumen Juris,1998.
CERQUEIRA, João da Gama. Tratado da Propriedade Industrial. 3.ed. Atualizada por Newton Silveira e Denis Borges Barbosa. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2010.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 10/07/2023, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3283686** e o código CRC **B3BA6C4E**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Financeiro II	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE521	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUE511

2. **EMENTA**:

Código Tributário Nacional. Constituição Federal. Lei nº 3.420.

3. **OBJETIVOS**:

Conhecer a estrutura jurídica do Sistema Financeiro Nacional, os mecanismos de atuação financeira do Estado e a disciplina jurídica das despesas públicas.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro.
VÁRIOS AUTORES. Interpretação do direito tributário.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 10/07/2023, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3282746** e o código CRC **236FBDDB**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Previdenciário	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE522	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: ----------

2. **EMENTA**:

Seguridade Social na Constituição. Regime Geral de Previdência Social: beneficiários e benefícios. Custeio da Seguridade Social. Previdência dos Servidores Públicos. Previdência Complementar.

3. **OBJETIVOS**:

Apresentar aos alunos os conceitos e teorias mais relevantes sobre os aspectos jurídicos da Seguridade Social, com foco na Previdência Social.

4. **PROGRAMA**:

1. Direitos Sociais

Conceito. História. Classificação. Fundamentalidade. Formas de proteção.

2. Seguridade Social na Constituição.

Conceito. História. Fundamentalidade. Princípios. Ramos.

3. Direito à saúde.

Conceito. História. Fundamentalidade. Princípios. Sistema Único de Saúde (SUS). Incorporação de tecnologias ao sistema público de saúde. Judicialização da saúde.

4. Direito à assistência social Conceitos.

História. Fundamentalidade. Princípios. Serviços e benefícios. Benefício assistencial de

prestação continuada. Bolsa- família. Entidades beneficentes de assistência social.

05. Direito à previdência social.

Conceito. História. Fundamentalidade. Princípios. Classificação. Capitalização. Partição simples. Modelos (Bismark e Beveridge). Regime Geral de Previdência Social e Regime Próprio de Previdência Social (aspectos gerais). INSS.

06. Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social.

Segurados obrigatórios e facultativos. Manutenção e perda da qualidade de segurado. Período de graça. Dependentes. Filiação e inscrição. Inscrição pós-morte.

07. Cálculo dos Benefícios Previdenciários.

Sistemática de cálculo dos benefícios previdenciários. Salário-de-contribuição. Salário-de-benefício. Renda Mensal Inicial. Fator Previdenciário. Reajustes dos benefícios previdenciários. Manutenção do valor real.

08. Benefícios por incapacidade e reabilitação profissional.

Aposentadoria por invalidez. Auxílio-doença. Auxílio-acidente. Perícias. Alta programada.

09. Acidente de trabalho e benefícios acidentários.

Conceito. Histórico. Procedimentos. Valor. Comunicação. Ônus da prova.

10. Aposentadorias voluntárias

Aposentadoria por idade. Aposentadoria por tempo de contribuição. Aposentadoria especial. Aposentadoria do art. 9º da Emenda Constitucional nº 20/98. Desaposentação. Contagem recíproca do tempo de contribuição. Abono de permanência em serviço.

11. Salários e serviço social.

Abono de permanência em serviço. Salário-família. Salário-maternidade. Serviço Social.

12. Benefícios pagos aos dependentes.

Pensão por morte. Auxílio-reclusão.

13. Benefícios pagos aos trabalhadores rurais.

Princípio da uniformidade e equivalência de benefícios e serviços às populações urbanas e rurais. Normas específicas. Substituição da carência. Contagem do tempo de contribuição. Prova do trabalho rural.

14. Custeio da Seguridade Social – aspectos gerais.

Plano de custeio (conceito). Normas gerais sobre o custeio da seguridade social. Princípios

específicos. Contribuição da União, dos Estados e dos Municípios. Outras fontes de receita. Princípio da contrapartida. Orçamento da Seguridade Social.

15. Contribuição do segurado.

Fundamento de validade constitucional. Base de cálculo. Salário-de-contribuição. Alíquotas. Forma e prazo de pagamento. Responsabilidade tributária. Pagamentos de contribuições alcançadas pela decadência (contagem do tempo de contribuição). Contribuição do segurado especial.

16. Contribuição sobre folha de pagamento.

Fundamento de validade constitucional. Base de cálculo. Folha de pagamento. Alíquotas. Forma e prazo de pagamento. Responsabilidade tributária. Retenção. Contribuições substitutivas.

17. Regras gerais sobre as contribuições previdenciárias.

Recolhimento. Vencimento. Solidariedade. Prescrição e decadência. Certidão Negativa de Débito.

18. Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos.

Noções gerais sobre a disciplina constitucional da previdência dos servidores públicos.

19. Previdência Complementar.

Noções gerais sobre previdência complementar

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 12ª edição. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.
CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. CORREIA, Érica Paula Barcha. **Curso de direito da seguridade social.** 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.
DURAND, Paul. **La política contemporánea de Seguridad Social.** Tradução para o espanhol de José Vida Soria. Madri: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1991.
IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**.14ª edição. Niterói: Impetus, 2009.
IBRAHIM, Fábio Zambitte. **A previdência social como direito fundamental.** In SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. SARMENTO, Daniel. Direitos Sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008.
LAHOZ, José Francisco Blasco. GANDÍA, Juan López. CARRASCO, Mª Ángeles Momparler. **Curso de Seguridad Social.** Volume I. 2ª edição. Valencia: Tirant lo Blanch, 2008.
PERSIANI, Mattia. **Direito da Previdência Social.** Tradução de Wagner Balera e Edson L. M. Bini. São Paulo: Quartier Latin, 2009.
TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito Previdenciário.** 9ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 10/07/2023, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3283711** e o código CRC **BE9D6DF9**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3283711

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Introdução ao Direito Econômico	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE523	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUE512

2. **EMENTA**:

O direito econômico como direito regulador das relações jurídico-econômicas. Teoria, divisões e fontes do direito econômico. A ordem jurídico-econômica.

3. **OBJETIVOS**:

Conhecer os princípios, as normas e os institutos jurídicos que constituem o direito econômico brasileiro, e a sua função nos processos de mudança social.

4. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

SOUZA, Washington Albino Peluso de. Direito econômico. SP. Ed. Saraiva, 1980.
GOMES, Orlando e VARELA, Antunes. Direito econômico. SP. Ed. Saraiva, 1977.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 10/07/2023, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3284106** e o código CRC **2524FD1E**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito do Comércio Internacional	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE524	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUE512

2. **EMENTA**:

A regulamentação jurídica das operações de comércio entre países. O Acordo Geral dos Direitos Aduaneiros e Comercio (GATT). A Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Uniões aduaneiras e zonas de Livre Comércio. Contratos Internacionais do Comércio. Formação. Execução. Cláusulas. Contratos em Espécie.

3. **OBJETIVOS**:

Conhecer os princípios e regras aplicáveis ao Comércio Internacional, bem como os organismos especializados e os mecanismos de solução de conflitos.
Identificar os contratos do Comércio Internacional, analisando sua formação, execução e especificidades.

4. **PROGRAMA**:

Unidade 1: A regulamentação jurídica do Comércio Internacional.
1.1 O Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)
1.2 A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD).
1.3 Uniões Aduaneiras e Zonas de Livre Comércio.

Unidade 2: Contratos Internacionais do Comércio.
2.1 Contratos Internos e Contratos Internacionais.
2.2 - Conceito e Natureza Jurídica.
2.3 Elementos. Caracterizadores.
2.4 Formação dos Contratos Internacionais do Comércio: Negociações; Decisão; Lei aplicável; Limites e Condições de Validade.
2.5 Execução: Prestações; Prazos; Garantias; Pagamentos; Meios e Riscos da Execução.
2.6 As Cláusulas Contratuais: Garantias; Arbitragem Internacional; Força Maior; Hardship;

Jurisdição; Estabilidade da Moeda; *Incoterms*; Cláusula Penal e Seguros.
2.7 Contratos Específicos do Comércio Internacional: *Franchising, Factoring, Leasing*, *Comfort Letters*, *Joint Ventures*, Informática, Agência e *Catering*.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BAPTISTA, Luis Olavo. Contratos Internacionais . *In* Revista Forense, v. 270, 1978.
BITTAR, Carlos Alberto. A Lei do Software e seu Regulamento. Rio de Janeiro, Forense, 1988.
MELLO, Celso D. Albuquerque. Direito Internacional Econômico. Rio de Janeiro, Renovar, 1993.
RODAS, João Grandino (org.). Contratos Internacionais. São Paulo, Revista dos Tribunais , 1985.
STRENGER, Irineu. Contratos internacionais do Comércio. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1992.
VALLADÃO, Haroldo. O Contrato Internacional. *In* Revista Forense, v. 269, 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Gabinete da Direção
Coordenação de Graduação
Secretaria dos Departamentos

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Sociedades anônimas	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE525	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: IUP312

2. **EMENTA**:

Sociedade Anônima e a Macroempresa. Evolução Histórica. Tipos societários. Conceito de S/A. Diferenças entre a S/A e a Sociedade Limitada. Responsabilidade do acionista. Ação, Debênture e demais valores mobiliários. Companhias Abertas e Fechadas. Principais Órgãos da Companhia: Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal. Poder de Controle. Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão. Demonstrações Financeiras. Mutações do Capital Social. Sociedades de Economia Mista.

3. **OBJETIVOS**:

O curso tem a intenção de fazer com que o aluno se familiarize com os principais temas jurídicos relacionados às sociedades anônimas. O ramo do Direito Societário, inserido no âmbito da disciplina de Direto Comercial, torna-se cada vez mais relevante em função do desenvolvimento econômico do país, exigindo a adequada formação acadêmica do aluno. A disciplina específica das Sociedades Anônimas atende a este objetivo, tendo em vista que a roupagem jurídica de sociedade anônima vem sendo utilizada pela macroempresa, com repercussões sobre várias esferas de interesse, como é o caso de interesse dos trabalhadores, do fisco, do meio ambiente e da comunidade onde exerce suas atividades.

4. **PROGRAMA**:

1. Teoria da empresa e a Roupagem de Sociedade Anônima como adequada à Macroempresa

2. Conceito de S/A

3. Diferenças entre S/A e a Limitada

4. Responsabilidade do acionista

5. Ação

5.1. Valores da ação: preço de emissão, valor nominal, valor patrimonial, valor econômico e valor de negociação
5.2. Espécies de ação: ordinárias, preferenciais e de fruição
5.3. Direitos políticos (voto) e econômicos (dividendos)

6. Debêntures

6.1. Diferença entre ações e debêntures
6.2. Espécies de debêntures
6.3. Debêntures conversíveis e debêntures permutáveis
6.4. Demais Valores Mobiliários

7. Companhias Abertas e Fechadas

7.1. Autorização Governamental para abrir o capital (Lei da CVM)
7.2. A Bm&FBovespa

8. Principais Órgãos da Companhia

8.1. Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal

9. Poder de Controle

9.1 Análise do art. 116 da Lei 6.404/76
9.2 Tipos de controle
9.3 Alienação de Controle e o "Tag Along"

10. Ofertas Públicas

11. Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão

12. Demonstrações Financeiras

13. Mutações do Capital Social

14. Sociedades de Economia Mista

4. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

CARVALHOSA, Modesto; EIZIRIK, Nelson Laks. Nova lei das S/A (alterações efetuadas pela lei n. 10.303, de 31 de outubro de 2001). São Paulo: Saraiva, 2002.
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial, volume 2. Ed. revisada e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2012.
COMPARATO, Fabio Konder; FILHO, Calixto Salomão. O poder de controle na sociedade anônima. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
EIZIRIK, Nelson Laks. Temas de direito societario. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
TAVARES BORBA, José Edwaldo. Direito Societário. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

Além da bibliografia acima apontada, propõe-se a pesquisa em artigos das seguintes revistas jurídicas:

Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais; e Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 10/07/2023, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3284570** e o código CRC **A2B592FE**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3284570

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Financeiro	**Departamento:** Direito Social e Econômico.
Código: IUE526	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: ----------

2. **EMENTA**:

Ciência das finanças. Constituição financeira. Atividade financeira do Estado. Receita pública. Despesa pública. Precatórios judiciais. Orçamento público. Crédito público. Dívida pública. Controle e fiscalização da execução orçamentária.

3. **OBJETIVOS**:

Esmiuçar os campos de atuação da atividade financeira do Estado, enfatizando os reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal na esfera de cada qual.

4. **PROGRAMA**:

CIÊNCIA DAS FINANÇAS. Conceito. Ciência das Finanças e Direito Financeiro. Direito Financeiro e Direito Tributário. CONSTITUIÇÃO FINANCEIRA. Características e Subsistemas. Constituição Tributária. **ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO.** Campos de Atuação. Características. Finalidade. Conceito. Evolução da Atividade Financeira do Estado. **RECEITA PÚBLICA.** Classificação da Receita quanto à origem (receita originária, derivada e transferida). Classificação Econômica da Receita. Renúncia de Receita. Lei de Responsabilidade Fiscal e Receita Pública. **DESPESA PÚBLICA.** Conceito. Características Principais. Relações entre Despesas e Receitas: Breve Histórico. Requisitos para a Despesa - Destinação. Classificação. Distinção entre Créditos Orçamentários e Adicionais. Realização da Despesa Pública. Geração da Despesa Pública. Despesa Obrigatória de Caráter Continuado. Despesas com Pessoal e com a Seguridade - Mecanismos de Controle. **PRECATÓRIOS JUDICIAIS.** Conceito. Características. Crédito Alimentar. Atualização Monetária. Crédito de Pequeno Valor. Sequestros das Verbas Públicas. **ORÇAMENTO PÚBLICO**. Conceito. Natureza Jurídica. Fase Histórica. Constituição Orçamentária de 1988. Orçamento e Planejamento: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Orçamento Participativo. Elaboração do Orçamento. Funções do Orçamento. Gestão do Orçamento e Lei de Responsabilidade Fiscal. Vedações Orçamentárias. Princípios Constitucionais Orçamentários. **CRÉDITO PÚBLICO.** Conceito. **DÍVIDA PÚBLICA**. Conceito. Classificação. Extinção. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.** Introdução. Modalidades de Fiscalização.

Objeto da Fiscalização. Tipos de controle: controle interno e controle externo. Tribunal de Contas e a Constituição.

4. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

AGUIAR, Afonso Gomes. Lei de Responsabilidade Fiscal - questões práticas (Lei Complementar n.° 101/00). Belo Horizonte: Fórum.

BALEEIRO, Aliomar. Uma Introdução às Ciências das Finanças. Rio de Janeiro: Forense.

BARROSO, Luís Roberto. Parecer n.° 04/98: Multa Aplicada pelo TCE. Conflito entre Poderes. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR, n.° 52.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva.

BRITTO, Carlos Ayres. O regime constitucional dos Tribunais de Contas. In: SOUZA, Alfredo José de et al. O novo Tribunal de Contas: órgão protetor dos direitos fundamentais. Belo Horizonte: Fórum, p. 59-75.

CARVALHO, Vanessa Cerqueira Reis de. Transparência Fiscal. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR, n.° 54.

_____. A Interpretação do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal: dos Restos a Pagar. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR, n.° 57.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. O devido processo legal e a responsabilidade do Estado por dano decorrente do planejamento. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR, n.° 56.

GIACOMONI, James. Orçamento público. São Paulo: Atlas.

GUTIERREZ, Miguel Delgado. Repartição de receitas tributárias: a repartição de fontes de receita. Receitas originárias e derivadas. A distribuição da competência tributária. In: CONTI, José Maurício (Org.). Federalismo fiscal. São Paulo: Manole, p. 33-66.

JARACH, Dino. Finanzas públicas y Derecho Tributario. Buenos Aires: Abeledo Perrot. MARTINS, Ives Gandra da Silva & NASCIMENTO, Carlos Valder do (Org). Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Saraiva.

NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. Orçamentos e Finanças Públicas Democráticas. Um breve ensaio sobre legitimidade fiscal. In: TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Revista de Direito da Associação dos Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro – Volume VIII – Direito Financeiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

RIBEIRO, Joaquim José Teixeira. Lições de finanças públicas. Coimbra: Coimbra.

ROCHA, Valdir de Oliveira (organizador). Aspectos Relevantes da Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Dialética.

ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio F. da. Manual de Direito Financeiro & Direito Tributário. Rio de Janeiro: Renovar.

SILVA, José Afonso da. Orçamento-programa no Brasil. São Paulo: Revista dos Tribunais.

SOUSA FRANCO, António L. de. Finanças Públicas e Direito Financeiro - Volumes I e II. Coimbra: Almedina.

TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário – O Orçamento na Constituição - Vol. V. Rio de Janeiro: Renovar.

_____. O Princípio da Transparência no Direito Financeiro. In: _____ (Org.). Revista de Direito da Associação dos Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro – Volume VIII – Direito Financeiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

VILLELA SOUTO, Marcos Juruena. Planejamento e Responsabilidade Fiscal. In: TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Revista de Direito da Associação dos Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro – Volume VIII – Direito Financeiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

_____. Parecer n.° 05/01: Lei de Responsabilidade Fiscal – Terceirizações – Classificação da Despesa. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de

Estudos Jurídicos – CEJUR, n.° 55.
_____. Parecer n.° 07/00: Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal – Reconhecimento de Dívida – Não Revogação do Instituto. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR, n.° 55.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 10/07/2023, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3284626** e o código CRC **DFD0A608**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3284626

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Gabinete da Direção
Coordenação de Graduação
Secretaria dos Departamentos

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Teoria da Justiça	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF001	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa.
	Pré-requisito: ----------

2. **EMENTA**:

John Rawls e a teoria da justiça como equidade. A crítica comunitarista. A crítica aristotélica. A crítica procedimentalista.

3. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Habermas, Jurgen. Direito e Democracia. Entre Facticidade e Validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.
Rawls, John. Uma Teoria da Justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
Rawls, John. O Liberalismo Político. São Paulo: Ática, 2000.
Nozick, Robert, Anarquia, Estado e Utopia. Zahar Editores, ed. Esgotada, ou Editora 70, Lisboa, 2009.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 10/07/2023, às 13:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3284711** e o código CRC **BF2B3F75**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Gabinete da Direção
Coordenação de Graduação
Secretaria dos Departamentos

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Marxismo e Direito	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF002	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: ------

2. **EMENTA:**

As fontes constitutivas do marxismo. A crítica ao idealismo alemão. Acrítica marxista do Estado e do Direito. Questões de infraestrutura e questões de superestrutura. Relações entre economia e Direito. Concepções pós-marxistas do Direito. Perspectivas contemporâneas.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

ENGELS, Friedrich, KAUTSKY, Karl. Socialismo Jurídico. São Paulo: Editora Ensaio, 1991.
MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. In: Textos III. Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Alfa-omega, 1977.
MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
PACHUKANIS, Evgeni. A Teoria Geral do Direito e o Marxismo. Coimbra: Centelha, 1977.
SAROTTE, Georges. O Materialismo Histórico no Estudo do Direito. Lisboa: Editorial Estampa, 1972.
STUCKA, Petr Ivanovich. Direito e Luta de Classes: teoria geral do direito. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 10/07/2023, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3284747** e o código CRC **240E0315**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Direito e Risco	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF003	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: ------

2. **EMENTA:**

A Sociedade como Sociedade do Risco. Análise crítica do conceito de Risco. O futuro como Risco. O Risco do Direito. A juridicização do Risco: o caso do Direito Ambiental. Risco e Estado Democrático de Direito.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. Modernização Reflexiva. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
CORSI, Giancarlo. Risco In: Dicionário de Globalização. ARNAUD, André-Jean e JUNQUEIRA, Eliane Botelho. P. 391-395.
DE GIORGI, Raffaele. Direito, democracia e risco. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998.
LUHMANN, Niklas. Sociologia del rischio. Trad. It. Giancarlo Corsi. Milão: Mondadori, 1996.
NEUENSCHWANDER MAGALHAES, Juliana . Teoria do Risco. In: Vicente de Paulo Barretto. (Org.). Dicionário de Filosofia do Direito. 1 ed. São Leopoldo: Editora Unisinos/Editora Renovar, 2006, v. 1, p. 734-738.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 10/07/2023, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3284765** e o código CRC **555EC639**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Gabinete da Direção
Coordenação de Graduação
Secretaria dos Departamentos

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Direito e Gênero	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF004	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: ------

2. **EMENTA:**

Estudo do Direito como duplo mecanismo de produção de discriminação de gênero e de tutela de direitos fundamentais das mulheres. Dominação masculina, gênero e construção das esferas pública e privada. Fundamentos das distintas teorias jusfeministas. Patriarcalismo jurídico, discriminação e violência de gênero no Direito. Mecanismos de tutela dos Direitos Humanos das mulheres no âmbito internacional e nacional e ações afirmativas. Gênero e orientação sexual.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

Bourdieu, Pierre. Dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
Garcia Inda, A. (org.). Gênero y Derechos Humanos. Zaragoza: Ediciones Mira, 2002.
Olsen, Francês E. Feminist Legal Theory. Vol. II. Positioning Feminist Theory within the Law. New York: New York University Press, 1995.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 10/07/2023, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3284773** e o código CRC **C47C80A7**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Lógica Jurídica	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF005	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: ------

2. **EMENTA:**

A linguagem do Direito: ordem, permissão e autorização. Proposições jurídicas: enunciados, juízos, proposições e axiomas. Verdade e validade da norma jurídica. Aplicação da norma jurídica: o silogismo. Conflito normativo e contradição lógica. Lógica e argumentação. As antinomias e o juízo de ponderação.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2009.
ALVES, Alaôr Caffé. Pensamento Formal e Argumentação. São Paulo: Edipro, 2003.
KELSEN, Hans; KLUG, Ulrich. Normas jurídicas y analisis logico. Madrid: Centro de Estudos Constitucionales, 1997.
PERELMAN, Chaim. Lógica Jurídica. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
SANCHÍS, Luis Pietro. Apuentes de Teoria st Derecho. Madrid: Trota, 2008.
VILANOVA, Lourival. As Estruturas Lógicas e o Sistema de Direito Positivo. São Paulo: Max Limonad, 1998.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 10/07/2023, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3284790** e o código CRC **629FF7AF**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Direito e Cinema	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF006	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: ------

2. **EMENTA:**

Direito e cultura. Direito, Filosofia e Cinema: diferentes abordagens. A Cinesofia. Cinema, razão e sensibilidade. O Direito como imagem e representação. A autoimagem do Direito no Cinema. A construção do Direito por meio do cinema.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

Baudrillard, Jean. Simulacros e Simulação. Lisboa: Relógia D'Água, 1991.
Bourdieu, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.
Chase, Anthony. Movies on Trial. The Legal System on the Silver Screen. New York: The New Press, 2002.
Neuenschwander Magalhães, Juliana; Pires, Nádia; Mendes, Gabriel; Chaves, Felipe e Lima, Eric (orgs.). Construindo memória: Seminários Direito e Cinema. Vol.1. Rio de Janeiro: Editora da Faculdade Nacional de Direito, 2009.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 10/07/2023, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3284802** e o código CRC **AA6E71CD**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Direito e Literatura	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF007	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: ------

2. **EMENTA:**

Direito e Literatura: diálogos possíveis. A narrativa do Direito e a narrativa da Literária. Hermenêutica, linguagem e literatura. A literatura como memória do Direito. A crítica do Direito e a crítica literária.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

De Giorgi, Raffaele. Direito, tempo e memória. São Paulo: Quartier Latin, 2006.
Dworkin, Ronald. O Direito como interpretação. In: Uma questão de princípio. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
Kafka, Franz. Diante da lei. In: Um médico rural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
Trindade, André Karam. Gubert, Roberta Magalhães. Copetti Neto, Alfredo (org.). Direito e Literatura – ensaios críticos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.
Weinrich, Harald. Lete – arte e crítica do esquecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 10/07/2023, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3284810** e o código CRC **959A5CBD**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Psicologia Jurídica	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF008	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: ------

2. **EMENTA:**

Psicologia na interface com a Justiça: Direito Penal, Direito de Família e Questões da Infância e da Juventude. O positivismo e as teorias críticas. Psicologia, justiça e produção de subjetividade. Biopoder e Processos de Subjetivação.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BRITO, Leila.(org.).Temas de Psicologia Jurídica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
_____. Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
GONÇALVES, H.S.; BRANDÃO, E.P. Psicologia Jurídica no Brasil. RJ: NAU, 2004.
PELBART, P.P. A vertigem por um fio – políticas da subjetividade contemporânea. São Paulo: Editora Iluminuras, 2000.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 10/07/2023, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3284825** e o código CRC **7CCFEA98**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Seminários de Pesquisa	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF009	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUF223

2. **EMENTA:**

Desenvolvimento de temática relativa a projetos de pesquisa registrados no SIGMA UFRJ.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

N/A.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 10/07/2023, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3284843** e o código CRC **A0726246**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: História do Direito	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF236	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: ----------

2. **EMENTA:**

A História do Direito e a Ciência Jurídica moderna: compreensão histórica do fenômeno jurídico. História e pensamento jurídico. O Direito das Sociedades Antigas: filosofia e natureza. O Direito das Sociedades estratificadas: pluralismo e religião. A modernidade do Direito na Sociedade Moderna: Razão e Positivação.

3. **OBJETIVOS:**

A disciplina visa proporcionar aos alunos o conhecimento dos principais modelos, características e manifestações do fenômeno jurídico no curso da história. Procurar-se-á enfatizar o aspecto social do direito, através de análises de estruturas de sociedades verificadas desde os primórdios da história até a era contemporânea, bem como das respectivas instituições jurídicas construídas ao longo do tempo. Esse percurso será seguido por meio de reconstrução da história semântica do conceito de direitos humanos.

4. **PROGRAMA:**

UNIDADE 1 – O SABER HISTÓRICO E A HISTORIOGRAFIA: SEU LUGAR NA REFLEXÃO JURÍDICA.

Introdução: história da universidade e história do ensino da história. A situação da história no contexto das ciências sociais. História do Direito e Ciência do Direito.

UNIDADE 2 – SOCIEDADES ARCAICAS E O FENÔMENO JURÍDICO.

As sociedades dos povos sem escrita. Delineamento de critérios para seu estudo. História, linguística e arqueologia. Primeiras manifestações de institutos do Direito. Modificação das sociedades. Afrouxamento dos vínculos que caracterizavam as formações sociais arcaicas. Transição. Surgimento das cidades. Evolução da linguagem. Aquisição e crescente modificação da escrita.

UNIDADE 3 – DIREITO E SOCIEDADE NA ANTIGUIDADE: A NOÇÃO DE HUMANIDADE EM GRÉCIA E ROMA.

Aumento no grau de complexidade social e diferenciação parcial do Direito. O centro social da religião. Mesopotâmia, Egito, povos hebraicos: a revelação do Direito. Primórdios do Direito antigo: documentos, fontes, instituições, processos. Rupturas e continuidades no mundo antigo. Helenização: a diferença grego/barbarum. Apogeu e queda da civilização romana: a noção de Humanitas. Humanização do Direito Romano. A noção de cidadania antiga. A escravidão antiga. Transição para o Direito medieval.

UNIDADE 4 – OS PERCURSOS DO DIREITO NO HORIZONTE MEDIEVAL.

Contexto sócio-político do período que marca o fim do Império Romano e a fragmentação do território europeu. A ordem jurídica medieval e o Pluralismo Jurídico. A diferença cristão/pagão. A nobreza e o feudalismo: a diferença nobre/servo. A servidão feudal. A autonomia das cidades do norte da Itália e a retomada das fontes romanas: a "redescoberta do corpus iuris civilis". O direito canônico. A discussão sobre a pobreza franciscana e o direito de propriedade: o ius utendi. O jus commune europeu. O direito inglês: origem, desenvolvimento e aspectos essenciais. Período posterior ao século XV: continuidade e fortalecimento dos Estados nacionais. A soberania moderna como fundamento. Reforma protestante e Direito de Tolerância. A descoberta do novo mundo: a diferença cristão/selvagem.

UNIDADE 5 – REVOLUÇÃO, LIBERALISMO E CONSTITUCIONALISMO: A HERANÇA DAS "LUZES".

"Proto-constitucionalismo" na Inglaterra. Contínuo processo de mudança na semântica do termo Constituição. Direito e moral. Os deveres dos homens e dos cidadãos na Europa Absolutista: o homem como pessoa moral. Positivação do Direito. Doutrina iluminista e Revolução: a construção da tese dos Direitos Humanos. As Declarações de Direitos. O amadurecimento da ideia de Constituição como consolidação do estatuto jurídico do político. O constitucionalismo norte-americano e o judicial review. A constitucionalização dos Direitos Humanos: os direitos humanos de primeira geração.

UNIDADE 6 – A História inserida em seu próprio tempo: reflexão sobre o direito contemporâneo.

Passagem do modelo libera ao Estado Social de Direito: Revolução Industrial e o surgimento de novas demandas. A segunda geração dos Direitos Humanos: direitos sociais. Século XX. Problemas decorrentes da positivação do Direito. Segunda onda de constitucionalismo e as suas consequências. A crise do Estado Social. Os direitos de terceira geração. Sociedade e risco. Globalização e Direitos Humanos. Os desafios dos Direitos Humanos no mundo contemporâneo: entre relativismo e universalismo. O futuro da Constituição e do constitucionalismo.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

N/A.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 10/07/2023, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3284851** e o código CRC **30B13723**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3284851

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Teoria da Argumentação	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF312	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUF132 e IUF141

2. **OBJETIVOS:**

Dar destaque: 1) à busca às fontes clássicas do construto teórico da argumentação e da retórica no pensamento ocidental; 2) aos estudos de dois dos mais importantes autores sobre o tema: Perelman e Alexy. p.

3. **PROGRAMA:**

Aula 1:
Importância da retórica na antiguidade clássico: a ágora e as assembleias. Ser e não-ser: ontologia e dialética no debate entre Heráclito e Parmênides. Síntese de Górgias: argumentação prática. O embrião do estado racional em Platão.

Aula 2:
Aristóteles e a Arte Retórica.
ARISTÓTELES. *Capítulo Primeiro (extratos). In:* Arte Retórica e Poética". Edições de Ouro, S/D, pp. 29 - 54.

Aula 3:

O Método Cartesiano de busca da Verdade.
DESCARTES, René. *Terceira Parte. In:* "Discurso Sobre o Método". São Paulo: Atena, s/d, pp. 33 - 42.
_____ . *Meditação Primeira. In:* "Meditações". Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1996, pp. 257 - 263.

Aula 4:
A crítica de Foucault.
FOUCAULT, Michel. *Conferência III. In*: "A Verdade e as Formas Jurídicas". Rio de Janeiro: Nau, 1999, pp. 53 - 78.

Aula 5:
Perelman e a "Nova Retórica " I
PERELMAN, Chaïm. OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Os Âmbitos da Argumentação. In:* "Tratado da Argumentação: nova retórica". São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 15 - 45.

Aula 6:

PERELMAN e a "Nova Retórica" II
PERELMAN, Chaïm. OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Os Âmbitos da Argumentação. In:* "Tratado da Argumentação: nova retórica". São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 45 - 70.

Aula 7:
Alexy e a Teoria da Argumentação Jurídica I
ALEXY, Robert. Traços Fundamentais da Argumentação Jurídica. In: "Teoria da Argumentação Jurídica. A Teoria do Discurso Racional como Teoria da Justificação Jurídica". São Paulo: Landy, 2005, pp. 217 - 239.

Aula 8:
Alexy e a Teoria da Argumentação Jurídica II
ALEXY, Robert. *Traços Fundamentais da Argumentação Jurídica. In:* "Teoria da Argumentação Jurídica. A Teoria do Discurso Racional como Teoria da Justificação Jurídica". São Paulo: Landy, 2005, pp.239 - 264.

Aula 9:
Alexy e a Teoria da Argumentação Jurídica III
ALEXY, Robert. Traços Fundamentais da Argumentação Jurídica. In: "Teoria da Argumentação Jurídica. A Teoria do Discurso Racional como Teoria da Justificação Jurídica. São Paulo: Landy, 2005, pp. 265 - 281.

4. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

N/A.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 13/07/2023, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3299282** e o código CRC **D58A9DB4**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Gabinete da Direção
Coordenação de Graduação
Secretaria dos Departamentos

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Direito e Sociedade	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF313	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: ----------

2. **EMENTA:**

As interrelações entre as várias dimensões do Estado, suas instituições jurídicas e o desempenho das funções inerentes ao controle social nas sociedades contemporâneas.

3. **OBJETIVOS:**

Identificar os fatores culturais e suas influências na formação do pensamento jurídico.
Relacionar as formas de interrelações sociais e as interdependências na dinâmica jurídica.
Descrever os tipos de ordenamentos e sistemas jurídicos relacionados com a formação das sociedades.

4. **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

UNIDADE I: CULTURA E SOCIEDADE
1. Cultura e Fontes do Direito
2. Cultura e Pensamento Jurídico
3. Cultura e Controle Social.
4. Aculturação jurídica

UNIDADE II: ECONOMIA E DIREITO
1. Sociedade e estrutura econômica.
2. Sociedade, economia e controle jurídico.
3. Mercantilismo e Direito.

UNIDADE III : POLÍTICA E DIREITO
1. Mudança social e transformação política.
2. Poder político e Direito.
3. Planejamento social, política e controle jurídico.

UNIDADE IV: DIREITO E FORMAÇÃO DAS SOCIEDADES.

1. Influência do Direito nos movimentos sociais.
2. Direito Positivo e dinamismo social.
3. Estruturas institucionais, ordenamentos e sistemas jurídicos.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

GUSMÃO, P. D. (1986). Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro, Forense.
FERRAZ Jr., T. S. (1980). Função Social da Dogmática Jurídica. Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais.
HORTON, Paul B.; CHESTER, L. Hunt (1981). Sociologia. São Paulo, Makron Books do Brasil Ed. Ltda.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 13/07/2023, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3300741** e o código CRC **2B7A019C**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Informática Jurídica	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF322	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUF122

2. **EMENTA:**

Informática jurídica como ciência da informação jurídica. Os bancos de dados jurídicos. Informática jurídica e direito da informática, conjunto de problemas e normas de direito positivo que a informática suscita.

3. **OBJETIVOS:**

Conhecer os fundamentos da aplicação informática e os problemas que a informatização do direito produz, as decisões automatizadas e a justiça do respectivo processo de decisão jurídica.

4. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

GARCIA, Dinio de Santis. Introdução à informática jurídica. SP, Bushatsky, 1976.
LOSANO, MARIO. Informática Jurídica. SP, Saraiva, 1976.
TENÓRIO, Igor. Direito e Cibernética. RJ, Ed. Rio, 1975.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 17/07/2023, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3308394** e o código CRC **9093B736**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Latim Jurídico	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF323	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUP111

2. **EMENTA:**

O latim como língua de cultura e como instrumento de investigação científica no campo do direito romano e da história do Direito. Estudo das palavras e frases latinas mais comuns nos textos jurídicos romanos. Noções elementares da gramática latina.

3. **OBJETIVOS:**

Conhecer a estrutura básica da língua latina como instrumento de compreensão dos textos jurídicos latinos.

4. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

XAVIER, Ronaldo Caldeira. Latim para o direito. RJ, Forense, 1994.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 17/07/2023, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3308424** e o código CRC **78D44AE7**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Gabinete da Direção
Coordenação de Graduação
Secretaria dos Departamentos

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Direito Eleitoral	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF367	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: ----

2. **EMENTA:**

Noções de conceituação, natureza e posição e relação com outras disciplinas. Coligações. Convenções. Elegibilidades. Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90). Campanhas eleitorais: registro de candidatos; arrecadação, aplicação de recursos e prestação de contas. Pesquisas e propagandas eleitorais. Vedação de condutas a agentes públicos.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

COSTA, Adriano Soares da. Instituições de Direito Eleitoral. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2009.
PINTO, Djalma. Direito Eleitoral – Improbidade Administrativa e Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.
RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 17/07/2023, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3308440** e o código CRC **98540B2C**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Introdução à Teoria do Direito	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF513	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUF132; IUF141

2. **EMENTA:**

Noções e categorias fundamentais do direito como ponto de partida para uma reflexão sobre a realização do direito e da justica. Formação e crítica da dogmática jurídica.

2. **OBJETIVOS:**

O curso pretende usar o direito comparado como meio para introduzir o aluno a conceitos e temas da teoria geral do direito. A teoria geral do direito tem pretensões universais: isto é, ela não se concentra em sistemas jurídicos específicos, mas emprega conceitos bastante abstratos que transcendem fronteiras nacionais.
O aluno de direito, que tipicamente só estuda instituições, regras e procedimentos nacionais, costuma ter uma certa dificuldade para entender e apreciar as lições abstratas da teoria geral do direito. O direito comparado ajuda a remediar esse problema.

3. **PROGRAMA:**

Cronograma de leituras (os capítulos referidos são todos do livro de Merryman e Pérez-Perdomo):
Aula 1 – Introdução: noções gerais de argumentação jurídica (nenhuma leitura)
Aula 2 – Prefácio à Edição Original e Cap. 1
Aula 3 – Cap. 4 (Caps. 2 e 3 serão discutidos, mas a sua leitura não é exigida)
Aula 4 – Capítulo Schauer sobre precedentes
Aula 5 – Cap. 7 (Cap. 5 será discutido, mas a sua leitura não é exigida)
Aula 6 – Artigo Shecaira sobre métodos alternativos de interpretação
Aula 7 – Artigo Shecaira sobre como escolher um método de interpretação
Aula 8 – Cap. 10 e capítulo Nino
Aula 9 – Cap. 9 e artigo Kötz (Cap. 6 será discutido, mas a sua leitura não é exigida)
Aula 10 – Cap. 18
Aula 11 – Artigo Waluchow
Aula 12 – Positivismo jurídico (artigo Struchiner)

Aula 13 – Equívocos sobre o positivismo jurídico (artigo Agra)
Aula 14 – Uma crítica sofisticada ao positivismo (capítulo Dworkin)

4. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

Texto básico: John Henry Merryman e Rogelio Pérez-Perdomo, A Tradição da Civil Law: Uma Introdução aos Sistemas Jurídicos da Europa e da América Latina, 3ª edição, tradução de Cássio Casagrande (Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2009).

O livro acima será complementado com outros textos, alguns dos quais ainda não foram publicados. Entre os já publicados estão:

DWORKIN, Ronald. O Império do Direito, 2ª edição, tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
NINO, Carlos Santiago. Introdução à Análise do Direito, 2 ª edição. Buenos Aires: Areal, 2002.
SHECAIRA, Fábio. "A Quem Cabe a Escolha? Sobre a Importância de Distinguir Métodos Alternativos de Interpretação Judicial". Direito, Estado e Sociedade, n.36, jan/jun 2010.
SCHAUER, Frederick. Thinking like a Lawyer. A New Introduction to Legal Reasoning. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
STRUCHINER, Noel. Algumas "Proposições Fulcrais" acerca do Direito: O Debate Jusnaturalismo vs. Juspositivismo. In: Maia, Antonio Cavalcanti et al., orgs., Perspectivas Atuais da Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 17/07/2023, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3308626** e o código CRC **ADC5A1C3**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Gabinete da Direção
Coordenação de Graduação
Secretaria dos Departamentos

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Antropologia Jurídica	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF514	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUF128; IUF141

2. **EMENTA:**

A pesquisa etnográfica no Direito. Antropologia, Direito e o problema da diversidade cultural. Etnografia das formas de administração de conflitos no espaço público. O sujeito e suas demandas por direito e justiça: uma abordagem antropológica. Relações étnico-raciais e práticas pedagógicas no Curso de Direito. Identidade afrodescendente e processos decisórios nos tribunais brasileiros. Cultura jurídica e práticas judiciárias.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume Dumrá, 2002.
FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU, 2002.
GARAPON, Antoine. Bem julgar: ensaio sobre o ritual judiciário. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
KANT DE LIMA, Roberto. Ensaios de Antropologia e de Direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 17/07/2023, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3308762** e o código CRC **A10400F0**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Axiologia Jurídica	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF515	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUF361

2. **EMENTA:**

A axiologia jurídica como estudo dos valores fundamentais que legitimam e justificam o ordenamento jurídico positivo. Os valores fundamentais: justiça, segurança, bem-comum. Valores consecutivos: liberdade, igualdade, paz.

3. **OBJETIVOS:**

Compreender os valores fundamentais que legitimam e justificam a ordem jurídica: justiça, segurança, bem-comum.

4. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

MACHADO NETO, A. L. Teoria da ciência jurídica. SP, Ed. Saraiva, 1975.
REALE, Miguel. Filosofia do Direito.
PAUPÉRIO, Machado. Introdução axiológica ao direito.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 17/07/2023, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3308959** e o código CRC **5DC4192C**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Hermenêutica Jurídica	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF516	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS355

2. **EMENTA:**

Direito, Hermenêutica e Interpretação. A Metodologia do Direito sob perspectiva histórica. Teorias Contemporâneas da Interpretação. Estudo de casos.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2009.
COELHO, Inocêncio Mártires. Da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2010.
DWORKIN, Ronald. O Império do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
HART, Herbert. O Conceito de Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
MULLER, Friedrich. Teoria Estruturante do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 17/07/2023, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3309005** e o código CRC **1E87D90F**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Temas de Direito do Consumidor	**Departamento:** Direito Civil.
Código: IUP001	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Có-requisito: IUP519

2. **EMENTA:**

Conteúdo variável conforme o programa de curso apresentado pelo professor responsável pela disciplina no semestre letivo.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

N/A

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 17/07/2023, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3309157** e o código CRC **D5AECC8F**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Diversidade Sexual e Identidade de Gênero no Direito Privado	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP002	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUP231

2. **EMENTA:**

Diversidade Sexual, Identidade de Gênero e Direitos da Personalidade. Alteração de Registro Civil. Discriminação e Responsabilidade Civil. Discriminação e Relações de Consumo. Famílias Homoafetivas e sua Disciplina Jurídica. Famílias Homoafetivas e Reprodução Assistida. Aspectos Sucessórios das Famílias Homoafetivas.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

DIAS, Maria Berenice (coord.). Diversidade sexual e direito homoafetivo. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2011.
DIAS, Maria Berenice. União homoafetiva. O preconceito & a justiça. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
RIOS, Roger Raupp. Direito da Antidiscriminação. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008
_____. (org.). Em defesa dos direitos sexuais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. Manual da homoafetividade: da possibilidade jurídica do casamento civil, da união estável e da adoção por casais homoafetivos. São Paulo, Método, 2008.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 17/07/2023, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3309198** e o código CRC **B71FE58D**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Temas de Contratos Eletrônicos	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP003	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUP241

2. **EMENTA:**

A Internet no contexto da globalização. O marco civil da Internet. A contratação eletrônica de consumo na Internet. Formação dos contratos eletrônicos. Leilões virtuais. Compras coletivas. Os intermediários da contratação eletrônica de consumo. Tutela civil-constitucional dos direitos da personalidade na Internet. Redes sociais virtuais. Responsabilidade por publicações na Internet. A segurança na rede e a prova. Documento eletrônico

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

LORENZETTI, Ricardo Luis. Comércio eletrônico. Tradução de Fabiano Menke. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
MARQUES, Cláudia Lima. Confiança no comércio eletrônico e a proteção do consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p.31-300.
MARTINS, Guilherme Magalhães. Formação dos contratos eletrônicos de consumo via Internet. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
_____ . Responsabilidade civil por acidente de consumo na Internet. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
MULHOLLAND, Caitlin. Internet e Contratação; panorama das relações contratuais eletrônicas de consumo. Rio de Janeiro: Renovar, 2006
RODOTÀ, Stefano. A vida na sociedade da vigilância; a privacidade hoje. Org.Maria Celina Bodin de Moraes. Rio de Janeiro: Renovar, 2008

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 17/07/2023, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3309370** e o código CRC **C679E778**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Direito do Idoso	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP004	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUP123 e IUS241

2. **EMENTA:**

Princípios do direito do idoso. O idoso e seus direitos fundamentais. O idoso nas relações jurídicas privadas.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

PEREIRA, Tânia da Silva e outros. O Cuidado Como Valor Jurídico. Rio de Janeiro: Forense. 2008.
RAMAYAMA, Marcos. Estatuto do Idoso Comentado. Rio de Janeiro: Roma Victor. 2004.
VILAS BOAS, Marco Antônio. NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Estatuto do Idoso Comentado. Rio de Janeiro: Forense. 2005.

4. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**:

BARLETTA, Fabiana Rodrigues. O Direito à Saúde da Pessoa Idosa. São Paulo: Saraiva. 2008.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 17/07/2023, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3309384** e o código CRC **4D379A4C**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Seminários de Pesquisa	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP005	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUF223

2. **EMENTA:**

Desenvolvimento de temática relativa a projetos de pesquisa registrados no SIGMA UFRJ.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

N/A.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 17/07/2023, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3310485** e o código CRC **847DD424**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Biodireito e Bioética	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP007	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUP481 e IUS239

2. **EMENTA:**

Conceitos Básicos de Bioética e Biodireito. Princípios do Biodireito e da Bioética. Biodireito e Bioética no Ordenamento Jurídico Brasileiro.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BARBOZA, Heloísa Helena; BARRETTO, Vicente (Org.) Temas de biodireito e bioética. Rio de Janeiro: Renovar.
FACHIN, Luiz Edson. (Coord.) Repensando fundamentos do Direito civil brasileiro contemporâneo. Rio de Janeiro: Renovar.
JUNGES, José Roque. Bioética. São Leopoldo: Unisinos.

4. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**:

EMERICK, Maria Celeste, VALLE, Silvio e COSTA, Marco Antônio F. da. Gestão biotecnológica: alguns tópicos. Rio de Janeiro: Interciência/Fiocruz.
HARAWAY, Donna e outro. Antropologia do ciborgue - as vertigens do pós-humano. Tradução Tomaz Tadeu Silva. São Paulo: Autêntica.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 17/07/2023, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3310496** e o código CRC **252DD20D**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: História do Direito Privado Moderno	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP122	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUP112

2. **EMENTA:**

O direito privado como produto histórico-cultural. O processo de racionalização e consequente sistematização e codificação. Os princípios básicos do direito civil.

3. **OBJETIVOS:**

Compreender o direito como fenômeno histórico e cultural, particularmente os institutos e a prática jurídica que se desenvolveram a partir do século XII, com a redescoberta do direito romano, até o período das codificações.

4. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

WIEACKER, Franz. História do direito privado moderno. Trad. De A. M. B. Hespanha, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian , 1980.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 17/07/2023, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3310506** e o código CRC **3C8280D9**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Temas de Direito Civil	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP212	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUP241

2. **EMENTA:**

Contrato eletrônico

O desenvolvimento da Internet no contexto da globalização.A sociedade da informação. Discussão sobre a regulamentação da Internet. O marco civil para a regulamentação da Internet no Brasil. -A contratação eletrônica de consumo na Internet. Aplicabilidade do Código do Consumidor aos contratos eletrônicos. Formação dos contratos eletrônicos: tempo e lugar. Leilões virtuais. Compras coletivas. Os intermediários da contratação eletrônica de consumo: provedor e certificador.3- Tutela civil-constitucional dos direitos da personalidade na Internet. Redes sociais virtuais.
Bancos de dados eletrônicos. Responsabilidade por publicações na Internet. Mensagens difamatórias e ofensas à esfera existencial. Dano moral. 4- A segurança na rede e a prova. Documento eletrônico. Assinaturas eletrônicas, criptografia e certificados digitais. Regulação da matéria no Brasil e na legislação estrangeira.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

LORENZETTI, Ricardo Luis. *Comércio eletrônico*. Tradução de Fabiano Menke. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
MARQUES, Cláudia Lima. *Confiança no comércio eletrônico e a proteção do consumidor.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p.31-300.
MARTINS, Guilherme Magalhães. *Formação dos contratos eletrônicos de consumo via Internet.* 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
_____ . *Responsabilidade civil por acidente de consumo na Internet.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
MULHOLLAND, Caitlin. *Internet e Contratação;* panorama das relações contratuais eletrônicas de consumo. Rio de Janeiro: Renovar, 2006
RODOTÀ, Stefano. *A vida na sociedade da vigilância; a privacidade hoje.* Org.Maria Celina Bodin de Moraes. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 17/07/2023, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3310534** e o código CRC **2A91AFD8**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3310534

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Registros Públicos	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP232	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUP123

2. **EMENTA:**

Os Registros Públicos. Atribuições e Espécies. O Registro Civil das Pessoas Naturais e Jurídicas. O Registro de Empresas Mercantis. O Registro de Títulos de Documentos. O Registro de Imóveis. Registros Especiais.

3. **OBJETIVOS:**

Conhecer a estrutura e a função concernente aos registros públicos, estabelecidos pela legislação civil para autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.

4. **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

UNIDADE 1: Registros Públicos. Funções. Legislação básica. Organização. Publicidade. Escrituração e exibição. Responsabilidade Civil dos responsáveis pelo registro.
UNIDADE 2: Registro Civil das Pessoas Naturais. Conteúdo. Livros. Nascimento. Casamento. Óbito. Averbação. Retificações.
UNIDADE 3: Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Natureza. Conteúdo. Inscrição e matrícula.
UNIDADE 4: Registro de Títulos e Documentos. Conteúdo. Transcrição, averbação, cancelamento.
UNIDADE 5: Registro de imóveis. Conteúdo. Livros. Matrícula, registro e averbação. Documentos hábeis. Cancelamento. Registro Torrens.
UNIDADE 6: Registros Especiais. Registro de Empresas Mercantis. Registro de Veículos Automotores. Registro de Propriedade Marítima. Registro Aeronáutico Brasileiro.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BALBINO FILHO, Nicolau. Contratos e Notificações no Registro de Títulos e Documentos. São Paulo: Atlas, 1992.
BATALHA, Wilson de Souza Campos. Comentários à Lei de Registros Públicos. Rio de Janeiro, Forense, 1977.
CARVALHO, Afrânio de. Registros de Imóveis. RJ, Forense, 1976.
CENEVIVA, Walter. Lei dos Registros Públicos Comentada. SP, Saraiva, 1997.
DINIZ, Maria Helena. Sistemas de Registros de Imóveis. SP, Saraiva, 1992.
PONTES, Valmir. Registro de Imóveis. São Paulo, Saraiva, 1982.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 17/07/2023, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3310573** e o código CRC **AD490F32**.

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Direito Comercial I	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUP312	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 45h	**Crédito**: 03
Carga horária prática: ---	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUF122

2. OBJETIVOS :

Instruir e orientar os alunos no conhecimento teórico e objetivo da matéria comercial, capacitando-os para orientar seus clientes, pelo conhecimento da legislação vigente e como devem proceder de acordo com a jurisprudência. Facilitar a compreensão da empresa e de seus problemas jurídicos.

3. EMENTA :

Direito Comercial: Atos de Comércio. Comerciante ou Empresário Comercial. A Empresa. Auxiliares do Comércio. Livros Comerciais. Registro do Comércio. Sociedades Comerciais.

4. PROGRAMA:

1. Direito Comercial

1.1 - Direito Econômico e Direito Comercial. Direito Comercial (Conceito Objetivo e Subjetivo). Direito Comercial como o Direito das Empresas (Conceito Subjetivo Moderno).

1.2 - Autonomia do Direito Comercial. Conteúdo da Matéria Comercial.

2. Fontes do Direito Comercial.

2.1 - Fontes primárias ou diretas ou imediatas do Direito Comercial.

2.2 - Fontes subsidiárias ou indiretas ou mediatas do Direito Comercial.

3. Atos de Comércio.

3.1 - Conceito Positivo de Atos de Comércio. Os Sistemas Legislativos adotados no Brasil em relação aos Atos de Comércio.

3.2 - Direito Brasileiro e os Atos de Comércio.

3.3 - Características e Classificação dos Atos de Comércio.

3.4 - Classificação Didática dos atos de Comércio elaborada por Carvalho de Mendonça.

4. Comerciante ou Empresário Comercial.

4.1 - Conceito e definição de Empresário Comercial.

4.2 - Comerciante e sua Qualificação no Direito Comercial Brasileiro.

4.3 - Requisitos para o exercício da atividade comercial. Capacidade. Exercícios de Atos de Comércio e Profissão habitual.

4.4 - As pessoas que não podem comerciar: Capacidade. Incapacidade. Incompatibilidade.

4.5 - Domicílio do Comerciante.

4.6 - O Estrangeiro no exercício dos Atos de Comércio.

5. A empresa.

5.1 - Noção Econômica e Jurídica de Empresa.

5.2 - O Direito Brasileiro e o Conceito de Empresa.

5.3 - Diferença entre Empresa e Estabelecimento.

5.4 - Espécies de Empresa: Empresas Civis e Públicas.

5.5 - Nome Comercial ou de Empresa. Marcas de Indústria, de Comércio e de Serviço. Expressões ou sinais de propaganda.

5.6 - Fundo de Comércio ou Estabelecimento Comercial. Título de Estabelecimento. Invenção.

6. Ponto Comercial. Cessão e venda do estabelecimento. Clientela.

7. Registro do Comércio e da Propriedade Industrial.

7.1 - Departamento Nacional do Registro do Comércio. Efeitos do Registro do Comércio. Efeitos do Registro do Comércio.

7.2 - As Juntas Comerciais.

7.3 - Registro da Propriedade Industrial. Código de Propriedade industrial. Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

8. Obrigações comuns a todos os empresários comerciais.

8.1 - Contabilidade Mercantil.

8.2 - Auditoria Contábil das Empresas.

8.3 - Os Livros Comerciais. Livros Fiscais.

8.4 - Métodos de Contabilização Moderna: Fichas Contábeis. Sistema eletrônico de Escrituração. Microfilmagens de Livros e Fichas Contábeis.

8.5 - Força Probatória dos Livros Comerciais. Exibição dos Livros Comerciais. Sigilo dos Livros Comerciais.

9. Colaboradores da Empresa.

9.1 - Conceito e Classificação.

9.2 - Auxiliares Dependentes Internos. Auxiliares Dependentes Externos.

9.3 - Auxiliares Independentes: Corretores, Leiloeiros e os Representantes Comerciais.

10. Das Sociedades Comerciais.

10.1 - Noção. Conceito. Conteúdo. Divisão das Sociedades Comerciais.

10.2 - Sociedades de Pessoas.

10.3 - Sociedade de Capitais.

5 . BIBLIOGRAFIA :

Manual de Direito Comercial - Theóphilo de Azerêdo Santos.
Curso de Direito Comercial - Fran Martins.
Curso de Direito Comercial/ 1º Vol. - Rubens Requião.
Curso de Direito Comercial/ 1º, 2º vols. - Dylson Doria.
Código Comercial.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Estatuto do estrangeiro	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP352	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS242

2. **EMENTA:**

A legislação jurídica do estrangeiro no Brasil e sua regulamentação legal. Admissão, entrada e impedimento. A condição de asilado. O registro e suas alterações. Deportação, expulsão e extradição. Direitos e deveres do estrangeiro.

3. **OBJETIVOS:**

Estudar as normas que definem e regulam a situação jurídica do estrangeiro no Brasil.

4. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

VALADÃO, Haroldo. *Direito Internacional Privado*. 4 ed., RJ, Freitas Bastos.1973.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321666** e o código CRC **EB93DF11**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Direitos autorais	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP362	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUP351

2. **EMENTA:**

Os direitos patrimoniais e morais do autor sobre a obra intelectual e sua regulamentação jurídica. A utilização de obras intelectuais. Os direitos conexos.

3. **OBJETIVOS:**

Conhecer a disciplina e a proteção jurídica dos direitos intelectuais que têm por objeto as produções do espírito, de natureza artística, literária e científica.

4. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito autoral*. RJ, Forense, 1980.
2.CHAVES, Antonio. *Nova lei brasileira de direito do autor.* SP, Revista dos Tribunais, 1975.
3.NAZO, Georgette. *A tutela jurídica do direito de autor.* SP, Saraiva, 1991

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321669** e o código CRC **7C6246EF**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Direito Agrário	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP363	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUP351

2. **EMENTA:**

Teoria Geral do Direito Agrário. Política Agrária e Reforma Agrária. Institutos de Direito Agrário.

3. **OBJETIVOS:**

A disciplina tem por finalidade dar aos estudantes um conhecimento da Teoria do Direito Agrário e dos seus Institutos Básicos, bem como informar sobre a legislação Agrária vigente e a sua aplicação.

4. **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

PARTE 1:
1. Introdução.
2. Histórico.
3. Conceito do Direito Agrário.
4.Objeto do Direito Agrário.
4.1. Atividade Agrária.
4.2. Empresa Agrária.
4.3. Estrutura Agrária.
4.4. Política Agrária.
4.4.1. Política de Reforma ou Reforma Agrária.
4.4.2. Política de Desenvolvimento.
5. Conteúdo do Direito Agrário.
6. Fontes do Direito Agrário.
7. Atos e Fatos Jurídicos Agrários.
8. Princípios do Direito Agrário.
9. Hermenêutica do Direito Agrário.
10. Autonomia do Direito Agrário (no sentido de Direito Especial).

11. Direito Agrário das Coisas.
12. Direito Agrário das Obrigações.
13. Direito Agrário Administrativo.
14. Direito Agrário do Trabalho.
15. Relações com Outros Ramos do Direito.
16. Relações com o Direito Ambiental.
!7. Relações com o Direito Urbanístico.
18. Relações com outras Ciências.

PARTE 2:
19. Direito Agrário Constitucional.
20. O Estatuto da Terra.
21. A Reforma Agrária.
22. Parceleiro.
23. Cooperativismo Rural.
24.1. Colonização Propriamente Dita.
24.2. Formas Conexas de Colonização.
24.2.1. Loteamentos.
24.2.2. Desmembramentos.
24.2.3. Divisões.
25. Terras Públicas (Imóveis Rurais).
26. Terras Particulares (Imóveis Rurais).
26.1. Utilização.
26.2. Princípios quanto à Posse e ao Domínio.
26.3. Aquisição por Brasileiros.
26.4. Aquisição por Portugueses.
26.5. Aquisição e Arrendamento por Pessoas Estrangeiras.
27. Distribuição de Terras.
28. Zoneamento e Cadastramento.
29. Assistência e Proteção à Economia Rural.
30. Tributação da Terra.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

ALVARENGA, Octábio Mello. Teoria e Prática do Direito Agrário. Rio de Janeiro, ADCOAS/CONSAGRA, sem data.
BORGES, Paulo Torminn. Institutos Básicos do Direito Agrário. São Paulo, Saraiva, 1991.
BORGES, Paulo Torminn. O Imóvel Rural e Seus Problemas Jurídicos. São Paulo, Saraiva, 1981.
COELHO, L. Fernando. Lógica Jurídica - Interpretação das Leis. Rio de Janeiro, Forense, 1979.
GUIMARÃES, Alberto Passos. A Crise Agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
JUNQUEIRA, Messias. As Terras Devolutas na Reforma Agrária. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1964.
JUNQUEIRA, Messias. O Instituto Brasileiro das Terras Devolutas. São Paulo, Lael, 1976.
LARANJEIRA, Raymundo. Colonização e Reforma Agrária. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.
LARANJEIRA, Raymundo. Propedêutica do Direito Agrário. São Paulo, Ltr, 1981.
LIMA, Rafael Augusto de Mendonça. Direito Agrário, Reforma Agrária e Colonização. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
LIMA, Rafael Augusto de Mendonça. Direito Agrário. Rio de Janeiro, Renovar, 1994.
OPITZ, Oswaldo e Sílvia. Contratos Agrários no Estatuto da Terra. São Paulo, Saraiva, 1974.
OPITZ, Oswaldo e Sílvia. Princípios de Direito Agrário. Rio de Janeiro, Borsoi, 1970.
TENÓRIO, Igor. Curso de Direito Agrário. São Paulo, Saraiva, 1984.
VIVANCO, Antonio Carlos. Teoria de Derecho Agrario. La Plata, Argentina, Ediciones Libreria Juridica, 1967.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321678** e o código CRC **61DDC91C**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3321678

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Direito da Criança e do Adolescente.	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP515	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: ----------

2. **EMENTA:**

A doutrina da proteção ao menor. Os Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente na Constituição de 1988 e no E.C.A. Família natural e Família substituta. Guarda, tutela e adoção. Perda e suspensão do pátrio poder. Garantia de acesso e regulamentação. Diretrizes e bases da política de atendimento. Medidas de proteção. O ato infracional.

3. **OBJETIVOS:**

Conhecer o ordenamento jurídico que protege a Criança e o Adolescente no Brasil, regulando os Direitos Fundamentais, os mecanismos de prevenção e a política de atendimento. Ampliar os conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, levando os discentes a uma reflexão interdisciplinar do tema em questão.

4. **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

UNIDADE 1 – Considerações preliminares. A doutrina da proteção integral. A história da proteção da criança. Código de Mello Mattos (1927), Código de Menores (1979), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Legislação aplicável.
UNIDADE 2 – Os Direitos fundamentais da Criança e do Adolescente em face da Constituição de 1988 e da Lei nº 8069/90 (E.C.A.)
UNIDADE 3 – Medidas aplicáveis à criança e ao adolescente. Família natural e família substituta; modalidades de colocação em família substituta. Medidas aplicáveis aos pais e responsáveis. Medidas de prevenção e de proteção. Ações de responsabilidade.
UNIDADE 4 – Pátrio poder. Exercício, Suspensão e Perda. Tutela e Curatela da criança e do adolescente.
UNIDADE 5 – Guarda. Medida Cautelar. Posse Provisória. Modificação e perda. Adoção no E.C.A. E no Código Civil: paralelo. Requisitos. Procedimento.

UNIDADE 6 – O ato infracional e os direitos individuais do adolescente. Garantias processuais do infrator. Medidas Sócio-Educativas.
UNIDADE 7 – Política de atendimento. Entidades de atendimento. Fiscalização. Programa de abrigo e de internação. Justiça da Infância e da Juventude. Serviços Auxiliares.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BARREIRA, Wilson. Direito do Menor na nova Constituição. São Paulo, Atlas, 1991.
CORRÊA JUNIOR, Luiz Carlos de Azevedo. Direito do Menor. São Paulo, Atlas, 1991.
ELIAS, Roberto João. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo, Saraiva, 1994.
NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. São Paulo, Saraiva, 1996.
PEREIRA, Tania da Silva (coord.). Estatuto da Criança e do Adolescente: estudos sócio-jurídicos. Rio de Janeiro, Renovar, 1992.
_____. Direito da Criança e do Adolescente: uma proposta interdisciplinar. Rio de Janeiro, Renovar, 1996.
SIQUEIRA, Liborni (coord.). Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro, Forense, 1991.
TAVARES, José de farias. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro, Forense, 1991.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321703** e o código CRC **73518BC0**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Teoria da Responsabilidade Civil	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP518	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUP241

2. **EMENTA:**

A responsabilidade civil: conceito e evolução histórica. As fontes de Responsabilidade Civil. O ato ilícito e seus elementos. O descumprimento da obrigação contratual. Os casos de responsabilidade legal.

3. **OBJETIVOS:**

Conhecer os mecanismos de composição dos conflitos decorrentes da prática de ato ilícito.

4. **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

UNIDADE 1 – Teoria Geral da responsabilidade Civil.
UNIDADE 2 – O Ato Ilícito. Elementos.
UNIDADE 3 – Responsabilidade Civil do Estado.
UNIDADE 4 – Responsabilidade Civil dos Pais.
UNIDADE 5 – Responsabilidade Civil do Construtor.
UNIDADE 6 – Responsabilidade Civil por Atividades Perigosas.
UNIDADE 7 – Responsabilidade Civil dos Bancos.
UNIDADE 8 – Responsabilidade Civil dos Médicos.
UNIDADE 9 – Responsabilidade Civil Objetiva.
UNIDADE 10 – Responsabilidade Civil por Dano Ecológico.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

AMARAL, Francisco. Direito Civil Brasileiro. Introdução. Rio de Janeiro, Forense, 1991. cap. XVIII.
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo, Saraiva, 1984.

PEREIRA, Caio Mario da. Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro, Forense, 1989.
STOCCO, Rui. Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial. São Paulo, RT, 1995.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321717** e o código CRC **B264EFD4**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Introdução ao Direito do Consumidor.	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP519	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUP351

2. **EMENTA:**

Teoria Geral do Direito do Consumidor. As relações do consumo no Direito Brasileiro: conteúdo, eficácia e proteção. Responsabilidade Civil do produtor e do intermediário. Práticas abusivas. Os instrumentos jurídicos de Defesa do Consumidor. Os órgãos de Proteção ao Consumidor. O Consumidor frente aos órgão jurisdicionais.

3. **OBJETIVOS:**

Conhecer a disciplina legal das relações de consumo, especialmente no que dia respeito às normas de Proteção e Defesa do Consumidor. Oferecer ao aluno noções gerais do inter-relacionamento dos segmentos industrial, comercial e consumidor e as questões jurídicas dele decorrentes.

4. **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

UNIDADE 1 – Teoria Geral do Direito do Consumidor. As Relações de Consumo: conteúdo, eficácia e proteção. Necessidade de uma legislação própria. Princípios norteadores.
UNIDADE 2 – O Código de Defesa do Consumidor (lei nº 8.078/90). Antecedentes legislativos. Sistema. Agentes. Princípios. Desconsideração da personalidade jurídica.
UNIDADE 3 – Direitos básicos dos consumidores. Reparação de danos. Responsabilidade do produtor e do intermediário por vícios. Constrangimentos. Publicidade enganosa.
UNIDADE 4 – Práticas comerciais abusivas. Cláusulas contratuais abusivas. Contratos de adesão.
UNIDADE 5 – A Defesa do Consumidor. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Sanções Administrativas. A defesa no âmbito penal. Infrações.
UNIDADE 6 – A Defesa do Consumidor no plano Civil e Processual. Interesses individuais, coletivos e difusos. Mecanismos de defesa. Ações de responsabilidade.
UNIDADE 7 – Associações de Consumidores. Princípios. Convenções de consumo.

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

ALMEIDA, João Batista de. A Proteção Jurídica do Consumidor. São Paulo, Saraiva, 1993.
BITTAR, Carlos Alberto. Direitos do Consumidor. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1991.
BULGARELLI, Waldirio. Questões Contratuais no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo, Atlas, 1993.
COELHO, Fábio Ulhoa. O Empresário e o Direito do Consumidor. São Paulo, Saraiva, 1994.
CRETELLA JUNIOR, José & DOTTI, René Ariel (coord.). Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. Rio de Janeiro, Forense, 1992.
GAMA, Hélio. Direitos do Consumidor. Rio de Janeiro, Forense, 1996.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321721** e o código CRC **42002B75**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Direito Imobiliário.	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP525	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUP351

2. **EMENTA:**

Compra e Venda de Imóvel – Escritura Pública e Compromisso de Compra e Venda; promessa de cessão e contrato de promessa de compra e venda. Condomínio edilício. Locação de imóvel urbano. Sistema financeiro da habitação. Alienação fiduciária de imóvel. Execução extrajudicial de imóvel. Incorporação imobiliária. Concessão especial de uso.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

AGHIARIAN, Hércules. Curso de Direito imobiliário. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
RIOS, Arthur. Manual de Direito imobiliário. Curitiba: Juruá.

4. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**:

CHALOUB, Melhim Namen. Da incorporação imobiliária. Rio de Janeiro: Renovar.
CAPANEMA, Silvio. Lei do inquilinato comentada. Rio de Janeiro: GZ.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321728** e o código CRC **7330DE16**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Temas de Direito Internacional.	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP526	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUP351

2. **EMENTA:**

Conteúdo variável conforme o programa de curso apresentado pelo professor responsável pela disciplina no semestre letivo.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

N/A

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321733** e o código CRC **7109F914**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Medicina Legal II	**Departamento:** Direito do Estado.
Código: IUS001	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS516

2. **OBJETIVOS:**

Fornecer ao aluno do Curso de Direito conhecimento básico na área médico-legal, para que ele possa interpretar a legislação específica, jurisprudência ou na matéria que fizer parte do Conteúdo Programático da Disciplina.

3. **RECURSOS DIDÁTICOS:**

O programa será desenvolvido com base na apresentação da parte teórica e de casos reais com fotografas e discussão dos mesmos, utilizando-se equipamento multimídia. Haverá também demonstração prática, em manequim, das principais lesões encontradas em medicina legal.

4. **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1- Traumatologia Forense II. Noções de Balística forense; Lesões por projéteis de arma de fogo; Lesões por projéteis de alta energia;
2- Asfixiologia Forense. Conceito e classificação; Enforcamento, estrangulamento e esganadura; Asfixias por modificação do meio ambiente;
3- Tanatologia forense. Cronotanatognose; Processos transformativos e conservativos;
4- Sexologia Forense. Crime de estupro e legislação aplicada; Crimes sexuais;
5- Toxicologia Forense. Principais Drogas de Abuso e seus efeitos; Álcool e a lei de trânsito;
6- Psiquiatria Forense. Imputabilidade penal e capacidade civil; Principais transtornos mentais; O exame pericial psiquiátrico

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

CROCE, Delton; Manual de Medicina Legal, 8ª edição, Ed. Saraiva, 2012.
GRECO, Rogerio e outros; Medicina Legal à luz do Direito Penal e do Direito Processual Penal, Ed Impetus , 2013.
SILVEIRA COSTA, Luís Renato; A Perícia Médico-Legal, Ed. Millenium. 2011.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321738** e o código CRC **82015322**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Direito Administrativo III	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS004	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS364

2. **EMENTA:**

Processo administrativo. Controle da Administração Pública. Responsabilidade extracontratual do Estado. Tendências, prognósticos do Direito Administrativo.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. Atualização por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. 36.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo.* 27.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.
CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 23.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

4. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**:

OLIVEIRA, Fábio Corrêa Souza de Oliveira. *Morte e vida da Constituição Dirigente.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
ARAÚJO, Edmir Netto de. *Curso de Direito Administrativo*. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
CAVALCANTI, Themístocles Brandão. *Curso de Direito Administrativo.* Rio de Janeiro, 1958.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321769** e o código CRC **43F07863**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Temas de Direito Ambiental.	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS005	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS357

2. **EMENTA:**

A sociedade de risco global e a emergência do direito internacional ambiental. As principais conferências internacionais sobre o meio ambiente. Desenvolvimento sustentável. Direitos humanos e meio ambiente. A situação atual do meio ambiente no Brasil.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

GUERRA, Sidney. *Direito internacional ambiental*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006.
MACHADO, Paulo Afonso Leme. *Direito ambiental brasileiro.* São Paulo: Malheiros, 2012.
SOARES, Guido. *Curso de direito internacional do meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321781** e o código CRC **CBF1EADD**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Processo Administrativo Disciplinar	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS007	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Có-requisito: IUS364

2. **EMENTA:**

Processo administrativo disciplinar e a Constituição de 1988. Processo e princípios constitucionais. Fases/procedimento do processo administrativo disciplinar. Decisão no processo administrativo disciplinar.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

COSTA, José Armando da. *Processo Administrativo disciplinar* – teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012.
BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. *Processo administrativo disciplinar.* 3a ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
MOREIRA, Egon Bockmann. *Processo Administrativo*: Princípios constitucionais e a Lei 9.784/99. 4a ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2010.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321787** e o código CRC **B3401B95**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Direito do Petróleo.	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS008	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS364

2. **EMENTA:**

Histórico. Legislação. OPEP. Monopólio e Concorrência. Regulação. ANP. Gás Natural. Exploração e produção. Distribuição e revenda de derivados. Responsabilidade Civil. Visão através dos diversos ramos do direito.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

ROSADO, Marilda (coord); Estudos e Pareceres Direito do Petróleo e Gás. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2005.
RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá; Direito do Petróleo: as Joint Ventures na Indústria do Petróleo. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2 ed. 2003.
BUCHEB, José Alberto. Direito Petróleo – A Regulação das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2007.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321790** e o código CRC **538D6A50**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Seminários de Pesquisa	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS009	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUF223

2. **EMENTA:**

Desenvolvimento de temática relativa a projetos de pesquisa registrados no SIGMA- UFRJ.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

N/A

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 19:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321795** e o código CRC **AEEE3EE2**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Gabinete da Direção
Coordenação de Graduação
Secretaria dos Departamentos

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: A Constitucionalização do Direito e os Subsistemas Constitucionais	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS010	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS241

2. **EMENTA:**

Noções de constituição, constitucionalismo e constitucionalização. A constitucionalização do direito privado. Os subsistemas constitucionais presentes na Constituição de 1988. Títulos VI, VII e VIII da Constituição de 1988 e a constitucionalização do direito.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

ANDRADE, André. *A constitucionalização do Direito:* a Constituição como lócus da hermenêutica jurídica. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2003.
BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo.* São Paulo: Ed. Saraiva, 2011.
SARLET, Ingo, MARINONI, Luiz Guilherme, MITIDIERO, Daniel. *Curso de Direito Constitucional.* São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 19:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321852** e o código CRC **04C3C877**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Direito Constitucional IV - Jurisdição e Metodologia Constitucional.	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS012	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS241

2. **EMENTA:**

Noções de conceituação, natureza da posição e relação da Jurisdição Constitucional.
Exemplos estrangeiros. Formas de controle de constitucionalidade no Direito Constitucional Brasileiro. Controle Preventivo. Controle Repressivo. Controle Difuso. Controle Concentrado. Principais Ações e suas leis
regulamentadoras. Interpretação Constitucional. Controle de constitucionalidade no âmbito estadual e no âmbito municipal.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet, COELHO, Inocêncio Mártires, MENDES, Gilmar Ferreira. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.
MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional.* São Paulo: Ed. Atlas, 2012.
SARLET, Ingo, MARINONI, Luiz Guilherme, MITIDIERO, Daniel. *Curso de Direito Constitucional.* São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321857** e o código CRC **563D5D9F**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Neoconstitucionalismo, Direito e Democracia.	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS013	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS241

2. **EMENTA:**

Constitucionalismo. Elementos. Características. O neoconstitucionalismo. Elementos e seus pressupostos. A renovação das fontes, da teoria da norma e da interpretação no neoconstitucionalismo. A Filosofia Constitucional. Novos paradigmas.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2011.
BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo, Malheiros, 2012.
SARLET, Ingo, MARINONI, Luiz Guilherme, MITIDIERO, Daniel. *Curso de Direito Constitucional.* São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 19:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321863** e o código CRC **DF84E03F**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Ações Afirmativas e o Combate à Discriminação	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS014	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS239

2. **EMENTA:**

Conceito. Ações afirmativas e assistência social. Histórico. Experiências no direito comparado. Igualdade formal e igualdade material. Políticas Públicas. Possibilidade de Controle Jurisdicional das Políticas Públicas. Ações Afirmativas em espécie: Cotas, Hipossuficiência, Vaga para Servidor Militar Transferido, e as reservadas em concursos para pessoas com necessidades especiais. Ações afirmativas e gênero. Ações afirmativas e grupos vulneráveis.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ação Afirmativa e Principio Constitucional da Igualdade*. São Paulo: Ed. Renovar, 2001.
ARAUJO, Jose Carlos Evangelista de. *Ações Afirmativas e Estado Democrático Social de Direito.* São Paulo: Ed. LTr , 2009.
BELLINTANI, Leila Pinheiro. *Ação Afirmativa e os Princípios do Direito*. Rio de Janeiro: Ed Lumen Juris, 2006.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321864** e o código CRC **CEAC5889**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Sistemas de Proteção dos Direitos Humanos.	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS016	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS239

2. **EMENTA:**

A proteção internacional dos direitos humanos. As três vertentes de proteção internacional da pessoa humana e as convergências entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos, o Direito Internacional Humanitário e o Direito dos Refugiados. O indivíduo como sujeito de direito internacional. O sistema universal de proteção dos direitos humanos e os sistemas regionais (americano, europeu e africano).

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

GUERRA, Sidney. Direito internacional dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2011. RAMOS, André de Carvalho. Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Tratado de direito internacional dos direitos humanos. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1997.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321869** e o código CRC **C495E709**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Direito Penal Econômico.	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS017	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS363

2. **EMENTA:**

Direito Penal Econômico: conceito e evolução histórica. Princípios e Penas. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Crimes contra o Consumidor e contra a Ordem Tributária, econômica e as relações de consumo. Lei de Lavagem de Dinheiro. Lei de Falências. Crimes previdenciários. Crimes contra as finanças públicas. Crimes na Lei de Licitações.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BATISTA, Nilo. *Lições de Direito Penal Falimentar.* Rio de Janeiro: Revan, 2006.
DELMANTO, Fabio Machado de Almeida; DELMANTO JR., Roberto; DELMANTO, Roberto. *Leis Especiais Comentadas.* Rio de Janeiro: Renovar, 2012.
PRADO, Luiz Regis. *Direito Penal Econômico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321873** e o código CRC **4FC0696A**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Gabinete da Direção
Coordenação de Graduação
Secretaria dos Departamentos

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Execução Penal	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS018	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS473

2. **EMENTA:**

História da Pena Privativa da Liberdade. Princípios Constitucionais-penais e as regras mínimas da ONU. Direitos Humanos dos Presos. Movimentos de Política Criminal. Sistemas Penitenciários. Teorias da Pena. Penas Privativas de Liberdade, alternativas e substitutivos penais. O Sistema progressivo e regimes de cumprimento de pena. Livramento condicional e indulto. Causas Extintivas da Punibilidade. Saídas Extramuros. Medidas de Segurança. Crimes Hediondos. A Perda de legitimidade do sistema penal.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BITTENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da Pena de Prisão*: Causas e Alternativas. São Paulo. Revista dos Tribunais.
CARVALHO, Salo de. *Crítica à Execução Penal*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2a ed. 2007.
KUEHNE, Maurício. *Lei de Execução Penal Anotada.* Rio de Janeiro: Ed. Juruá, 8a ed. 2010.
ZAFFARONI, Eugênio Raul. *Em Busca das Penas Perdidas:* a Perda da Legitimidade do Sistema Penal. Rio de Janeiro: Revan.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 19/07/2023, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3321877** e o código CRC **9C422E77**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Direito Penal Internacional	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS019	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS242, IUS363

2. **EMENTA:**

Introdução ao Direito Penal Internacional. Sujeitos do Direito Penal Internacional. Crimes Internacionais. Crimes contra os direitos humanos. Crimes relacionados com a proteção contra o terror e a violência. Crimes contra interesses sociais e culturais. Jurisdição Penal Internacional: Tribunais de Nuremberg, de Tóquio, para a antiga Iugoslávia e para Ruanda. Tribunal Penal Internacional. Cooperação Penal Internacional.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

GONÇALVES, Joanisval Brito. *Tribunal de Nuremberg 1945-1946: a gênese de uma nova ordem no direito internacional.* Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
JAPIASSU, Carlos Eduardo Adriano. *O Tribunal Penal Internacional: a internacionalização do direito penal.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.
MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direitos humanos e conflitos armados*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3322389** e o código CRC **CD36D955**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Política de Drogas	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS021	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS363

2. **EMENTA:**

Política Criminal de Drogas. Origens do Controle sobre as Drogas Ilícitas. Direitos Humanos e Política de Drogas. A Convenção da ONU de 1988. Histórico das Leis de Drogas. Estratégias de Controle. Proibicionismo e Modelos alternativos. Prevenção e Redução de Danos. Modelos de Legalização. A Nova Lei de Drogas (n. 11.343/06). Aspectos gerais e processuais. Posse de Drogas para uso pessoal. Tráfico de drogas e tipos assemelhados. Drogas e sistema penitenciário.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BATISTA, Nilo. Política criminal com derramamento de sangue. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade.* Rio de Janeiro, v. 3, n. 5-6, p. 77-94, 1 e 2 sem. 1998.
CARVALHO, Salo de. *A política criminal de drogas no Brasil: do discurso oficial às razões da descriminalização.* 4a. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
REGHELIN, Elisangela Melo. *Redução de danos: prevenção ou estímulo ao uso indevido de drogas injetáveis.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3322450** e o código CRC **BCFC3994**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Direito Processual Penal III	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS022	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS483

2. **EMENTA:**

Processo e procedimento. Procedimento comum. Procedimento no Tribunal do Júri. Procedimento sumário. Procedimento sumaríssimo. Procedimentos especiais. Nulidades. Recursos no processo penal e Ações autônomas de impugnação.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo Penal.* 32a ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 3 e 4.
LOPES Jr., Aury. *Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional, vol. 2.* 3a ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
RANGEL, Paulo. *Direito Processo Penal.* 17a ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. *Curso de Processo Penal.* 13a ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
LIMA, Marcellus Polastri. *Manual de Processo Penal.* 4a ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
NICOLITT, André Luiz. *Manual de Processo Penal.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Direito Processual Penal.* Tomo II. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
DEMERCIAN, Pedro Henrique & MALULY, Jorge Assaf. *Curso de Processo Penal.* 4a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
SOUZA, Sérgio Ricardo. *Manual de processo penal Constitucional: pós-reforma de 2008.* Rio de Janeiro: Forense, 2008.
NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal Comentado.* 9a ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.
NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de processo penal e execução penal.* 4a ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

4. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**:

FERNANDES, Antonio Scarance. *Teoria geral do procedimento e o procedimento no processo penal.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
GRINOVER, Ada Pellegrini, FERNANDES, Antonio Scarance & GOMES FILHO, Antonio.

NULIDADES NO PROCESSO PENAL. 11a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
GRINOVER, Ada Pellegrini, *Recursos no Processo Penal.* 6a ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.
NUCCI, Guilherme de Souza. *Tribunal do Júri.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3322583** e o código CRC **995F8484**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Tutela dos Interesses Coletivos	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS024	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS355,IUS364

2. **EMENTA:**

Tutela Coletiva: direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Instrumentos de tutela coletiva na defesa dos direitos humanos. Ação popular e ação civil pública, Mandado de Segurança Coletivo. Ação coletiva e ação civil pública: conceito, requisitos, competência, legitimidade. Substituição processual. O papel do Ministério Público. Liminar, sentença, recursos e execução.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processo Civil – Direito processual coletivo e direito processual público, vol. 2, tomo III. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. Curso de Direito Processual Civil, vol. 4 (Processo Coletivo). 7. ed., Salvador: JusPodivm, 2012.
ZAVASCKI, Teori Albino. Processo Coletivo – Tutela e direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3322750** e o código CRC **F18A4A20**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Negociação, Mediação e Arbitragem	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS025	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS365

2. **EMENTA:**

Métodos alternativos de solução de controvérsias e o monopólio da jurisdição. Negociação, mediação e arbitragem: conceitos, semelhanças, diferenças, campos de aplicação. Negociação e conciliação pré processuais e processuais. Mini-trial, avaliação neutra de terceiro, review boards, sistema de manejamento de conflitos (SMC) e st-Arb. Arbitragem entre particulares e arbitragem envolvendo entes estatais. Arbitragem internacional. Temas controvertidos.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

CALMON FILHO, Petrônio. *Fundamentos da mediação e da conciliação.* Rio de Janeiro, Forense, 2007.
CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e Processo: Um comentário à Lei no 9.307.* 3a ed. São Paulo: Atlas, 2009.
CAHALI, Francisco José. *Curso de arbitragem – mediação, conciliação, resolução* CNJ. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3322815** e o código CRC **83B5E98E**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Laboratório de Jurisprudência	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS026	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS012

2. **EMENTA:**

Análise crítica da jurisprudência dos tribunais brasileiros.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

N/A.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3323229** e o código CRC **6D569A4E**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Juizados Especiais Cíveis	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS027	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS355

2. **EMENTA:**

Acesso à justiça. Conceitos, diferenças e similitudes entre pequenas causas e causas cíveis de menor complexidade. Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública. Origens e princípios orientadores dos Juizados Especiais. Competência, partes, atos e nulidades processuais, citação e intimação. Procedimento. Provas e procedimento probatório. Meios de impugnação das decisões judiciais. Execução e cumprimento de sentença. Temas controvertidos.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública.* 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.
FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
ROCHA, Felippe Borring. *Juizados Especiais Cíveis: Aspectos polêmicos da lei n. 9.099,* de 26/9/1995. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3323452** e o código CRC **155AD238**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Procedimentos Especiais	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS029	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS355

2. **EMENTA:**

Processo e procedimento. Procedimentos especiais contenciosos e não contenciosos. Procedimentos Especiais previstos no Código de Processo Civil e na Legislação Extravagante. Temas controvertidos.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

MARCATO, Antonio Carlos. *Procedimentos Especiais,* 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
GAJARDONI, Fernando da Fonseca; SILVA, Márcio Henrique Mendes da. *Manual dos Procedimentos Especiais Cíveis de Legislação Extravagante.* 2. Ed. Rio de Janeiro: GEN-Método, 2009.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil,* vol. III, 44. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3323517** e o código CRC **E878638B**.

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

Disciplina: Direito Desportivo II (Justiça Desportiva)	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS032	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS237,IUS030

2. **EMENTA:**

Justiça Desportiva: natureza jurídica, competência e previsão constitucional; órgãos da Justiça Desportiva; Judiciariformidade; procedimento sumário na JD; procedimentos especiais na JD: transação disciplinar desportiva, inquérito, impugnação de partida, mandado de garantia, reabilitação, dopagem, revisão e medidas inominadas; meios de prova; recursos e posterior acesso ao judiciário; CAS/TAS e sua competência para competições nacionais; estudo acerca do Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

3. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

MACHADO, Rubens Approbato; LANFREDI, Luís Geraldo Sant'Ana; TOLEDO, Otávio Augusto de Almeida;
SAGRES, Ronaldo Crespilho; NASCIMENTO, Wagner (coordenadores). Curso de Direito Desportivo Sistêmico Volume II. São Paulo: Quartier Latin, 2010.
VARGAS, Ângelo et al. Direito Desportivo – Dimensões Contemporâneas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3323548** e o código CRC **EAEAC270**.

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: História das Idéias Politico Jurídicas	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS141	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito:

2. EMENTA:

Identificação das raízes Politico-Jurídicas no contexto histórico do direito. Análise das distintas contribuições e das condições de sua integração.

3. OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA:

Desenvolver uma atitude científica na apreciação dos fatos históricos juridicamente relevantes. Conhecer o embasamento sócio-cultural das construções jurídicas.

Específicos : Habilitar o aluno á compreensão do conhecimento específico das idéias politico Jurídicas dentro de um referencial histórico.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE :

UNIDADE 1 : DIREITO NATURAL : ORIGEM DE FORMAÇÃO.

UNIDADE 2 : AS TEORIAS DO ESTADO.

UNIDADE 3: ORIGEM E FORMAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL.

3.1. Leis fundamentais

3.2. As Constituições como ordens concretas.

3.3. Os primeiros tratadistas.

3.4. A constituição como ciência autônoma.

UNIDADE 4 : A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO CONSTITUCIONAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO.

4.1. As declarações do direito.

4.2. O estado de direito.

UNIDADE 5 : A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO CONSTITUCIONAL IMPERIAL BRASILEIRO.

5.1. A constituinte Imperial de 1823.

5.2. A constituinte Imperial de 1824.

UNIDADE 6: A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO CONSTITUICIONAL REPUBLICANO BRASILEIRO.

6.1. O congresso Constituinte.

6.2. A constituição da República de 1891.

UNIDADE 7: AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS.

7.1. A constituição de 1934.

7.2. A constituição de 1937.

7.3. A constituição de 1946.

7.4. A constituição de 1967.

7.5. A constituição de 1988.

UNIDADE 8: A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL DO BRASIL.

8.1. Os princípios e normas internacionais adotadas pelo Brasil.

8.2. As doutrinas internacionais adotadas pelo Brasil.

5. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito Constitucional. São Paulo, Saraiva, 1994.

2. FINLEY, M. I. Democracia : Antiga e moderna. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

3. HAYEK, F. A. Os fundamentos da liberdade. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1983.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3323667** e o código CRC **6E54101A**.

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Direitos Humanos	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS244	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS231

2. EMENTA:

Conceituação do homem e seus direitos, as normas e instituições que definem e protegem os variados aspectos da personalidade humana. Evolução histórica e estudo dos direitos humanos nos âmbitos Nacional e Internacional. As diversas formas de integração internacional junto ao universo dos direitos humanos, com vistas a promoção, proteção e instrumentos assecuratórios.

3. OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA:

Caráter formativo com vistas ao enriquecimento acadêmico. Conhecer por meio dos direitos humanos o processo de transformação da sociedade brasileira e internacional e os reflexos no mundo jurídico, pelo dinamismo do desenvolvimento. Verificar os princípios e regras realizadoras da institucionalização jurídica dos direitos humanos, como direitos fundamentais decorrentes da natureza e dignidade humana.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE : Direitos humanos

UNIDADE I : FUNDAMENTOS DOS DIREITOS HUMANOS.

1. O homem e seus direitos.
2. As condições econômicas, sociais e culturais dos direitos humanos.
3. Os direitos humanos e o estado. Apreciações.
4. Os direitos humanos e metodologia. Relação com outros ramos.

UNIDADE II : EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS.

1. Os direitos humanos na antiguidade, na idade media, idade moderna, na idade contemporânea.
2. Os direitos humanos e a modernidade. Direitos de 1,2 e 3 geração.
3. Os direitos humanos e a trajetória constitucional brasileira.

4. Os direitos humanos e as demandas populares.

UNIDADE III: DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO INTERNACIONAL.

1. Proteção internacional dos direitos humanos.

2. Instrumentos internacionais. Mecanismos contemporâneos de implantação dos direitos humanos. ONU - OEA.

3. A integração Européia - e a reconstrução dos direitos humanos.

4. A integração na américa latina. Mercosul e os direitos humanos.

UNIDADE IV : DIREITOS HUMANOS ESPECÍFICOS.

1. Direito internacional humanitário. Direito de refugiados. A cruz vermelha como instrumento

2. As organizações não governamentais (ONGs). Anistia internacional - aspectos determinantes .

3. Os direitos humanos e o direito das vítimas. Minorias e vitimização no plano internacional.

5. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. CONCEIÇÃO, Selma Regina de Souza A. Direitos humanos - do mundo antigo ao Brasil de todos, Rio de Janeiro, Forense, 1990.

2. DALLARI, Dalmo de Abreu et al. Direitos humanos. São Paulo, edições paulinas, 1978.

3. FARIA, José Eduardo, direitos humanos, direitos sociais e justiça. São Paulo, Malheiros Ed. 1994.

4. BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria geral da cidadania - a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. São Paulo, Saraiva, 1995.

5. TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. A proteção internacional dos direitos humanos. São Paulo, Saraiva, 1991.

6. SWINARSKI, Christopher, direito internacional humanitário. São Paulo, Revista dos tribunais, USP, Núcleo de estudos da violência, 1990.

7. BOBBIO, Norberto. A Era dos direitos. Rio de janeiro, Campos, 1992.

8. LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: Um diálogo com o pensamento de Hanna Arendt. São Paulo, Ed. Schnarez Ltda, 1988.

9. KOSOVSKI, Ester; MAYR, Eduardo; PIEDADE Jr., Heitor. Vítimologia em debate. Rio de janeiro, Forense, 1990.

10. BOFF, Leonardo etal. Direitos humanos, direito dos pobres. Petrópolis, Vozes, 1991.

11. BEDDARD, Ralph Human Rights and Europe. (University of Southampton), 1993.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3368811** e o código CRC **E1438D3C**.

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Direito Desportivo	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS246	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS231

2. EMENTA:

Estudo e evolução do desporto e consequentemente formação do direito desportivo. Sua origem legislação e universalização. Sistema desportivo brasileiro - Tribunais de Justiça Desportivas.

3. OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA:

Objetiva o estudo da doutrina dos institutos do direito desportivo de forma a habilitar os alunos com o instrumental necessário e indispensável para a melhor compreensão deste ramo do direito, face a sua vasta e completa legislação extravagante, oferecendo aos futuros advogados desta arte, conhecimento especializados, que lhes permita explorarem este novo e amplo campo de atividades profissionais.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE : Direito desportivo

1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DESPORTO.
   1.1. Conceituação, origem e evolução.
2. SOCIOLOGIA DESPORTIVA .
   2.1. Organização nacional do desporto.
   2.2. A função social do desporto.
   2.3. A formação do direito desportivo.
3. FORMAÇÃO DO DIREITO DESPORTIVO.
   3.1. O desporto como expressão de fato social.
   3.2. A hierarquia e a disciplina do direito desportivo.
   3.3. A universalização do direito desportivo.

4. ANTECEDENTES DA LEGISLAÇÃO DESPORTIVA BRASILEIRA.

4.1. Histórico.

4.2. Componentes.

5. SUMÁRIO DA LEGISLAÇÃO DESPORTIVA.

5.1. Cooperação financeira da união.

5.2. Escola nacional de educação física e desporto da U.B.(dec.-lei n. 1.212/39).

5.3. Conselho nacional de desporto, disciplina e proteção do desporto (dec.-lei n.3.199/41. dec. -lei n. 7.674/45).

5.4. Confederação brasileira de desporto universitários (dec. -lei n. 3.617/41).

5.5. Lei n. 5.939/73 dispõe sobre comissão de benefícios do INSS ao atleta profissional de futebol.

5.6. Reconhecimento do documento olímpico de identidade (lei n. 6.251/75).

5.7. Lei n. 8.672/86 instituiu normais gerais sobre os desportos.

5.8. Dispositivos constitucionais - Constituição da República Federativa do Brasil - 1988.

5.9. Decreto n. 1.437/95 - Estrutura o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto. INDESP.

6. SISTEMA DESPORTIVO BRASILEIRO.

6.1. Natureza jurídica dos regulamentos desportivos.

5. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. CÓDIGO Brasileiro de justiça e disciplina desportiva.

2. CÓDIGO Brasileiro de disciplina do futebol.

3. PEREY. Valed. Direito desportivo.

4. CARVALHO. A Dardeau de comentários á lei sobre desportos.

5. MELO FILHO Alvaro de direito desportivo.

6. LYRA FILHO. João. Direito desportivo.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3445359** e o código CRC **F330A4F5**.

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Direito Penal Militar	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS354	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS243

2. EMENTA:

Da aplicação da lei penal. Do crime. Da imputabilidade penal. Do concurso de agentes. Das penas. Das medidas de segurança. Da ação penal. Da extinção da punibilidade.

3. OBJETIVOS:

Conhecer os princípios e normas de funcionamento da Justiça Penal Militar.

4. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. BANDEIRA, Esmeraldino; REICHARDT, H. Canabarro; GUSMÃO, Crisólito de; BADARÓ, Ramagem; MANZINE, Vicenzo; CIVOLI, R.; MANASSERO, Aristide. *Cometários do Código Penal Militar.*

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3446014** e o código CRC **E498406A**.

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Direito Ambiental	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS357	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS248,IUS356

2. EMENTA:

Meio ambiente e qualidade de vida. A proteção internacional do meio ambiente. Direito e Meio ambiente. O direito do meio ambiente na Constituição Federal. O Sistema Nacional do Meio Ambiente. Instrumentos do direito ao meio ambiente. Responsabilidade ambiental.

3. BIBLIOGRAFIA:

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. São Paulo: Atlas, 2012.
GUERRA, Sidney, GUERRA, Sérgio. Curso de direito ambiental. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito ambiental brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2001.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3446161** e o código CRC **E2C0038E**.

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Direito Urbanístico	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS366	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 40h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS356

2.OBJETIVOS:

a. Conhecer as noções básicas do Direito Urbanístico e as construções doutrinárias, legislativas e jurisprudenciais relativas à matéria urbanística.
b. Analisar criticamente a legislação urbanística em vigor e os impactos, no processo de desenvolvimento urbano, dos instrumentos de intervenção no território nela previstos.
c. Realizar trabalhos teórico-práticos (orais e escritos) visando o aperfeiçoamento das habilidades acima mencionadas, a fixação das noções estudadas, e o aprofundamento da reflexão sobre as questões inerentes a aplicação dos instrumentos jurídico-urbanísticos.

3. EMENTA :

Aula 1. • Apresentação do Professor e dos alunos. Informações iniciais a respeito do curso. Indicações bibliográficas

Aula 2. • Unidade I: Lineamentos fundamentais do Direito Urbanístico. Notícia histórica. Processo de autonomização. Definição - correntes. Princípios gerais.

Aula 3. • Unidade II - Constituição da República e Direito Urbanístico. Repartição de competências em matéria urbanística. O capítulo da Política Urbana. As regiões metropolitanas. Constituições estaduais.

Aula 4. • Seminário I: apresentação e debate da obra “Direito Administrativo ordenador”, de Carlos Ari Sundfeld (2,0pontos).

Aula 5. • Unidade II (continuação) – O princípio da função social (ou socioambiental) da propriedade.

Aula 6. • Unidade II (continuação) – O Direito à Moradia e a questão das “remoções” ou “despejos forçados”.

Aula 7. • Unidade III - O Estatuto da Cidade. As diretrizes gerais da política urbana.

Aula 8. • Seminário II: O conceito da ONU de moradia adequada (2,0 pontos).

Aula 9. • Unidade III (continuação) - O Estatuto da Cidade. Os instrumentos da política urbana. • Indicação de trabalho opcional: estudo de caso concreto, para entrega após o recesso (2,0 pontos).

Aula 10. • Recebimento dos trabalhos. • Unidade IV – A preservação do patrimônio histórico e cultural. A Revisão da instituição do Tombamento. Novos instrumentos.

Aula 11. • Unidade V - O Plano Diretor e a gestão da política urbana. O Plano de Transporte associado ao Plano Diretor.

Aula 12. • Unidade V (continuação) – Análise das Resoluções do CONCIDADES relacionadas ao Plano Diretor (nos 25 e 34/2005, 80 e 83/2009).

Aula 13. • Seminário III: Estudo do Plano Diretor do município do Rio de Janeiro (3,0 pontos).

Aula 14. • Unidade VI - A legislação de controle do uso e ocupação do solo urbano. Zoneamento. Legislação edilícia. Áreas Especiais.

Aula 15. • Unidade VII - Parcelamento do Solo Urbano. A Lei Federal no 6.766/1979. Loteamentos regulares, irregulares e clandestinos.

Aula 16. • Unidade VIII - A questão da irregularidade fundiária, urbanística e registraria nas cidades. Os programas de Regularização Fundiária e seus instrumentos jurídicos.

Aula 17. • Unidade IX - Direito Urbanístico comparado. Referências latino- americanas e europeias.

Aula 18. • Seminário IV: O modelo de regularização fundiária adotado no estado do Rio de Janeiro - estudo da Emenda Constitucional no 42/09 e da Lei Complementar no 131/09. (3,0 pontos)

4. BIBLIOGRAFIA:

• ALFONSIN, Betânia (org.). Direito à Moradia e segurança da posse no Estatuto da Cidade. Belo Horizonte: Fórum, 2004.
• CARVALHO FILHO, José dos Santos. Comentários ao Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005.
• FERNANDES, Edesio; ALFONSIN, Betânia (org.). A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
• _____ (org.). Coletânea de Legislação Urbanística: normas internacionais, constitucionais e legislação ordinária. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

• _____ (org.). Direito Urbanístico: estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
• _____ (org.). Revisitando o instituto do Tombamento. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
• MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. 6a Ed. São Paulo: Malheiros, 1993.
• RIZZARDO, Arnaldo. Promessa de compra e venda e parcelamento do solo urbano: lei 6.766/79. São Paulo: RT, 2010.
• ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 3. Ed. São Paulo: FAPESP, 2003.
• SANTOS JR., Orlando (org.). Os Planos Diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.
• SAULE JR., Nelson. Novas perspectivas do Direito Urbanístico Brasileiro: ordenamento constitucional da política urbana. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1997.
• SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. 6. Ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3446420** e o código CRC **8D180735**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Gabinete da Direção
Coordenação de Graduação
Secretaria dos Departamentos

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Direito e Estado	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS414	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS131

2. EMENTA :

Direito e Poder, Direito e Estado (forma moderna do poder político). O Estado de Direito, liberal, social e democrático. Estado e democracia. Estado e Poder Executivo. Estado e Poder legislativo. Estado e Poder Judiciário. Estado e Economia. Constituição e governabilidade.

3. OBJETIVOS:

Estudar e conhecer a relação de interdependência e compenetração entre Direito, ideologia e poder, à luz das diversas concepções filosófico-jurídicas da época atual.

4. BIBLIOGRAFIA:

1. DOURADO DE GUSMÃO, Paulo. *Introdução ao estudo do direito.* 13a ed. RJ, Forense, 1988.
2. NADER, Paulo. *Introdução ao estudo do direito.* 12oed, Forense, 1982.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3451947** e o código CRC **CF1E4029**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Gabinete da Direção
Coordenação de Graduação
Secretaria dos Departamentos

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Legislação Penal Especial	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS424	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS363

2. EMENTA :

Conceituação de Direito Penal Especial. Leis penais especiais de maior incidência.

3. OBJETIVOSGERAIS DA DISCIPLINA:

A disciplina tem por objetivo permitir ao aluno de graduação acesso ao direito penal especial, precipuamente as leis especiais, com o estudo daquelas consideradas mais relevantes.

4 . CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE 1: Leis das contravenções penais.

UNIDADE 2: Lei de abuso de autoridade.

UNIDADE 3: Estatuto da criança e do adolescente.

UNIDADE 4: Leis dos crimes hediondos.

UNIDADE 5: Lei de defesa do consumidor.

UNIDADE 6: Economia popular. Ordem tributária e relações de consumo.

UNIDADE 7: Entorpecentes. Lei n. 6368/76.

UNIDADE 8: Lei de segurança nacional.

5. BIBLIOGRAFIA BÁSICA :

1. SILVA FRNACO. Alberto e outros. Leis penais especiais, São Paulo. Ed. Revistas dos tribunais, 1995.

2. GRECO FILHO. Vicente. Tóxicos.

3. NOGUEIRA. Paulo Lúcio. Contravenções penais controvertidas. São Paulo. Livr. e Ed. Universitária de Direito Ltda. 1993.

4. SILVA FRANCO. Alberto. Crimes hediondos. São Paulo, revista dos tribunais. 1992.

5. ARAÚJO Jr. João Marcello. Dos crimes contra a ordem econômica. São Paulo, revista dos tribunais 1995.

6. NOGUEIRA. Paulo Lúcio. Leis especiais aspectos penais, São Paulo, 1986.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3452059** e o código CRC **9321BEF4**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3452059

EMENTA

I. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Direito Municipal I	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS426	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS356

II. OBJETIVOS:

Equipar o aluno das condições fundamentais mínimas á formação de bons profissionais no setor administrativo municipal.

III. EMENTA :

Introdução ao direito municipal, especialmente as limitações administrativas relacionadas ao planejamento urbano.

IV. PROGRAMA:

1. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES MINICIPAIS.

1.1 - Servidores estatutários.
1.2 - Servidores contratados.
1.3 - Servidores especiais.
1.4 - princípios e normas constitucionais aplicáveis aos servidores municipais.

2. PODER DE POLÍCIA MUNICIPAL.

2.1 - Conceito.

2.2 - Fundamento.

2.3 - Objetivo.

2.4 - Manifestação de polícia.

2.5 - Limitações.

2.6 - polícia urbanística e suas diversas formas.

2.7 - O controle do uso do solo.

3. TRIBUTOS MINICIPAIS.

3.1 - Conceito de tributo.

3.2 - Os impostos.

3.3 - As taxas.

3.3.1 - De polícia.

3.3.2 - De serviços.

3.4 - A contribuição de melhoria.

3.5 - Princípios e normas constitucionais e legais sobre a competência tributária e suas limitações.

4. O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

4.1 - O princípio da simetria dos poderes federados.

4.2 - A câmara dos vereadores como poder.

4.3 - Composição do legislativo.

4.4 - O vereador como agente político.

4.5 - As funções da câmara.

4.5.1 - Função normativa.

4.5.2 - Função fiscalizadora.

4.5.3 - Função julgadora.

4.6 - Prerrogativas e direitos do vereador.

4.7 - Impedimentos do vereador.

4.8 - Normas constitucionais, normas legais e normas regimentais.

5. O PAPEL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO OU DOS CONSELHOS DE CONTAS DOS MUNICIPIOS.

5.1 - Controle externo da administração financeira e orçamentária.

5.2 - O parecer prévio e sua rejeição.

6. O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

6.1 - O prefeito como agente político.

6.2 - As funções do prefeito.

6.2.1 - Funções políticas.

6.2.2 - Funções executivas.

6.2.3 - administrativas.

6.3 - Atribuições próprias e delegadas.

6.4 - Delegação de autoridade.

7. RESPONSABILIDADES DOS PREFEITOS E VEREADORES.

7.1 - Cassação de mandatos.

7.2 - Extinção de mandatos.

7.3 - Crimes comuns e crimes de responsabilidade.

7.4 - Infrações políticas administrativas.

8. A LEI MUNICIPAL.

8.1 - Conceito formal de lei.

8.2 - Conceito material de lei.

8.3 - Lei e decreto lei.

8.4 - Lei e decreto.

8.5 - Lei e regulamento.

8.6 - Resoluções.

8.7 - Decretos legislativos.

9. ESPÉCIES DE LEIS.

9.1 - complementar.

9.2 - Ordinária.

9.3 - Delegada.

9.4 - Especial.

10. PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL.

10.1 - Princípios constitucionais e legais de formação da lei municipal.

10.2 - Iniciativa.

10.3 - Prazos.

10.4 - Ementas.

10.5 - Quórum.

10.6 - Sansão.

10.7 - Veto.

10.8 - Promulgação.

11. TÉCNICA LEGISLATIVA.

11.1 - Redação dos atos legislativos e sua técnica municipal.

11.1.1 - Preâmbulo.

11.1.2 - Texto (o artigo e seus desdobramentos)

V. BIBLIOGRAFIA :

Direito municipal brasileiro - Hely Lopes Meirelles, revista dos tribunais, São Paulo, 1982.

Manual do prefeito, IBAM, Rio, 1982.

O papel do vereador e a câmara municipal, Joaquim Castro Aguiar Forense Rio, 1977.

Regime jurídico das taxas municipais Joaquim Castro Aguiar IBAM 1982.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3453602** e o código CRC **B3578CF0**.

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Temas de Direito Processual Civil	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUS427	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ---	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS355

2. EMENTA :

Conteúdo variável conforme o programa de curso apresentado pelo professor responsável pela disciplina no semestre letivo.

3. BIBLIOGRAFIA :

N /A.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/09/2023, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3502752** e o código CRC **593DD455**.

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Prática Forense II	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS482	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 04
Carga horária prática: 60h	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS427

2. EMENTA :

Atuação do profissional advogado na fase preliminar da ação penal. Inquérito policial e atuação do profissional durante e após a ação penal nos processos comuns e especiais; fase judiciária. Visitas aos foros criminais e instituições penais.

3. OBJETIVOS:

Desenvolver o conhecimento prático do direito penal, principalmente no que respeita aos procedimentos da ação penal.

4. BIBLIOGRAFIA :

1. GAMA, José de Souza. Manual de Prática Forense. RJ, Ed. Renovar, 1994.
2. BORTOLA, Edson Cosac. Manual de Prática Forense. SP, Revista dos Tribunais, 1994.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3457851** e o código CRC **5C1380F0**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3457851

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Sociologia Criminal	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS510	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ---	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS516

2. EMENTA :

Conceito sociológico de crime. Norma e desvio. Tipos de delinquência. Formas de prevenção e repressão. Instituições preventivas.

3. OBJETIVOS:

Estudar o crime a partir dos fatores que o determinam com o objetivo da sua prevenção e da recuperação do homem delinquente.

4. PROGRAMA:

1. A Criminologia no Conjunto das disciplinas penais. Conceito e Definição. Criminologia, Direito Penal, Sociologia Criminal e Penalogía.
2. Método Científico: Conceito, Hipóteses, Teoria e Lei. Etapas: Observação, Comparação, Experimentação. Método e Técnica de Pesquisa. Papel da Pesquisa na Criminologia. Pesquisa Individual, Grupal e Institucional. Casos.
3. Desvio Social, Infração, Contravenção e Crime. Norma e Desvio. Criminalização e Descriminalização. Penalização e Despenalização.
4. Crime, Sociedade e Cultura. Socialização e Culturação. Comportamentos e Traços Culturais. Relação com a Criminalidade.
5. Estrutura e Organização Social. Classes e Camadas Sociais. Estratificação Social e Criminalidade. Instituições e Disciplinas Sociais. Instituições de Prevenção e de Repressão. Importância da Família. As Organizações Internacionais e seu papel.
6. O problema da natureza humana. Agressão, violência e Crime. Formas e Tipos segundo tipo de Sociedade (Rural, Micro e Macro -Urbana, Agrícola, Industrial e Pós Industrial) e Cultura (Tradicional e Moderna.
7. Causas do Crime. Teorias Bio - Psicológicas, Ecológicas (Escola de Chicago), Econômicas,

Sociológicas e Antropológicas. Lombroso e a Antropologia Criminal. Alienação e Anomia.
8. Classificações e Categorias de Crime. Categorias Sociológicas e Categorias Jurídico-Penais do Crime. Papel da Mudança Social e dos Tipos de Sociedade. O Crime Organizado e Transnacional.
9. Delinquência Infantil e Juvenil. Fatores. Dimensão na Sociedade Brasileira. Recuperação e Prevenção. Papel da Droga. Instituições Especializadas. Papel da Família e Adoção.
10. Penalismo e Penitenciarismo. Tipos de Prisão e Categorias de Detentos. A Penitenciária como Instituição e Espaço Social. Hierarquias e Estrutura. Grupos de Liderança Formais e Informais. A Cadeia do Crime na Penitenciária. Os "Comandos". Formação dos Agentes Penitenciários e o Treinamento de Equipes.

4. BIBLIOGRAFIA :

1. THOMPSON, A.F. A Questão Penitenciária. Petrópolis, 1976.
2. MIOTTO, Armida Bergamini. Direito Penitenciário. São Paulo, 1975.
3. DURKHEIM, Emile. As Regras do Método Sociológico.
4. _____. O Suicídio.
5. SUTHERLAND, E.H. Principles of Criminology.
6. SHELTON, E.; MOORE, W.E. Indicators os Criminology.
7. Fundação Getúlio Vargas. Dicionário de Ciências Sociais. Art. "Penitenciarismo". Rio de Janeiro, 1986.
8. TARDE, Gabriel. As Leis da Imitação.
9. VELHO, Gilberto. Desvio e Delinquência.
10. HOBSBAWN. Los Bandidos.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3495142** e o código CRC **DAFDF92F**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Gabinete da Direção
Coordenação de Graduação
Secretaria dos Departamentos

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Medicina Legal I	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS516	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ---	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS233,IUS363

2. OBJETIVOS:

Fornecer ao aluno do Curso de Direito conhecimento básico na área médico-legal, para que ele possa interpretar a legislação específica, jurisprudência ou na matéria que fazer parte do Conteúdo Programático da Disciplina. Recursos Didáticos: O programa será desenvolvido com base na apresentação da parte teórica e de casos reais com fotografas e discussão dos mesmos, utilizando - se equipamento multimídia. Haverá também demonstração prática, em manequim, das principais lesões encontradas em medicina legal.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1 - Introdução à Medicina Legal; Histórico, conceituação, aplicações e divisão da medicina legal;
2 - Perícias e peritos; Documentos médico-legais Laudo médico-legal e quesitação;
3 - Identificação médico-legal e judiciária; Noções de antropologia Datiloscopia
4 - Lesões corporais Art. 129 e crime de lesões corporais Dano corporal de natureza civil
5 - Traumatologia forense I
Lesões e morte por ação contundente
Lesões e morte por ação cortante
Lesões e morte por ação perfuro-cortante

4. BIBLIOGRAFIA :

- CROCE, Delton; Manual de Medicina Legal, 8a edição, Ed. Saraiva 2012
- GRECO, Rogerio e outros; Medicina Legal à luz do Direito Penal e do Direito Processual Penal, Ed Impetus , 2013
- SILVEIRA COSTA, Luís Renato; A Perícia Médico-Legal, Ed. Millenium 2011

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3495260** e o código CRC **E5D5DEAE**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3495260

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Direito da Integração	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS518	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ---	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUE312,IUS242

2. EMENTA:

O conceito de integração regional e seus modelos. Direito da Integração e Direito Comunitário. União Europeia: evolução, instituições e ordenamento jurídico. O processo de integração americano. Mercosul: evolução, estrutura orgânica e ordenamento jurídico.

3. BIBLIOGRAFIA :

- CASELLA, Paulo Borba. *Comunidade Europeia e seu Ordenamento Jurídico.* São Paulo: Ltda Editora, 1994.

- FERNANDES, Antônio José. *União Europeia e Mercosul : dois processos de integração.* Minho: Bezerra Editora. 1998.
- PEREIRA, Ana Cristina Paulo. *Mercosul: o novo quadro jurídico das relações comerciais na América Latina.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3495379** e o código CRC **0C973338**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3495379

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Temas de direito Constitucional	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS519	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ---	**Período**: optativa
	Pré-requisito:IUS241

2. EMENTA:

Conteúdo variável conforme o programa de curso apresentado pelo professor responsável pela disciplina no semestre letivo.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3495522** e o código CRC **E8D68674**.

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Direito das Organizações Internacionais	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS520	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ---	**Período**: optativa
	Pré-requisito:IUS242

2. OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Preparar o aluno para compreender a analisar criticamente as organizações internacionais de maior relevo no mundo contemporâneo.

3. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO:

Prova no final da disciplina.

4. EMENTA:

UNIDADE I – Teoria geral das organizações internacionais

1. Antecedentes históricos
2. Conceito
3. Características
4. Classificação

UNIDADE II – Personalidade Jurídica das Organizações internacionais

1. Fundamentos
2. Competência
3. A representação dos Estados-membros
4. As jurisdições internacionais.

UNIDADE III – Direitos, prerrogativas e imunidades

1. Celebrar tratados
2. Legação
3. O Alcance dos privilégios e imunidades
4. As atividades das organizações internacionais.

UNIDADE IV – A Liga das Nações

1. Origem.
2. Características
3. A crise e a influência para a ONU

UNIDADE V – A Organização das Nações Unidas

1. Origens
2. Composição
3. Sede e línguas oficiais
4. Órgãos

UNIDADE VI – Os organismos especializados da ONU

1. Os organismos de cooperação econômica
2. Os organismos de cooperação social
3. Os organismos de cooperação em comunicações

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO :

1. Teoria geral das organizações internacionais
2. Personalidade Jurídica das Organizações internacionais
3. Direitos, prerrogativas e imunidades
4. A Liga das Nações
5. Feriado
6. A Organização das Nações Unidas
7. A Organização das Nações Unidas
8. A Organização das Nações Unidas
9. Os organismos especializados da ONU
10. Os organismos especializados da ONU
11. Os organismos especializados da ONU
12. Prova 1
13. Apresentação do gabarito
14. Entrega das notas e revisão
15. Prova final e 2o chamada
15. Gabarito notas e revisão
17. Entrega das notas ao departamento

6. BIBLIOGRAFIA GERAL RECOOMENDADA :

GUERRA, Sidney. Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
MELLO, Celso Albuquerque de. Curso de direito internacional Público. Rio de Janeiro: Renovar.
REZEK. J. Francisco . Direito internacional Público. São: Saraiva.
RANGEL, Vicente Marotta. Direito e relações Internacionais: Legislação internacional anotada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

7. BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA RECOOMENDADA :

PARTE I

UNIDADE I – Teoria geral das organizações internacionais.

UNIDADE II – Personalidade Jurídica das Organizações internacionais.

UNIDADE III – Direitos, prerrogativas e imunidades.

GUERRA, Sidney. **Organizações internacionais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
SOARES, Guido Fernando. Órgãos dos Estados nas Relações Internacionais. Rio de Janeiro, 2001.
TRINDADE, Antônio Augusto Cansado. **Direito das Organizações Internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

PARTE II

UNIDADE IV – A Liga das Nações.

UNIDADE V – A Organização das Nações Unidas.

UNIDADE VI – Os organismos especializados da ONU.

KELSEN, Hans. **The Law of the United Nations**. London: The London institute of world affairs, 1951.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3500750** e o código CRC **896C99E7**.

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Direito Penal Informático	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS31	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ---	**Período**: optativa
	Pré-requisito:

2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO :

1. Noções Preliminares sobre Direito Penal Informático.
2. Conceito de Crimes de Informática.
3. Os Princípios Constitucionais Penais Aplicados ao Direito Penal Informático.
4. Os Bens Jurídicos protegidos pelo Direito Penal Informático.
5. Sujeitos dos Crimes de Informática: Ativo e passivo.
6. Territorialidade e Temporalidade dos Crimes de Informática.
7. Crimes de Informática: Código Penal – Parte Especial – Vírus de Computador e Crime de Dano.
8. Crimes de Informática: Legislação Específica – ECA – Pornografia infantil na internet.
9. Crimes de Informática: Legislação Específica – Propriedade Intelectual – Comercialização de Softwares/ Programas de Computador "Piratas".
10. Crimes de Informática: Legislação Específica – Crimes Contra a Ordem Tributária.
11. Crimes de Informática: Legislação Específica – Crimes Contra os Consumidores.

3. BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA :

1. ASCENSÃO, J.O.; Direito da internet e da sociedade da informação. Forense: Rio de Janeiro, 2002.
2. BAPTISTA, L. O.; Novas fronteiras do Direito na Informática e Telemática. Saraiva: São Paulo, 2001.
3. BLUM, R. O. (Coord.) et al.; Direito Eletrônico: a internet e os tribunais. EDIPRO: Bauru, 2001.
4. CASTRO, C.R.A.; Crimes de informática e seus aspectos processuais. 2a ed. Rev. Ampl. E atual.; Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2003.
5. DE LUCCA, N. et al.; Direito & Internet. EDIPRO: Bauru, 2000.
6. GOUVÊA, S.; O Direito na Era Digital: crimes praticados por meio da informática. Mauad: Rio de Janeiro, 1997.
7. PAESANI, L. M. Direito de Informática. Atlas: São Paulo, 1998.
8. PRADO, G.L.M. Limite às Interceptações Telefônicas e a Jurisprudência do Superior Tribunal de

Justiça. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2005.
9. REINALDO, D. Fo (Coord.) et al.; Direito da Informática: Temas Polêmicos. EDIPRO: Bauru, 2002.
10. ROVER, A. J. (Org.) et al.; Direito, Sociedade e Informática: Limites e Perspectivas da Vida Digital. Fundação Boiteux: Florianópolis, 2000.
11. ROVER, A. J. (Org.) et al.; Informática no Direito: Inteligência Artificial, Introdução aos Sistemas Especialistas Legais. Juruá: Curitiba, 2011.
12. SWENSSON, W. C. et al.; Direito e Internet. Themis: São Paulo, 2001.
13. SOUZA, G. et al.; Redes de Computadores. Campus: Rio de Janeiro, 1995.
14. VIANNA, T. L.; Fundamentos de Direito Penal Informático: do acesso não autorizado a sistemas computacionais. Forense: Rio de Janeiro, 2003.
15. TANENBAUM, A. S. Computer Networks. Prentice Hall. 3a: Edition.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3500994** e o código CRC **58BC320A**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Gabinete da Direção
Coordenação de Graduação
Secretaria dos Departamentos

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Top. Esp. de Direito Comercial	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUW001	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ---	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUE312

2. EMENTA :

Conteúdo variável conforme o programa de curso apresentado pelo professor responsável pela disciplina no semestre letivo.

3. BIBLIOGRAFIA :

1. ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção; GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Temas de Direito Civil Empresarial. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
2. BORBA, José Edwaldo Tavares. Temas de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.
3. EIZIRIK, Nelson Laks. Aspectos modernos do direito societário. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/09/2023, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3501185** e o código CRC **86563C85**.

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Tópicos Esp. Direito Civil	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUW501	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ---	**Período**: optativa
	Pré-requisito:

2. EMENTA :

Conteúdo variável conforme o programa de curso apresentado pelo professor responsável pela disciplina no semestre letivo.

3. BIBLIOGRAFIA :

N/A

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/09/2023, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3501274** e o código CRC **2C2B89B4**.

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Tópicos Esp. Direito Constitucional	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUW502	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ---	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS131

2. EMENTA :

Conteúdo variável conforme o programa de curso apresentado pelo professor responsável pela disciplina no semestre letivo.

3. BIBLIOGRAFIA :

N/A

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/09/2023, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3501326** e o código CRC **18A69F8A**.

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Tópicos Esp. Direito Penal	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUW503	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ---	**Período**: optativa
	Pré-requisito:

2. EMENTA :

Revisão do estudo do Direito Penal. Aspectos Essenciais da Teoria do Delito e da Teoria da Pena. Conceitos e Tópicos especiais de Direito Penal. Parte Especial do Direito Penal. Estudo de casos e de problemas de direito e processo penal. Jurisprudência Criminal.

3. BIBLIOGRAFIA :

1. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Geral. São Paulo: Saraiva. V. 1 e 2.
2. PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Parte Geral. São Paulo: RT. V. 1, 2 e 3.
3. ZAFFARONI, Eugenio Raul; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal Brasileiro. V. 1 e 2. Parte Geral e Especial. São Paulo: RT.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/09/2023, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3501377** e o código CRC **10A28069**.

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Tópicos Esp. Direito Tributário	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUW504	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ---	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUE512

2. EMENTA :

Conteúdo variável conforme o programa de curso apresentado pelo professor responsável pela disciplina no semestre letivo.

3. BIBLIOGRAFIA :

A bibliografia será indicada no momento da disciplina, pois trata-se de temas de conteúdo variável e atualidades.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 06/09/2023, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3501525** e o código CRC **6840E4EC**.

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Tópicos Especiais de Direito Processual Civil	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUW505	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ---	**Período**: optativa
	Pré-requisito: IUS355

2. EMENTA :

Revisão dos princípios constitucionais processuais, pressupostos processuais de existência e validade, condições da ação, jurisdição e competência, classificação das ações, características do processo de conhecimento, execução e cautelar, requisitos da petição inicial e análise da resposta do réu (contestação, exceções e reconvenção). Tutela inibitória e antecipada. Reforma da execução (leis 11.232 e 11.382).

3. OBJETIVOS:

Verificar a aplicação em casos concretos dos conceitos jurídicos e da doutrina de direito processual civil.

4. METODOLOGIAS DE ENSINO:

Aulas expositivas com detalhamento de casos concretos e de aplicação prática dos conceitos em revisão, demonstrando a conexão entre as matérias.

5. PROGRAMA DETALHADO:

Exposição da matéria com a referência legal e doutrinária para estudo, com indicação da matéria a ser abordada na aula seguinte para estudo particular pelo aluno.

3. BIBLIOGRAFIA :

Teoria Geral do Processo - J. E. Carreira Alvim (Forense).
A Teoria da Ação no Processo Civil - Leonardo Greco (Dialética)
Introdução ao Processo Civil - Sérgio Bermudes (Forense)
Antecipação da Tutela - Luiz Guilherme Maioni (RT)
Princípios Gerais do Processo Civil - J. Augusto Galdino da Costa (Forense)
Curso de Processo Civil - Ovídio Batista da Silva (Forense).

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3501599** e o código CRC **129B4993**.

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Legislação Comparada	**Departamento:** Teoria do Direito
Código: IUF356	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ---	**Período**: optativa
	Pré-requisito: ----

2. EMENTA:

A legislação comparada se apresenta com objeto de estudos sobre o direito privado em suas referências internacionalizadas das relações institucionais. A legislação comparada ou direito comparado compreende o exame das instituições jurídicas de todos os povos analisadas como complemento do Direito Internacional Privado e do Direito Civil interno. A disciplina se justifica pela importância da necessidade de se conhecer as leis, as jurisprudências e os costumes dos Estados.

3. PROGRAMA:

1. Formação do Direito Privado Moderno.
2. Classificação do Direito Civil Moderno.
3. Legislações Civis Atuais: o grupo Romano.
4. Legislações Civis Atuais: o grupo Misto.
5. O Direito Privado Brasileiro.
6. Teoria Geral das Pessoas.
7. Teoria Geral dos Bens.
8. Teoria Geral das Obrigações.
9. Jurisdição e Competência.
10. Sentenças de Tribunais Estrangeiros.

4. BIBLIOGRAFIA :

BEVILAQUA, Clovis. Resumo das Lições de Legislação Comparada sobre o Direito Privado. Bahia, Livraria Magalhães, 1893.

_____ Princípios Elementares de Direito Internacional Privado. Bahia, Livraria Magalhães, 1906.

KALTHOFF, Henrique. Da condição Jurídica dos Brasileiros na Alemanha e dos Alemães no Brasil. São Paulo, Saraiva, 1932.

LAURENT, F. Le Droit Civil Internacional. Bruxelas, Bruylant & Crhistophe, 1881.

LEME, Lino de Morais. Direito Civil Comparado. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1962.

LESSA, Pedro. Do Poder Judiciário. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1915.

_____ Dissertações e Polêmicas. Estudos Jurídicos. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comercio, 1909.

MARINHO, Ilmar Penna. Direito Comparado. Direito Internacional Privado. Direito Uniforme. Rio de Janeiro, A Coelho Branco F Editor, 1938.

PAIVA, Ayrton da Costa. Competência e Jurisdição no Direito Internacional Privado. Estado da Guanabara., 1963.

SILVA, Agustinho Fernandes Dias da. Direito Processual Internacional. Rio de Janeiro, 1971.

_____ Introdução ao Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro, Biblioteca Jurídica Freitas Bastos, 1982.

SILVA, Luiz Alberto de Souza e. Temas de Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro, Editora Universitas, 1999.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3588642** e o código CRC **2BA3277B**.

EMENTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Direito Educacional	**Departamento:** Direito Civil
Código: IUP014	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ---	**Período**: optativa
	Pré-requisito: ----

2. EMENTA:

A Educação no Brasil e seus fundamentos sociopolíticos e jurídicos. A Educação como um direito social previsto na Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como norma norteadora das propostas estatais. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e suas bases dinâmicas para as concepções curriculares no Brasil. Educação e regionalização.

3. BIBLIOGRAFIA BÁSICA :

1- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
2- BRASIL, Lei 8.069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.
3- BRASIL, Lei 10.406/02- Código Civil, 2002.
4- BRASIL, Lei 9.394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

4. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR :

1- JOAQUIM, Nelson. Direito Educacional Brasileiro: história, teoria e prática, 1°ed, Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2009.
2- TRINDADE, André Fernando dos Reis. Direito Educacional: sob uma ótica sistêmica, Curitiba: Juruá, 2007.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 25/10/2023, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3675532** e o código CRC **9A1F09AE**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3675532

EMENTA

1. **IDENTIFICAÇÃO**:

Disciplina: Direito Internacional Público II	**Departamento:** Direito do Estado
Código: IUS242	**Currículo**: 1995/1 - 2013/2
Carga horária teórica: 30h	**Crédito**: 02
Carga horária prática: ----	**Período**: 4º
	Pré-requisito: IUS232

2. **EMENTA**:

O território em Direito Internacional. Solução pacífica das controvérsias. Segurança coletiva e uso da força.

3. **OBJETIVOS**:

Fornecer elementos teóricos e normativos para desenvolver no aluno o espírito crítico para a compreensão do fenômeno jurídico;
Despertar no acadêmico a importância do estudo do Direito Internacional;
Instigar a reflexão acerca dos problemas internacionais.

4. **DIVISÃO DA DISCIPLINA**:

UNIDADE 1 – O TERRITÓRIO SOB O DIREITO INTERNACIONAL
1.1 Noções gerais: espaço soberano e espaço comum
1.2 O espaço terrestre
1.3 Direito do Mar: Águas Jurisdicionais, Zona Econômica Exclusiva, Zona Contígua, Alto Mar, Plataforma Continental.
1.4 Domínio fluvial e lacustre
1.5 Espaço aéreo atmosférico e extra-atmosférico
1.6 Regiões Polares
1.7 Estreitos e canais

UNIDADE 2 – SOLUÇÃO PACÍFICA DAS DISPUTAS
2.1 Meios diplomáticos

2.2 Meios jurisdicionais
2.2.1 Arbitragem
2.2.2 Justiça Internacional
2.2.2.1 A jurisdição da Corte Internacional de Justiça
2.3 Meios políticos

UNIDADE 3 – A FORÇA NO DIREITO INTERNACIONAL
3.1 Evolução histórica
3.1.1 A doutrina da guerra justa
3.1.2 As primeiras normas positivas
3.2 Jus ad bellum e jus in bello
3.2.1 Direito da Haia e Direito de Genebra
3.3 Sistemática da SDN
3.4 Sistemática da ONU
3.4.1 Proibição da força e da intervenção
3.4.2 Competência do CSNU
3.5 Conceito de guerra e agressão
3.6 Legítima defesa
3.7 Efeitos do estado de guerra
3.8 Direito Humanitário

5. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**:

DINH, Nguyen Quoc; DAILLER, Patrick; PELLET, Alain. Direito Internacional Público. Trad. Vítor Marques Coelho. Lisboa:
Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
CALDEIRA BRANDT, Leonardo Nemer (org.). Comentário à Carta das Nações Unidas ed.Belo Horizonte: CEDIN, 2008.
GUERRA, Sidney Cesar Silva. Curso de Direito Internacional Público. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
REZEK, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 1993.

6**. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**:

ACCIOLY, Hildebrando. Tratado de Direito Internacional Público. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1956. 2
t.
AMARAL JÚNIOR, Alberto do. O Direito de Assistência Humanitária. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. (Coleção Biblioteca de
Teses).
BORGES DE MACEDO, Paulo Emílio. A Guerra e a Cooperação Internacional. Curitiba: Juruá, 2002.
_____; FERREIRA, Lier Pires. Direitos Humanos e Direito Internacional. Curitiba: Juruá, 2006.
DETTER, Ingrid. The Law of War. 2. ed. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2000.
DINSTEIN, Yoram. Guerra, Agressão e Legítima Defesa. Trad. Mauro Raposo de Mello. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2004.
GRÓCIO, Hugo. O Direito da Guerra e da Paz. Trad. Ciro Mioranza. Ijuí: Unijuí, 2004. 2 v. (Coleção Clássicos do Direito
Internacional).
HUCK, Hermes Marcelo. Da guerra justa à guerra econômica: uma revisão sobre o uso da força em direito internacional. São Paulo:

Saraiva, 1996.
JIMÉNEZ DE ARÉCHAGA, Eduardo et al. Curso de Derecho Internacional Público. Montevideo: Fundación de Cultura
Universitária, 1979. 6 t.
KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
MELLO, Celso D. de Albuquerque. Direitos Humanos e Conflitos Armados. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Giacometti Lameirão**, **Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/10/2023, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **3679205** e o código CRC **5F8D6429**.

Referência: Processo nº 23079.232274/2023-52 SEI nº 3679205

Equações de Equivalência do Currículo		
GRADE CURRICULAR 1995/1		**GRADE CURRICULAR 2014/1**
IUS364 (Direito Administrativo II)	=	IUS521 (Direito Administrativo II)
IUP241 (Teoria do Contrato)	=	IUP311 (Direito Civil III) + IUP313 (Seminario Direito Civil I)
IUS241 (Direito Constitucional II)	=	IUS221 (Direito Constitucional II)
IUSU03 (Estágio Prática Jurídica III)	=	IUS517 (Pratica Forense III)
IUE527 (Direito Tributario II)	=	IUS322 (Direito Tributario II)
IUF118 (Sociologia Juridica I)	=	IUF111 (Sociologia Juridica I)
IUS355 (Dir Processual Civil II)	=	IUS321 (Direito Judiciario Civil II)
IUS363 (Direito Penal IV)	=	IUS324 (Direito Penal IV) + IUS329 (Seminario Direito Penal II)
IUP517 (Dir Internacional Privado II)	=	IUP522 (Dir Internacional Privado II)
IUS473 (Direito Processual Penal I)	=	IUS512 (Direito Judiciario Penal I)
IUF351 (Filosofia do Direito I)	=	IUF512 (Filosofia do Direito I)
IUE512 (Introd Direito Tributário)	=	IUS312 (Direito Tributario I)
IUF132 (Introdução ao Direito II)	=	IUF122 (Introd Ciencia do Direito II)
IUSU01 (Estágio Prática Jurídica I)	=	IUS413 (Pratica Forense I)
IUF361 (Filosofia do Direito II)	=	IUF522 (Filosofia do Direito II)
IUP471 (Direitos Reais II)	=	IUP421 (Direito Civil VI) + IUP423 (Seminario Direito Civil IV)
IUS245 (Direito Processual Civil I)	=	IUS311 (Direito Judiciario Civil I)
IUP482 (Dir Internacional Privado I)	=	IUP512 (Dir Internacional Privado I)
IUS365 (Direito Processual Civil III)	=	IUS411 (Direito Judiciario Civil III)
IUE322 (Títulos de Crédito)	=	IUP314 (Seminario Dir Comercial I) + IUP322 (Direito Comercial II)
IUE513 (Direito Processual do Trabalho)	=	IUS527 (Direito Judiciario do Trabalho)
IUE422 (Direito Falimentar)	=	IUP414 (Seminario Dir Comercial III) + IUP422 (Direito Comercial IV)
IUP516 (Direito das Sucessões)	=	IUP521 (Direito Civil VIII) + IUP523 (Seminario Direito Civil VI)
IUSU04 (Estágio Prática Jurídica IV)	=	IUS507 (Pratica Forense IV)

IUE521 (Direito Financeiro II)	=	IUS223 (Direito Financeiro II)
IUS356 (Direito Administrativo I)	=	IUS511 (Direito Administrativo I)
IUP231 (Direito das Obrigações)	=	IUP221 (Direito Civil II)
IUSU04 (Estágio Prática Jurídica IV)	=	IUS523 (Pratica Forense IV)
IUP112 (Hist e Instituicoes do Dir Rom)	=	IUP111 (Direito Romano - Historia) + IUP121 (Direito Romano-Instituicoes)
IUS353 (Direito Penal III)	=	IUS314 (Direito Penal III) + IUS319 (Seminario Direito Penal I)
IUS243 (Direito Penal II)	=	IUS224 (Direito Penal II)
IUP361 (Direitos Reais I)	=	IUP411 (Direito Civil V) + IUP413 (Seminario Direito Civil III)
IUS232 (Dir Internacional Publico I)	=	IUS212 (Dir Internacional Publico I)
IUSU03 (Estágio Prática Jurídica III)	=	IUS513 (Pratica Forense III)
IUF128 (Sociologia Juridica II)	=	IUF121 (Sociologia Juridica II)
IUP481 (Direito de Familia)	=	IUP511 (Direito Civil VII) + IUP513 (Seminario Direito Civil V)
IUS231 (Direito Constitucional I)	=	IUS211 (Direito Constitucional I)
IUS475 (Direito Processual Civil IV)	=	IUS421 (Direito Judiciario Civil IV)
IUP351 (Direito Contratual)	=	IUP321 (Direito Civil IV) + IUP323 (Seminario Direito Civil II)
IUE121 (Economia e Direito II)	=	IUF123 (Economia Aplic ao Direito II)
IUS483 (Direito Processual Penal II)	=	IUS522 (Direito Judiciario Penal II)
IUE412 (Direito da Navegacao)	=	IUP324 (Seminario Dir Comercial II) + IUP412 (Direito Comercial III)
IUE324 (Direito de Seguros)	=	IUP315 (Direito de Seguros I)
IUE111 (Economia e Direito I)	=	IUF113 (Economia Aplic ao Direito I)
IUSU02 (Estágio Prática Jurídica II)	=	IUS482 (Pratica Forense II)
IUE511 (Direito Financeiro)	=	IUS213 (Direito Financeiro I)
IUP122 (Historia do Dir Privado Moder)	=	IUF124 (Historia Direito Nacional II)
IUF119 (Introdução ao Direito I)	=	IUF112 (Introd a Ciencia do Direito I)
IUS233 (Direito Penal I)	=	IUS214 (Direito Penal I)
IUP123 (Introducao ao Direito CIVIL)	=	IUP211 (Direito Civil I)
IUE314 (Mercado de Capitais)	=	IUP514 (Direito Mercado de Capitais I) + IUP524 (Direito Mercado de Capitais II)
IUS131 (Teoria do Estado)	=	IUF117 (Direito Politico I) + IUF127 (Direito Politico II)
IUE411 (Direito do Trabalho I)	=	IUS412 (Direito do Trabalho I)
IUSU02 (Estágio Prática Jurídica II)	=	IUS423 (Pratica Forense II)
IUSU01 (Estágio Prática Jurídica I)	=	IUS472 (Pratica Forense I)
IUE421 (Direito do Trabalho II)	=	IUS422 (Direito do Trabalho II)

IUS242 (Dir Internacional Publico II)	=	IUS222 (Dir Internacional Publico II)
IUP515 (Dir da Crianca e do Adolescent)	=	IUS526 (Direito da Crianca e do Adoles)
IUS141 (Hist Ideias Politico-Juridicas)	=	IUF114 (Historia Direito Nacional I)
IUP363 (Direito Agrario)	=	IUP415 (Direito Agrario I) + IUP425 (Direito Agrario II)
IUWK11 (Monografia Jurídica I) + IUWK12 (Monografia Jurídica II)	=	IUWK10 (Monografia Juridica)
IUP361 (Direitos Reais I)	=	IUP364 (Dir CIVIL V (Reais I))
IUP241 (Teoria do Contrato)	=	IUP240 (Dir CIVIL III (Contratos I))
IUS234 (Introd ao Direito Processual)	=	IUS237 (Teoria Geral do Processo)
IUF119 (Introdução ao Direito I)	=	IUF101 (Teoria do Direito I)
IUS475 (Direito Processual Civil IV)	=	IUS470 (Direito Processual CIVIL IV)
IUP231 (Direito das Obrigações)	=	IUP233 (Dir CIVIL II (Obrigações))
IUS232 (Dir Internacional Publico I)	=	IUS238 (Dir Internacional Publico I)
IUP471 (Direitos Reais II)	=	IUP472 (Dir CIVIL VI (Reais II))
IUE422 (Direito Falimentar)	=	IUE482 (Direito Comercial IV)
IUP516 (Direito das Sucessões)	=	IUP527 (Dir CIVIL VIII (Sucessões))
IUP519 (Introd Direito do Consumidor)	=	IUP529 (Direito do Consumidor)
IUP481 (Direito de Familia)	=	IUP483 (Direito CIVIL VII (Familia))
IUSU03 (Estágio Prática Jurídica III)	=	IUS593 (Prática Jurídica IV (Trabalho))
IUSU02 (Estágio Prática Jurídica II)	=	IUS481 (Prática Jurídica II (CIVIL))
IUP362 (Direitos Autorais)	=	IUE004 (Direito Autoral)
IUE513 (Direito Processual do Trabalho)	=	IUE530 (Direito Processual do Trabalho)
IUF118 (Sociologia Juridica I) + IUF128 (Sociologia Juridica II)	=	IUF360 (Sociolog e Antropol Jurídicas)
IUW503 (Tóp Esp Direito Penal)	=	IUS020 (Direito Penal Aplicado)
IUE512 (Introd Direito Tributário)	=	IUE351 (Direito Tributário I)
IUW504 (Tóp Esp de Direito Tributário)	=	IUE021 (Temas de Direito Tributário)
IUP518 (Teoria Responsabilidade CIVIL)	=	IUP365 (Responsabilidade CIVIL)
IUF132 (Introdução ao Direito II)	=	IUF130 (Teoria do Direito II)
IUF131 (Metodologia do Direito I) + IUF141 (Metodologia do Direito II)	=	IUF223 (Met e Tec Pesq Sócio-jurídica)
IUW001 (Top Esp de Direito Comercial)	=	IUE002 (Temas de Direito Empresarial)
IUP482 (Dir Internacional Privado I)	=	IUP528 (Dir Internacional Privado I)
IUS001 (Medicina Legal II) + IUS516 (Medicina Legal)	=	IUS023 (Medicina Legal)
IUSU04 (Estágio Prática Jurídica IV)	=	IUS503 (Prática Jurídica III (Penal))
IUS231 (Direito Constitucional I)	=	IUS120 (Dir Constit I (Teoria Constit))
IUS510 (Sociologia Criminal)	=	IUS247 (Criminologia)

IUF367 (Direito Eleitoral)	=	IUS011 (Direito Eleitoral)
IUS241 (Direito Constitucional II)	=	IUS248 (Dir Constit III (Est e Poder))
IUP351 (Direito Contratual)	=	IUP353 (Dir CIVIL IV (Contratos II))
IUS363 (Direito Penal IV)	=	IUS350 (Direito Penal IV)
IUE412 (Direito da Navegacao)	=	IUE006 (Direito Aeronáutico) + IUE007 (Direito Marítimo)
IUF236 (Historia do Direito) + IUS141 (Hist Ideias Politico-Juridicas)	=	IUF216 (Hist Direito e Pensam Jurídico)
IUE111 (Economia e Direito I) + IUE121 (Economia e Direito II)	=	IUE112 (Economia Política)
IUSU01 (Estágio Prática Jurídica I)	=	IUS471 (Prática Jurídica I (CIVIL))
IUE322 (Títulos de Crédito)	=	IUE473 (Direito Comercial III)
IUE322 (Títulos de Crédito)	=	IUE473 (Direito Comercial III)
IUWK11 (Monografia Jurídica I)	=	IUW481 (Monograf Jurídica I - Projeto)
IUWK12 (Monografia Jurídica II)	=	IUW507 (Monog Jurídica II - Elaboração) + IUW591 (Monog Juríd III - Elaboração)
IUP123 (Introducao ao Direito CIVIL)	=	IUP124 (Dir CIVIL I (Parte Geral))
IUS244 (Direitos Humanos)	=	IUF224 (Introd aos Direitos Humanos)
IUS232 (Dir Internacional Publico I)	=	IUS238 (Dir Internacional Publico I)
IUS426 (Direito Municipal I) + IUS428 (Direito Municipal II)	=	IUS006 (Direito Municipal)
IUE411 (Direito do Trabalho I)	=	IUE474 (Direito do Trabalho I)
IUF351 (Filosofia do Direito I) + IUF361 (Filosofia do Direito II)	=	IUF470 (Filosofia do Direito)
IUE527 (Direito Tributario II)	=	IUE362 (Direito Tributário II)
IUE526 (Direito Financeiro (Opt))	=	IUE023 (Direito Financeiro)
IUE522 (Direito Previdenciário)	=	IUE024 (Reg Ger Previdência Social)
IUE413 (Instituições Financeiras)	=	IUE025 (Direito Bancário)
IUE515 (Propriedade Industrial)	=	IUE026 (Propriedade Intelectual)
IUF312 (Teoria Argumentação Jurídica)	=	IUF010 (Argum Jurídica Teoria Decisão)
IUF514 (Antropologia Jurídica)	=	IUF011 (Antropologia e Direito)
IUF516 (Hermenêutica Jurídica)	=	IUF012 (Hermenêutica Jurídica)
IUP212 (Temas de Direito CIVIL)	=	IUP009 (Temas de Direito CIVIL)
IUP232 (Registros Públicos)	=	IUP010 (Direito Registral)
IUP363 (Direito Agrario)	=	IUP011 (Direito Agrario)
IUP525 (Direito Imobiliario)	=	IUP012 (Direito Imobiliario)
IUP526 (Temas de Direito Internacional)	=	IUP008 (Temas Direito Intern Privado)
IUS246 (Direito Desportivo)	=	IUS030 (Introdução Direito Desportivo)
IUS366 (Direito Urbanistico)	=	IUS031 (Direito Urbanistico)
IUWK11 (Monografia Jurídica I)	=	IUW481 (Monograf Jurídica I - Projeto)

IUWK12 (Monografia Jurídica II)	=	IUW507 (Monog Jurídica II - Elaboração) + IUW591 (Monog Juríd III - Elaboração)
IUS032 (Direito Desportivo II)	=	IUS524 (Direito Desportivo II)
IUE314 (Mercado de Capitais)	=	IUE022 (Mercado de Capitais)
IUE312 (Direito Comercial)	=	IUE352 (Direito Comercial I)